



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marco Antonio Faganello

A Fragmentação Partidária no Brasil (2000-2020)

CAMPINAS

2022

MARCO ANTONIO FAGANELLO

A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL (2000-2020)

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO MARCO ANTONIO FAGA-
NELLO, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. RACHEL MENEGUELLO.

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

F131f Faganello, Marco Antonio, 1984-
Fragmentação partidária nos municípios brasileiros / Marco Antonio
Faganello. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Rachel Meneguello.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos. 2. Campanhas eleitorais. 3. Convenções políticas. 4.
Eleições. I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Party system fragmentation in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Political parties

Political campaigns

Political conventions

Elections

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Rachel Meneguello [Orientador]

Andréa Marcondes de Freitas

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Fernando de Magalhães Papaterra Limongi

George Avelino Filho

Data de defesa: 31-08-2022

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-8369-5773>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7299940252994768>



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 31 de agosto de 2022, considerou o candidato Marco Antonio Faganello aprovado.

Profa. Dra. Rachel Meneguello

Profa. Dra. Andréa Marcondes de Freitas

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Prof. Dr. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi

Prof. Dr. George Avelino Filho

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradecimentos

Aqui encerro não apenas o doutorado, mas um ciclo de 7 anos de vida acadêmica. Foram esses anos que me trouxeram maturidade e conhecimento para seguir em frente. Viver não é um ato solitário e a beleza da vida está na partilha, nos momentos em que vivemos juntos a existência.

É para todos os que estiveram ao meu lado nessa jornada que dedico essas breves linhas: Agradeço do fundo do coração aos meus pais, Maria Cecília e Aparecido, que incondicionalmente me apoiam desde o primeiro dia que vim a este mundo, que sempre confiaram em minhas escolhas sem nunca impor nada que não fosse o desejo pela minha felicidade. Mãe, Pai, amo muito vocês! Agradeço a minha irmã, Maria Emilia, com quem compartilhei os doces momentos da infância e que hoje carrega nos braços a minha linda sobrinha, Majuzinha, que acaba de vir ao mundo e já encheu a todos de felicidade. Agradeço também à Mima e à tia Nice, minhas duas outras mães, que sempre tiveram por perto e moram no meu coração.

Aos amigos, dedico esse espaço: Obrigado Maria, sempre! Minha melhor amiga desde a infância até hoje. Obrigado PV, meu melhor amigo e maior referência intelectual, com quem compartilho os melhores papos, ideias e reflexões de todos os tipos sobre tudo - literalmente tudo que existe no mundo.

Agradeço aos colegas do POLBRAS, que foram essenciais para minha inserção na vida acadêmica. Infelizmente, a vida tomou outros rumos nestes últimos anos que me impediram de marcar presença nas discussões do grupo. Mas nunca esquecerei de pessoas incríveis como o Vitor, Henrique, Otávio e Raulino. Não poderia deixar de agradecer à Profa. Dra. Rachel Meneguello com quem tive a honra e a sorte de ser orientado. Obrigado por todas as reuniões, dicas e presteza com que se dedicou a minha orientação. Esse trabalho não seria nada sem a sua ajuda!

Termino essa dedicatória expressando todo meu carinho àquela que é a maior sorte da minha vida. Minha luz, Luisa! Ah como é doce e gostoso vivenciar a existência do seu lado! Te amo demais, Lu. Quero você sempre e sempre na minha vida... juntinhos, eu, você e a Cleozinha!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"If entry is easy and if existing parties do not adequately reflect the sociopolitical interests, attitudes, divisions, etc. of the population, then new parties will tend to form. Therefore, the extent to which the possibility of new party formation is a major constraint for the existing parties or, on the contrary, whether such a threat is small for them, is a crucial empirical question." (Bartolini, 1999)

Resumo

Analizamos os padrões eleitorais e territoriais dos partidos nos municípios entre 2000 e 2020 com o objetivo de formular hipóteses que expliquem o aumento da fragmentação partidária. Elegemos a arena municipal como foco de análise, buscando demonstrar a partir dela como a fragmentação em uma arena é influenciada e também influencia a fragmentação dos sistemas partidários da arena estadual. Nossa hipótese é que a fragmentação dos diferentes sistemas partidários está interconectada e decorre de um processo de interação entre regras do sistema eleitoral, ausência de cláusulas de barreiras, coordenação dos partidos na formação das alianças entre executivo e legislativo, interação entre arenas e coordenação entre agentes políticos e partidos que orientam o processo de migração partidária.

Nossa análise empírica se dividiu em 4 etapas: na primeira, identificamos a dimensão da fragmentação na arena local demonstrando como os sistemas partidários dos diversos municípios se ampliaram de forma constante tanto nas disputas legislativas quanto executivas.

Na segunda, estudamos o ciclo entre as eleições municipais e estaduais/federais, buscando demonstrar como a fragmentação em uma arena impacta na fragmentação da arena subsequente. Compreendemos que a fragmentação decorre de um processo iterativo e de *feedback loop* na qual o sucesso eleitoral conquistado em uma arena política possibilita a transferência de capital político e de recursos para as demais arenas, aumentando as chances de sucesso eleitoral dos partidos. Esse mecanismo faz com que os partidos sejam capazes de concorrer em novos territórios (debutar) nas eleições seguintes.

Na terceira etapa, nos dirigimos para os municípios e as eleições locais. Mostramos como as estratégias para formação das coligações divide o espectro partidário entre aqueles que serão capazes de concorrer ao executivo e os que se restringem a competir por cadeiras no legislativo. A regra de distribuição de vagas através das coligações faz com que os partidos mais fracos tenham chances de conquistar uma cadeira nos legislativos locais uma vez que tenham candidatos capazes de conquistarem boas posições dentro da lista de candidatos da coligação. Já os partidos mais fortes necessitam ampliar o número de apoios para maximizar as chances de conquistar cadeiras de prefeito. Essa dinâmica gera uma pressão para que o número de partidos competitivos aumente nas câmaras de vereadores de todo o país.

Na quarta e última etapa concentramos nossa atenção na coordenação entre agentes e partidos. Verificamos que as negociações para a migração partidária tem como objetivo maximizar o capital eleitoral dos agentes e as chances de vitória dos partidos. Candidatos com um *background* eleitoral consolidado tem vantagens sobre candidaturas debutantes (que concorrem pela primeira vez em um território) e isso faz com que os partidos sejam incentivados a compor suas listas com candidatos migrantes. Os partidos atuam, então, como *head-hunters*, atraindo os melhores candidatos dos outros partidos

para os seus. Ao maximizarem suas chances de vitória eleitoral, os partidos debutantes acabam viabilizando a ampliação da fragmentação dos sistemas partidários municipais uma vez que os partidos se tornam competitivos em sua primeira eleição.

Palavras-chave: Partidos. Sistema partidário. Fragmentação partidária. Política local. Eleições.

Abstract

We analyzed the electoral and territorial patterns of parties in municipalities between 2000 and 2020 to formulate hypotheses that explain the increase in party fragmentation. We chose the municipal arena as the focus of analysis, seeking to demonstrate from it how the fragmentation in an arena is influenced and also influences the fragmentation of party systems in the state arena. We hypothesize that the fragmentation of the different party systems is interconnected and results from a process of interaction between rules of the electoral system, the absence of barrier clauses, coordination of parties in the formation of alliances between executive and legislative, the interaction between arenas and coordination between agents politicians and parties that guide the party migration process.

Our empirical analysis was divided into 4 steps: in the first, we identified the dimension of fragmentation in the local arena, demonstrating how the party systems of the various municipalities have steadily expanded both in legislative and executive disputes.

In the second, we study the cycle between municipal and state/federal elections, seeking to demonstrate how fragmentation in one arena impacts the fragmentation of the subsequent arena. We understand that fragmentation stems from an interactive process and a *feedback loop* in which electoral success achieved in a political arena enables the transfer of political capital and resources to other arenas, increasing the parties' chances of electoral success. This mechanism makes parties able to compete in new territories (debut) in the following elections.

In the third step, we turn to municipalities and local elections. We show how strategies for forming coalitions divide the party spectrum between those who will be able to run for the executive and those who are restricted to competing for seats in the legislature. The rule for distributing seats through coalitions means that the weaker parties have a chance of winning a seat in local legislatures once they have candidates capable of winning good positions within the list of candidates in the coalition. The strongest parties, on the other hand, need to increase the number of supporters to maximize the chances of winning mayoral seats. This dynamic generates pressure for the number of competitive parties to increase in city councils across the country.

In the fourth and final step, we focus our attention on coordination between agents and parties. We found that negotiations for party migration aim to maximize the agents' electoral capital and the parties' chances of winning. Candidates with a consolidated electoral *background* have advantages over debutante candidates (who run for the first time in a territory) and this means that parties are encouraged to compose their lists with migrant candidate.

Keywords: Parties. Party System. Party System Fragmentation. Elections.

Lista de Figuras

Figura 1 – Número efetivo de partidos* (NEP_t) por eleição (Brasil, Eleições Legislativas)	16
Figura 2 – Desenho esquemático da Hipótese de Pesquisa	19
Figura 3 – Porcentagem de municípios por tipo de competição partidária entre dois pleitos consecutivos (Brasil, eleições para prefeito, 1996-2020) . . .	37
Figura 4 – Média da porcentagem da presença municipal sobre o total de cidades do país (Brasil, 1998-2020)	52
Figura 5 – Densidade kernel* da performance dos partidos nos municípios por condição de participação dois anos antes em outra arena (Brasil, 1998-2020, até 3% da performance municipal, apenas partidos que possuem ao menos um voto em t_0)	53
Figura 6 – Proporção de partidos em municípios que se tornaram competitivos* pela primeira vez (Brasil, 2004-2020, apenas partidos ausentes nas eleições de 1996 a 2002)	54
Figura 7 – Proporção de partidos presentes na eleição para vereador em t_0 segundo participação nas eleições para deputado estadual 2 anos antes (Brasil, 2004-2020, apenas partidos ausentes no município em t_4 -)	56
Figura 8 – Tendência da expansão em eleições locais por participação do partido na coligação ao governo do estado (Brasil, 2000-2020, apenas partidos com presença em ao menos uma cidade em t_4 -)	60
Figura 9 – Tendência da votação para deputado estadual no município entre t_{6-} e t_{2-} agrupado pela estratégia de entrada do partido na eleição para vereador em t_0 (Brasil, 2004 a 2020)	63
Figura 10 – Diferença entre a média de partidos por município reais em cada eleição e a prevista pelo modelo de efeito nulo para presença de partidos no município na eleição para vereador (Brasil)	64
Figura 11 – Proporção de partidos presentes na eleição para deputado estadual em t_0 segundo participação nas eleições para vereador 2 anos antes (Brasil, 2002-2018)	66
Figura 12 – Cobertura municipal nas eleições locais em t_{6-} por t_{2-} segmentado pelo perfil da participação do partido no município na coligação para governador em t_0 (Brasil, 2004 a 2020)	69
Figura 13 – Tendência da votação para vereador no município entre t_{6-} e t_{2-} agrupado pela estratégia de entrada do partido na eleição para dep. estadual em t_0 (Brasil, 2004 a 2018)	70

Figura 14 – Diferença entre a média de partidos por município reais em cada eleição e a prevista pelo modelo de efeito nulo para presença de partidos no município na eleição para deputado estadual (Brasil)	71
Figura 15 – Densidade de partidos por performance na eleição para vereador* e segmentado por tipo de estratégia na eleição para prefeito (Brasil) . . .	75
Figura 16 – Porcentagem de cadeiras de prefeito conquistadas agrupadas pelo tamanho da coligação no município e segmentada por eleição (Brasil, média por estado)	76
Figura 17 – Densidade de partidos em municípios por performance eleitoral/performance na coligação e ganhos ou perdas de cadeiras de vereador com a regra de coligação* (Brasil, 2004-2016)	78
Figura 18 – Performance do partido na coligação* por total de candidatos lançados (Brasil, vereador, 2004-2016)	80
Figura 19 – Média de cadeiras de vereador conquistadas por performance na coligação e tipo de coligação para prefeito* (Brasil, 2004-2016)	81
Figura 20 – Quociente partidário por quociente do candidato* que encabeça a lista do partido segmentado pelo tamanho da coligação para prefeito (Brasil, vereador, partidos com quociente partidário menor que 2)	82
Figura 21 – Média do número de partidos debutantes* por município agrupada por porte municipal e segmentada por ano (Brasil, vereador)	84
Figura 22 – Média do tamanho das coligações para prefeito agrupada por porte municipal e segmentada por ano (Brasil)	85
Figura 23 – Proporção de candidaturas de um mesmo candidato entre duas eleições consecutivas de níveis diferentes (Brasil, 1998-2020, apenas candidatos veteranos que lançam candidaturas em eleições consecutivas de níveis diferentes)	90
Figura 24 – Proporção de candidatos migrantes por trajetória eleitoral entre duas eleições consecutivas (Brasil)	91
Figura 25 – Proporção de candidatos migrantes por situação eleitoral (Brasil, Vereador)	92
Figura 26 – Direção da migração de vereadores por ano (Brasil)	95
Figura 27 – Proporção de candidatos migrantes reeleitos em t_0 por partido de destino (Brasil, vereador)	97
Figura 28 – Proporção de candidatos que migram para partidos debutantes em t_4+ segundo situação eleitoral do candidato em t_0 (Brasil)	99
Figura 29 – Densidade da distribuição da votação dos candidatos migrantes em t_4- por perfil partidário (Brasil, vereador, 2004-2020)	101
Figura 30 – Proporção de municípios onde um debutante é o partido majoritário* (Brasil, vereador)	102

Figura 31 – Porcentual de migrantes de partidos debutantes em t_0 segundo participação do partido na coligação para governador em t_2 .. (Brasil, vereador)	103
Figura 32 – Proporção de perfis de candidatos eleitos por eleição e perfis de partidos (Brasil, vereador e prefeito, média por uf)	105
Figura 33 – Proporção de partidos em municípios que se tornaram competitivos* pela primeira vez por ano e eleição (Brasil, apenas partidos ausentes nas eleições de 1996 a 2002)	120
Figura 34 – Proporção de candidaturas de um mesmo candidato entre duas eleições consecutivas de níveis diferentes ou semelhantes (Brasil, 1998-2020, apenas candidatos veteranos que lançam candidaturas em eleições interpoladas)	121
Figura 35 – Proporção de candidatos veteranos por intervalo de lançamento entre as candidaturas (Brasil, 1998-2020, Vereador, Prefeito, Dep. Estadual, Dep. Federal, apenas candidatos veteranos)	122

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número efetivo de partidos entre média de votos nos municípios e no agregado nacional de cadeiras (Brasil, eleições municipais)	35
Tabela 2 – Porcentagem de municípios com partidos competidores distintos em t_1 por porte municipal (Brasil, prefeito)	37
Tabela 3 – NEP^1 do total de cadeiras por região e eleição (Brasil, Prefeitos) . . .	38
Tabela 4 – NEP^1 do total de cadeiras por UF e eleição (Brasil, Prefeitos)	39
Tabela 5 – Percentual do agregado de cadeiras de prefeito por partido e ano (Brasil, 1996-2020)	41
Tabela 6 – Saldo de ganhos e perdas interpartidários ¹ de cadeiras de prefeito por partido e par eleitoral (Brasil)	42
Tabela 7 – Porcentagem de troca de cadeiras de prefeito e saldo de ganhos e perdas interpartidários interpartidário ¹ de cadeiras por partido (Brasil, 2000 a 2020)	44
Tabela 8 – Soma do saldo interpartidário ¹ de cadeiras de prefeito por partido e região (Brasil, 2000 a 2020)	46
Tabela 9 – Saldo de ganhos e perdas interpartidários ¹ de cadeiras de prefeito por partido e porte municipal (Brasil, 2000 a 2020)	47
Tabela 10 – Variáveis do modelo de regressão logística presença na eleição para vereador	57
Tabela 11 – Regressão Logística MLE - Razões de Chance - Presença do partido na eleição de Vereador (Brasil)	59
Tabela 12 – Regressão OLS - Cobertura municipal do partido nas eleições para Vereador (Brasil)	61
Tabela 13 – Classificação dos perfis de participação dos partidos nos municípios . .	62
Tabela 14 – Variáveis do modelo de regressão logística presença na eleição para deputado estadual	67
Tabela 15 – Regressão Logística MLE - Razões de Chance - Presença do partido na eleição de Dep. Estadual (Brasil)	68
Tabela 16 – Regressão OLS - Votação municipal do partido na eleição para vereador* (Brasil)	94
Tabela 17 – Regressão OLS - Votação do Candidato Migrante em t_0 (Brasil)	98
Tabela 18 – Lista de fusões, incorporações e criação de partidos e tratamento dos dados entre 2000 e 2016.	121

Sumário

Sumário	14
Introdução	15
1 Revisão Bibliográfica	21
2 Dimensões e causas da fragmentação dos sistemas partidários	34
2.1 Fragmentação dos sistemas partidários locais	34
2.1.1 Fragmentação nos Executivos Locais	36
2.1.2 Expansão e encolhimento dos partidos	40
3 Causas da Fragmentação	50
3.1 Interação entre arenas políticas	50
3.1.1 Propagação Top-Down: Estadual - Local	55
3.1.2 Propagação Bottom-Up: Local - Estadual	65
4 Coordenação interna: Fragmentação nos Legislativos Locais	73
5 Estratégia dos agentes políticos	88
Referências	115
Anexos	120
5.1 Gráficos	120

Introdução

O sistema partidário brasileiro é atualmente composto por 32 partidos¹ registrados e 30 partidos diferentes foram capazes de conseguir ao menos uma cadeira para a Câmara Federal nas eleições de 2018. O número efetivo de partidos (NEP^2) chegou a 16³ na eleição de 2018, ampliando ainda mais a fragmentação da casa legislativa com o maior número de partidos competitivos do mundo (LIMONGI; VASSELAI, 2016, p. 2). Quando analisada por uma perspectiva temporal, a fragmentação do sistema partidário na esfera federal apresentou uma taxa constante de crescimento desde 1998, acelerando-se a partir das eleições de 2010. O fenômeno, porém, não se restringiu à arena federal: na arena estadual e municipal o crescimento da fragmentação ao longo dos últimos 20 anos também foi constante e a tendência de crescimento nas três arenas seguiu uma mesma direção (tabela 1).

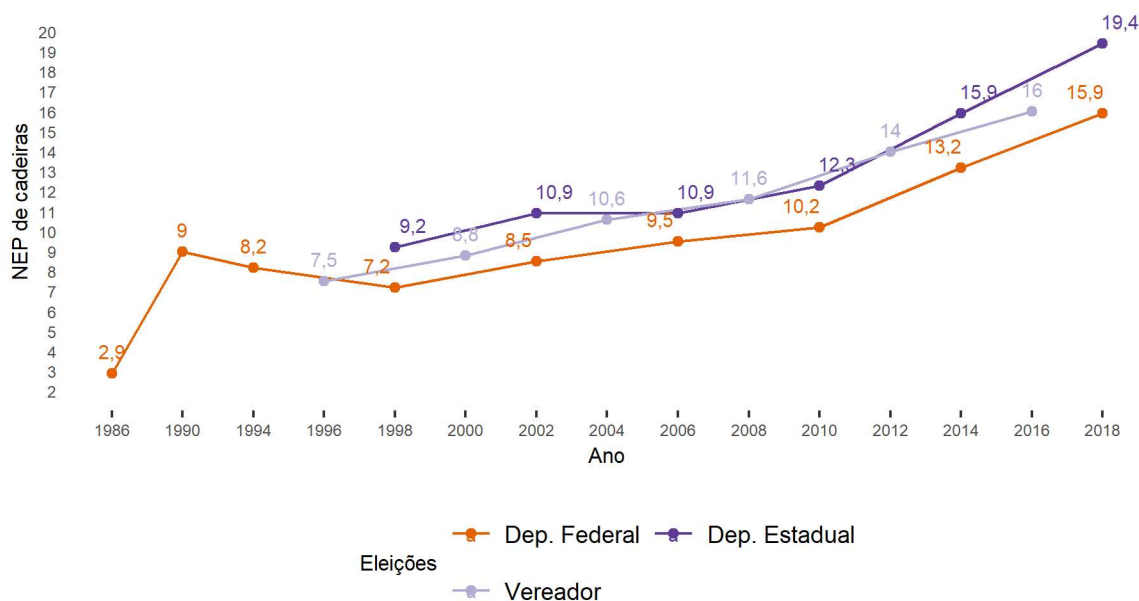
Diante destas evidências, nos colocamos algumas perguntas: qual o mecanismo e as variáveis explicativas que estão por trás do fenômeno da expansão do sistema partidário no país? A fragmentação é um fenômeno restrito à arena federal, ou as demais esferas também são atingidas? Podemos intuir que o sistema partidário como um todo está se fragmentando? Em caso positivo, pode-se dizer que a fragmentação da esfera federal decorre da fragmentação nas esferas estaduais ou municipais? Ou vice-versa? Se mais partidos estão se tornando competitivos, quem está perdendo espaço?

Esta pesquisa se propõe a responder a estas perguntas. A fragmentação partidária é o nosso objeto de estudo central e buscaremos trazer respostas que permitam inferir sobre suas causas, extensão e consequências. O que entendemos por fragmentação não se restringe apenas ao fenômeno do aumento da oferta de partidos. Nossa ideia é trabalhar com um conceito vinculado à dimensão da competição; ou seja, buscando entender o impacto e os mecanismos que promovem o aumento da oferta de partidos competi-

¹Dados de maio de 2022.

²O NEP de Laakso e Taagepera (1979) reflete o número hipotético de partidos necessários que, se obtivessem uma distribuição de votos ou cadeiras igualitária apresentariam o mesmo índice de fracionalização F da distribuição real de votos ou cadeiras analisada. Por exemplo, se em um município com 3 partidos houvesse 100 votos distribuídos da seguinte maneira: $P1 = 50$, $P2 = 30$, $P3 = 20$. O índice F nesse município seria de 0,62 e o NEP de 2,6. Ou seja, caso a distribuição dos 100 votos se desse de maneira igualitária entre 2,6 partidos hipotéticos o índice F seria o mesmo da distribuição real (0,62). Por gerar uma interpretação direta e não probabilística, e por conter o índice F em seu cálculo, o NEP tende a ser bastante usado pela literatura em trabalhos sobre fragmentação de sistemas partidários. O entendimento é o de que (ainda usando o exemplo acima) neste município, ainda que existam 3 partidos buscando votos, em termos reais de fracionalização é como se existissem apenas 2,6 partidos. No entanto, sua interpretação pode gerar confusão, levando ao entendimento de que seria possível identificar quais seriam os partidos efetivos dentro desse município, ou de que este município conta efetivamente com 2,6 partidos. Isso não é possível de inferir, o contrafactual do NEP é puramente aritmético, sem vínculo com a realidade efetiva da distribuição de votos/cadeiras e partidos que se deseja analisar. Sobre a questão da correta interpretação do índice NEP de Laakso e Taagepera (1979), ver o debate entre Wanderley Guilherme dos Santos (2004) e Jairo Nicolau (2005) sobre os dados recentes disponíveis a respeito do sistema partidário da República de 1945.

³Usando o cálculo de Laakso e Taagepera (1979). Cf. FREIRE, 2018

Figura 1 – Número efetivo de partidos* (NEP_l) por eleição (Brasil, Eleições Legislativas)

Fonte: dados da Câmara Federal de 1986 a 2002: KINZO, 2004; de 2006 a 2018: elaborado pelo autor a partir de dados do TSE; dados das eleições estaduais a partir de dados do TSE e CEPESP data; dados das eleições municipais a partir de dados do TSE

* NEP sobre o agregado nacional de cadeiras conquistadas pelos partidos a partir do cálculo de LAAKSO; TAAGEPERA, 1979.

vos. Nossa variável dependente, portanto, compreende não a fragmentação em si mas a *fragmentação da competição eleitoral no Brasil*. Nosso objetivo, portanto, é descrever o mecanismo que fez com que a cada eleição o número de partidos competitivos, isto é, que ganharam cadeiras, fosse cada vez maior em todas arenas políticas do país.

Nossa hipótese sobre as causas da fragmentação parte do pressuposto de que a estrutura do federalismo brasileiro confere autonomia e poder às elites políticas locais; ao mesmo tempo, a coordenação federativa permite um entrelaçamento de todo o sistema de poderes nacionais e subnacionais em uma articulação complexa. Nossa tese compreende que esta configuração do sistema político nacional enseja três fenômenos que se relacionam de forma a expandir a fragmentação ao longo do tempo e entre as arenas. O primeiro tem como ponto de partida a necessidade por alianças que garantam a vitória nas urnas nos executivos estaduais, como apontado por Limongi e Vassalai (2018). O segundo aspecto resulta do modo como as eleições determinam a configuração das forças partidárias na eleição seguinte. E o terceiro resulta da coordenação estratégica entre partidos e elites

políticas com o objetivo de maximizar as chances de conquista de cadeiras. Nossa hipótese é formada, portanto, por um tripé e nessa pesquisa, iremos nos debruçar sobre cada um desses fenômenos, buscando demonstrar como eles contribuem para a ampliação do número de partidos entre os sistemas partidários ao longo do tempo.

Partimos do princípio (primeiro tripé) de que este é um fenômeno sistêmico e que o entrelaçamento entre as arenas políticas (estaduais e locais) tem um papel importante para a fragmentação. O aumento do número de partidos pode ser explicado por esse efeito de interação entre as arenas condicionadas pelo ciclo eleitoral brasileiro que divide as eleições estaduais/federais de um lado, e dois anos depois as municipais. A relação entre o jogo político nas eleições presidenciais e a conformação das alianças estaduais fornece um ponto de partida. E o sucesso eleitoral conquistado em uma arena política possibilita a transferência de capital político e de recursos para as demais arenas, aumentando as chances de sucesso eleitoral dos partidos nas demais esferas, como em uma espécie de efeito de *bola de neve*⁴. A articulação das arenas faz com que o sucesso na manutenção dos partidos dentro do jogo partidário estadual amplifique as chances de sucesso dos mesmos em escala municipal dois anos depois. Na eleição seguinte, a situação se inverte: a configuração de forças da política local passa a determinar as possibilidades de alianças da eleição estadual/federal fechando um ciclo. Supomos que o sucesso dos partidos na arena local é garantido através da transferência do capital político alcançado nas demais esferas. Assim, por exemplo, se um partido obtiver votação suficiente para se consolidar em uma região para o cargo de deputado federal, aumentam suas chances de lançar candidatos a prefeito e de obter bons resultados nas eleições para vereador nos anos seguintes naquele mesmo município. Ao mesmo tempo, parte da fragmentação seria causada por um movimento que vai de baixo para cima. Nesse caminho, a fragmentação se expandiria afetando todo o sistema político nacional através de uma dinâmica circular entre as esferas, mas ancorada sobre a perspectiva da garantia de consolidação de domínio eleitoral nos diferentes territórios políticos locais.

O segundo tripé está ancorado no fenômeno da coordenação entre os partidos e suas estratégias durante a composição das alianças para as eleições locais ou estaduais. Aqui nos debruçamos sobre o trabalho de Limongi e Vassalai (2018) que analisa o papel desse fenômeno para a fragmentação na arena estadual. Em nossa análise, no entanto, o nosso foco serão as alianças dentro da arena local. Nossa intenção é demonstrar como o mecanismo exemplificado por Limongi e Vassalai tem também validade quando pensamos na relação entre executivo e legislativo nos municípios. Assim, mostro como as negociações para a formação das coligações para o executivo local estão ancoradas em dois tipos diferentes de estratégias: para os partidos mais fortes, com capacidade de competirem pela cadeira de prefeito, a orientação é liderar coligações que congreguem o maior número de

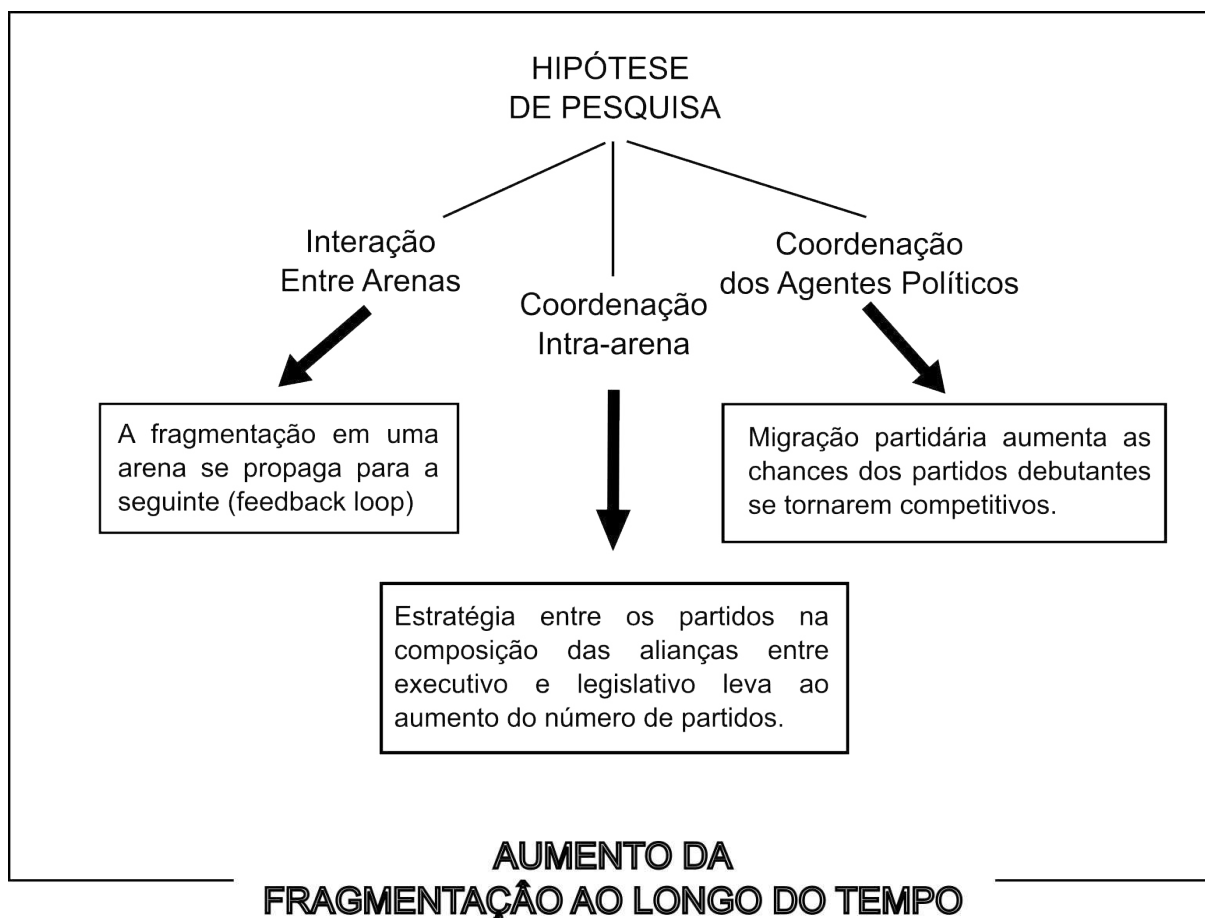
⁴Conceito similar ao que em sistemas complexos chamamos de *feedback loop*, ou seja, nos quais uma parte ou o todo dos resultados produzidos por um sistema retorna como causa de um outro resultado, em um processo que se auto alimenta. Sobre o conceito em política cf. RHEE, 2000.

aliados; aos demais partidos, o cálculo estratégico pressupõe participar como coadjuvante dentro da coligação, e de preferência da coligação mais forte. A regra de distribuição de vagas nesse contexto, através das coligações, faz com que os partidos mais fracos tenham chances de conquistar uma cadeira nos legislativos locais uma vez que tenham candidatos capazes de conquistarem boas posições dentro da lista de candidatos da coligação. Essa dinâmica faz com que exista uma pressão para que o número de partidos na luta para o legislativo aumente; ao mesmo tempo que faz com que o número de partidos competitivos na eleição majoritária fique restrito a dois partidos. Essa dinâmica e àquela descrita no primeiro tripé, no qual explicamos que a interação entre as arenas promove o aumento de partidos, agora se combinam: a cada eleição o número de partidos aumenta pelo efeito da entrada de novos partidos nos territórios e isso faz com que a dinâmica de construção de alianças dentro das arenas (inter-arenas) se torne cada vez mais complexa a cada eleição. Mais partidos passam a estar dispostos a participar da luta por votos e cadeiras no legislativo local, e mais partidos passam a se tornar competitivos na eleição para o executivo local.

Também pressupomos que questões específicas à estratégia dos agentes e partidos na esfera local faz com que os partidos consolidados tenham dificuldades de consolidar lideranças que garantam a estabilidade dos partidos ao longo do tempo (terceiro tripé). Aqui, nossa hipótese diz respeito ao modo como os partidos buscam ampliar suas chances de vitória nas eleições legislativas municipais. Essas chances seriam potencializadas pelo uso estratégico da migração partidária que faz com que os partidos consigam ampliar suas chances eleitorais com o menor custo possível. Os partidos agiriam como *headhunters* de candidatos, buscando construir uma lista com candidatos que possuem uma experiência eleitoral prévia por outros partidos. Essa dinâmica estaria ancorada sobre a configuração das forças dispostas pela eleição estadual dois anos antes e pela estratégia de recolocação das listas ensejada pela regra de distribuição de cadeiras legislativas baseada na coligação. Como resultado, observa-se um reforço do processo de fragmentação uma vez que os partidos estruturados se enfraquecem e os novos atores ganham capilaridade. Os três pontos que ancoram a nossa hipótese de pesquisa estão esquematizados na figura 2.

Nosso pressuposto analítico não elege a esfera federal como o *locus* privilegiado e central da análise. Observamos o fenômeno a partir de um ponto de vista amplo envolvendo a articulação entre a esfera estadual e local. Segundo Agnew (1987), a literatura política tende a negligenciar a questão do local na política e as análises geralmente são feitas de maneira a não levar em conta o contexto local como algo relevante. No Brasil, por sua vez, os estudos que se debruçaram sobre o problema do coronelismo (LEAL, 2012; TELAROLLI, 1977) inauguraram uma tradição de estudos sobre a política local. A partir da década de 2000 e mais recentemente diversos trabalhos ganharam corpo buscando entender com mais detalhes as especificidades da organização da política nos municípios (ARQUER, 2015; NETO, 2013; CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; KERBAUY, 2000; LAVAREDA; TELLES, 2016; ROCHA; KERBAUY, 2014; VASQUEZ, 2016). Ao

Figura 2 – Desenho esquemático da Hipótese de Pesquisa



lado da dimensão teórica que dá sustentação aos pressupostos sobre a autonomia e papel da política local, buscamos nos inserir também no debate sobre como a forma da interação entre os entes federativos se dá a partir de uma competição que não favorece a construção de jogos harmônicos e de efeitos centralizadores (ABRUCIO; COSTA, 1998). Nossa hipótese é que a fragmentação do sistema partidário é potencializada pelo forma como a interação política das arenas se constitui, o que gera um efeito descentralizador que dificulta a construção de práticas políticas que se sustentem em um médio ou longo prazo, e que também prejudica a consolidação de lideranças locais e a construção de vínculos mais fortes entre eleitores e representantes políticos. Inseridos nesses campos teóricos, este trabalho se propõe a pesquisar o fenômeno da fragmentação do sistema partidário brasileiro tendo como preocupação analítica suas causas e efeitos sobre a representação e relação com a constituição do sistema e jogo político partidário do país.

Compreendemos que a literatura geralmente se debruça sobre os efeitos normativos da fragmentação (a tratando, portanto, como variável independente), ou seja, explorando seus efeitos sobre a extensão da competitividade ou sobre o funcionamento do regime democrático. Pouco se sabe empiricamente sobre as causas latentes da fragmen-

tação e entendemos que ao olharmos para essa dimensão podemos contribuir com novas perspectivas sobre a relevância do fenômeno para os sistemas democráticos em geral. Uma vez que o fenômeno do crescimento dos sistemas partidários no país parece ser um caso particular, dada sua dimensão e crescimento constante, podemos compreender melhor como a articulação entre as regras, configuração do sistema político e representação perfazem a constituição dos sistemas partidários.

O escopo dessa pesquisa abrange o processo de estruturação dos partidos pelo território nos municípios brasileiros de 1996 a 2020. Nossa intenção é verificar o processo de fragmentação e expansão dos partidos a partir de uma visão estrutural. O estudo da dimensão da fragmentação nos municípios se estabelecerá a partir de duas estratégias de pesquisa: o primeiro, se apoiando na investigação sobre a articulação entre as diferentes esferas, consolidação da organização dos partidos nos estados e padrão da competição eleitoral e distribuição dos partidos no território ao longo do período. O segundo, tentando compreender a forma de articulação das especificidades locais para a conformação da fragmentação em cada região e suas influências para o sistema político e partidário dos demais níveis. Nosso principal objetivo é o de consolidar uma explicação sobre as condições que configuram o processo de fragmentação do sistema partidário como um todo (nacional, estadual e local), esmiuçar os efeitos desse fenômeno sobre a representação e sobre o comportamento eleitoral, bem como sobre a natureza do comportamento partidário nos municípios do Brasil. Afinal, os partidos se constituem como forças políticas institucionalizadas nos municípios ou estão a reboque de dinâmicas próprias e restritas ao contexto e efeitos puramente locais? O que faz com que os partidos tenham sucesso em sua empreitada de lançar candidatos em locais onde antes predominava uma outra configuração de sistema partidário? Quais as principais estratégias envolvidas nesse processo? E ao contrário, dada a variedade dos tipos de fragmentação entre os diferentes sistemas, especialmente os estaduais, porque alguns sistemas tendem a construir processos de encapsulamento mais exitosos do que em outros? Nas páginas seguintes iniciaremos uma análise empírica sobre as causas da fragmentação em busca de pistas que nos ajudem a dar respostas para essas perguntas.

Capítulo 1: Revisão Bibliográfica

Dadas as características intrínsecas da vida política (especificamente, sua capacidade de conformar forças centrífugas e dispersivas, a indivisibilidade do poder, os efeitos das disputas em uma multiplicidade de arenas e o controle das elites na elaboração das regras do jogo), existem incentivos para que os atores políticos conformem limites para a entrada de novos competidores no jogo eleitoral, ampliando a colusão e diminuindo o grau de competitividade do sistema (BARTOLINI, 1999; 2000). Essas medidas parecem ir de encontro aos princípios normativos da teoria democrática, pois pressupõem a consolidação de aspectos oligárquicos dentro do sistema. No entanto, o encapsulamento do jogo político se constitui como elemento necessário para a consolidação de um regime político que funcione de forma sistemática, dentro de padrões mais ou menos coerentes de regularidade e baixa dispersão de forças políticas. Desta forma, a competição na política se configura como um fenômeno multidimensional, que diferente dos conceitos econômicos de competição, não se pauta por um modelo de perfeita competição⁵ e cuja dimensão da colusão precisa ser levada em consideração durante a constituição das regras do jogo.

Se a teoria indica que a dinâmica de um sistema político propicia incentivos para a formulação de estratégias de colusão e consolidação da competição partidária, por que no Brasil temos notado o fenômeno inverso? Como resposta prévia, algumas teorias sugerem que os fenômenos partidários devem ser entendidos como consequência dos arranjos institucionais que regulam a competição eleitoral e a formação de partidos (NICOLAU, 1996, p. 38). Assim, a fragmentação poderia ser explicada como resultado dos efeitos do sistema eleitoral vigente, do sistema de governo, da legislação e da estrutura do Estado. Tais características tornariam mais difíceis a formulação de estratégias colusivas e incentivariam a proliferação de competidores. De maneira geral, os seguintes aspectos podem ser apontados como elementos que tornam impeditiva a entrada de novos competidores em um jogo político (BARTOLINI, 1999, p. 457):

- barreiras legais: se caracterizam pelos requisitos, implícitos e explícitos, impostos pelo arcabouço jurídico que tornam mais difíceis os esforços necessários para a apresentação de um candidato, conformação de listas ou de organização de partidos viáveis. São barreiras que previnem os competidores de competirem.
- barreira de representação: refere-se à possibilidade da existência de demanda por representação ou pelas regras legais que dizem respeito à transformação de votos em cadeiras. São os elementos que determinam a vitória eleitoral, se caracterizando pela demanda e sistema eleitoral. São barreiras que previnem os competidores de exercerem efetivamente a representação.

⁵Este é um ponto que Bartolini (1999 p. 458) chama a atenção para a diferenciação do conceito de competição visto pela ótica do mercado em contraposição ao da política. Enquanto na teoria econômica, a fragmentação da competição promove e é condição necessária para a geração de um equilíbrio geral, na competição política ela tende a levar ao caos político e ao desarranjo social.

- barreiras de recursos: dizem respeito a possibilidade de acesso a recursos financeiros necessários para a participação em uma competição eleitoral. Aqui os incumbentes costumam ter mais vantagens e se refere às questões envolvendo o financiamento das campanhas, dos candidatos e dos custos necessários para a construção de um partido viável. São barreiras que determinam o grau de competitividade dos competidores.

No caso brasileiro, pressupomos que existem poucas barreiras legais prevenindo a competição. Os partidos podem ser criados seguindo algumas regras com um grau médio de restrição⁶ e até 2017 não haviam cláusulas impeditivas ou que penalizassem os partidos de menor representação. Há também problemas entre as barreiras de representação: as regras do sistema eleitoral, especialmente as que estipulam o cálculo do quociente eleitoral entre o total de votos da coligação conduzem a um *small party bias* (CALVO; GUARNIERI; LIMONGI, 2015). Ou seja, os partidos menores acabam tendo um desempenho superior ao que é demandado pela sua representação eleitoral efetiva.

Ainda dentro do contexto das barreiras de representação, parte importante do debate teórico aponta para os efeitos causados pelo sistema eleitoral sobre a fragmentação, que podem ser resumidos através da chamada lei de Duverger (DUVERGER, 1970; NICOLAU, 2004). Esta, estabelece uma relação causal entre o tipo de sistema partidário e o sistema eleitoral. De maneira geral, o sistema eleitoral impacta diretamente no cálculo dos atores políticos, pois os condicionantes impostos pelo sistema impactam no desempenho individual dos candidatos e do seu partido. Dependendo das regras, a estratégia de coligar aumenta ou diminui as chances de um partido obter um bom desempenho eleitoral. Nesse sentido, sistemas de tipo majoritário conformariam um sistema partidário centrado em dois partidos e os sistemas proporcionais com alta magnitude ao multipartidarismo. Na medida em que a democracia brasileira se utiliza das duas fórmulas de competição, o sistema é permeado por esta dupla tendência: nas disputas majoritárias espera-se a redução do número de candidaturas competitivas e nas proporcionais a entrada de múltiplos partidos (FREITAS, 2015, p. 9). Essa dinâmica explicaria, por exemplo, a conformação das disputas nacionais majoritárias centradas na oposição entre PT e PSDB, ao lado de um sistema multipartidário na câmara baixa cujas alianças eleitorais se orientam pela lógica da disputa majoritária (BRAGA, 2006; MENEGUELLO, 2010; FREITAS, 2015). Quando olhamos para a política local, notamos pelos dados que a lógica da lei de Duverger também explica a diferença encontrada entre as taxas de fragmentação para prefeito

⁶A única exigência restritiva diz respeito ao caráter nacional dos partidos. A lei brasileira diz apenas que: "Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles." (lei 9096/1995, artigo 7º, parágrafo 1º).

(mais baixas e com um aumento menor entre os anos) e as de vereador (mais altas e com maior aumento entre os anos). Ao mesmo tempo, conforme aponta Vasquez (2016) e conforme demonstrado em nossa análise preliminar, na maioria dos municípios brasileiros a concentração da disputa para prefeito se dá em torno de dois candidatos.

A lei de Duverger compreende que as regras eleitorais impactam diretamente sobre o número de agremiações, mas também pressupõem que, em um longo prazo, tenderiam a estabilizar os sistemas de partidos entre aqueles que seriam bipartidários e multipartidários. No caso brasileiro, no entanto, a instabilidade dos sistemas proporcionais de disputa, que aumentam de forma constante, traz desafios para esta tese. Encontramos indícios que demonstram, por exemplo, que na arena local o suposto bipartidarismo dos sistemas majoritários, apontado por Vasquez (2016), mascara uma alta rotatividade partidária que está levando ao aumento da fragmentação entre os partidos capazes de conquistar cadeiras de prefeito em todo o país. Entendemos, portanto, que o sistema eleitoral explica parcialmente o efeito encontrado na fragmentação e que outras variáveis externas ao sistema eleitoral impactam decisivamente para um resultado de maior ou menor fragmentação. Ou ainda, impactam sobre as formas como o próprio sistema eleitoral pode ou não aprofundar os efeitos da lei de Duverger.

Essa constatação se reforça, por exemplo, quando percebemos graus distintos de fragmentação da política local entre os estados da federação. Como estão todos submetidos ao mesmo sistema eleitoral, as diferentes taxas da fragmentação entre os estados precisam ser explicadas por características próprias aos sistemas partidários estaduais. Lima Júnior (1983), ao analisar o sistema partidário de 1945 a 1964, sugere a existência de dinâmicas políticas particulares e diferenciadas entre as unidades da federação. Isto permite afirmar a existência, em cada contexto, de *racionalidades políticas contextuais*, próprias de cada estado. Essa perspectiva considera que o comportamento partidário se organiza em função do tempo e espaço político em que estão inseridos. As formas de disputa influenciam no surgimento de uma variabilidade de preferências eleitorais e essas diferenças existiriam independentemente dos objetivos de maximização do apoio eleitoral dos partidos. A conformação das alianças, por exemplo, se orientariam por este objetivo racional (maximização dos resultados eleitorais); no entanto, as decisões tomadas visando atingir este objetivo são feitas à luz dos resultados das eleições prévias, e a partir do modo como se estruturam as forças dos partidos localmente (JÚNIOR, 1983, p. 77). É o contexto institucional, portanto, que modificará a forma como as organizações partidárias coordenam suas estratégias e atuação política. Santos e Guimarães (2018, p. 65) pressupõem que as diferenças na expansão dos partidos entre os estados se deve à desigualdade do processo histórico de incorporação dos eleitorado ao sistema político. Em algumas regiões do país, como o Norte e Centro-Oeste, este processo se deu tardiamente, apenas ao final da década de 1970. Com isso podemos ter um exemplo concreto do que Lima Júnior (1983) compreende por racionalidade política contextual: os ritmos históricos da incorporação do eleitorado determinam os pontos de partida do jogo político em cada estado,

e, ao mesmo tempo, ampliam ou diminuem a possibilidade dos atores terem sucesso em suas estratégias racionais de expansão pelo território. Localidades nos quais o eleitorado se incorporou a mais tempo, possuem instituições partidárias enraizadas, bem como uma maior probabilidade de fidelidade partidária por parte dos eleitores. Os ritmos da expansão dos partidos, portanto, se modificariam à medida em que as chances de sucesso nas estratégias de consolidação dos partidos, que são determinadas pelas condições históricas, possam ser maiores ou menores. A configuração inicial do jogo de forças políticas em cada estado determina, portanto, as condições iniciais e a *intensidade* do fenômeno de fragmentação.

Derivada desse pressuposto e dada a heterogeneidade e extensão territorial, os partidos nacionais mais importantes não se configuram como sendo também os maiores em todas as unidades da federação. Assim, a competição pelos votos dos eleitores assume formatos e composições de forças distintas conforme a realidade de cada local. A composição do Congresso se define a partir do somatório do jogo político estadual e esse sistema acaba abrindo espaço para a proliferação de médias e pequenas siglas que se tornam capazes de influenciar o processo decisório nacional (MELO, 2007; MENEGUELLO, 1998). Temos assim um primeiro exemplo de como a configuração do sistema partidário em uma esfera (nacional) é determinada pelo jogo das forças políticas nos estados e municípios (estadual, local).

Para além do contexto e das barreiras citadas por Bartolini (1999, 2000), elegemos uma outra dimensão para o debate teórico sobre as causas da fragmentação. Esta, se configura a partir das regras do federalismo, que conforma a estruturação da relação entre os diferentes agentes políticos dentro de cada arena de poder (ABRUCIO; COSTA, 1998). Como ponto de partida, a estrutura federativa do país enseja a construção de dois poderes autônomos: um nacional e outro subnacional (SOARES, 2007; WATTS, 1998) e a conformação do edifício institucional da República, dentre elas, o sistema de partidos, se estabelece e se molda a partir dessa configuração. Ao mesmo tempo, Abrucio e Costa (1998) advogam pela existência de jogos federativos que possuem pouca capacidade cooperativa e que ensejam disputas predatórias e divisivas que prejudicam uma ação coordenada e harmoniosa do estado brasileiro. Ou seja, de um lado o debate enfatiza a existência de uma autonomia e da centralidade dos atores federativos para a conformação do quadro político; e de outro, chama a atenção para o caráter divisivo que resulta desse processo de interação dos agentes. Nesse trabalho, compreendemos que a própria existência de um ambiente de coordenação entre os diferentes agentes federativos também contribui para a aceleração da fragmentação dos diferentes sistemas partidários, e isso também enseja uma maior dificuldade na construção de uma ação coletiva cooperada e não predatória entre os agentes nas arenas. A configuração das forças políticas em cada estado, fruto das condições históricas de cada lugar, determinam a composição inicial dos agentes e do sistema de partidos em cada local. Ao mesmo tempo, todos os sistemas partidários

estaduais estão submetidos ao mesmo conjunto de regras eleitorais, institucionais e de pressões advindas pela configuração do federalismo brasileiro. Esse conjunto de forças externas aos estados seria o responsável por produzir uma *tendência* sobre todos sistemas partidários na direção de uma maior fragmentação ao longo do tempo.

A corrida eleitoral ganha corpo a partir das arenas federativas e cada centro de poder tem autonomia e instituições próprias que conformam a substância desses poderes. Ao mesmo tempo, como as arenas estão conectadas, existe uma influência nos resultados eleitorais e na composição dos atores políticos de uma sobre as outras. Nossa hipótese, portanto, compreende que os efeitos da composição do jogo político em determinada arena contribui para a conformação do quadro do sistema partidário em outra arena. De forma direta: existe uma relação entre a conformação dos sistemas partidários na arena estadual que influenciam os sistemas municipais, e o mesmo acontece de forma inversa. A competição eleitoral local, por exemplo, reflete o que se passa na esfera estadual e ao mesmo tempo influencia na composição dos partidos estaduais uma vez que a força dos partidos nesse nível também é definida pelo capital político adquirido durante as eleições locais. A articulação entre as esferas federativas foi estudada pela primeira vez por Lavareda (2012) e decorre das características da estrutura federativa, das regras eleitorais e das que presidem a organização dos partidos. Trabalhos como o de Limongi e Vassellai (2016), analisaram o efeito da coordenação entre as arenas sobre a fragmentação do sistema partidário nas eleições legislativas federais. Os autores mostraram que o processo de fragmentação da Câmara nacional se estrutura como "consequência da estratégia dos partidos engajados nas disputas por governos estaduais". As disputas para o executivo dos estados compreende uma estratégia partidária na qual as grandes coligações tendem a sair vitoriosas. Os grandes partidos, portanto, possuem grandes chances de encabeçar as coligações e, é mais vantajoso aos partidos pequenos, participarem como membros dessas coligações e não de maneira isolada. Como a disputa é majoritária, sai na frente a chapa que conseguir reunir o maior número de forças estaduais possíveis. Assim, no plano estadual as candidaturas tendem a se concentrar entre dois grandes partidos, que por sua vez, estão ancorados por coligações superdimensionadas.

Por efeito da legislação, as coligações para as eleições legislativas federais não podem ser compostas por partidos diferentes das coligações para o executivo estadual. Com isso, as coligações para o legislativo nacional, que estão atreladas à dimensão estadual, são cópias fiéis ou compostas por subconjuntos das coligações presentes nos estados para o cargo de governador. Como as coligações para o executivo estadual tendem a ser grandes, por efeito da lógica da competição nos estados, também são grandes as chapas para o legislativo federal. Pelo efeito, agora na esfera federal, do mecanismo de eleição proporcional e da distribuição de sobras, as maiores chapas tendem a concentrar o maior número de votos e conseguir o maior número de cadeiras. Pelo efeito da proporcionalidade, os maiores partidos tendem a transferir votos para os menores fazendo com que estes tenham chances de conseguir cadeiras no legislativo federal. Assim, por efeito dessa

relação entre as arenas e por consequência da legislação, a fragmentação na câmara baixa nacional aumenta, em decorrência da influência direta da conformação das coligações e do jogo político para o governo dos estados. Há aqui um efeito duplo e divergente: o mesmo mecanismo favorece a concentração partidária na arena estadual para as eleições majoritárias, e ao mesmo tempo, a fragmentação na arena federal (LIMONGI; VASSELAI, 2016).

Neste trabalho demos um passo além e incorporamos a arena local dentro desse mecanismo, tornando mais complexo o funcionamento do sistema. Aqui, vamos ao encontro de parte da literatura que entende que o estudo da política local em sua especificidade pode ajudar na construção de novas categorias analíticas para se pensar a política brasileira⁷. Sobre o papel da arena local na articulação entre as demais arenas, chama a atenção a pesquisa de Carneiro e Almeida (2008), que se debruçou sobre o modo como a articulação do sistema partidários local é tributária do que acontece no jogo político e da forma do sistema partidário nos estados e união. Para dar conta desse objetivo, os autores buscaram entender a conformação do sistema federativo brasileiro e como suas regras, especialmente as que ditam o jogo para os municípios, acabam fazendo com que haja um maior ou menor incentivo à fragmentação, autonomia dos candidatos frente aos partidos e descoordenação entre as esferas da federação. No entanto, o trabalho teve como objetivo principal lançar luz sobre a coordenação entre as arenas locais, e não demonstrar efetivamente como as regras perfazem a conformação de uma fragilidade partidária do sistema partidário local.

Os autores apontam para três características do sistema político nacional que regem o efeito da coordenação entre a esfera local e as demais: a primeira, como já argumentamos, se encontra na estrutura federativa do estado brasileiro, que com a constituinte de 1988 conferiu aos municípios o caráter de entidade federativa e estabeleceu os termos que determinam sua autonomia política e administrativa; a segunda decorre dos efeitos das regras eleitorais, que determinam o sistema eleitoral, a circunscrição dos distritos, a desvinculação do voto entre as instâncias e a que estabelece os ciclos eleitorais. Esta dimensão impõe desafios específicos para a coordenação das elites políticas, incentivando a competição interpartidária e intrapartidária com a adoção do sistema proporcional de lista aberta. Por fim, o formato da legislação partidária produz incentivos para a descentralização e fortalecimento das elites estaduais e municipais na vida intrapartidária.

⁷É possível que os efeitos das regras que coordenam o jogo político nas demais esferas percam força ou mesmo sentido em unidades territoriais e demográficas menores. Por exemplo, dado o fato de que 90% dos municípios possuem até 50 mil habitantes e 70% possuem até 20 mil habitantes, pode ser necessário verificar a relevância do uso das categorias, quadros teóricos e esquemas analíticos desenvolvidos para pensar o processo político nos demais níveis de governo (ROCHA; KERBAUY, 2014, p. 20). A título de exemplo, trabalhos que analisaram a relação entre executivo e legislativo (FELISIBINO, 2009; LOPEZ, 2004; PRAÇA; GARCIA, 2011) nos municípios identificaram que o papel dos partidos no processo de construção de maioria do governo é distinto conforme o porte dos municípios. Nas pequenas cidades a governabilidade é obtida através de estratégias que não se orientam por critérios estritamente partidários, mas que atendem a interesses eleitorais e de representação de cada candidato.

Os autores concluem que existem influências entre as esferas, conformando a existência de uma articulação entre os níveis do sistema partidário, seja no subsistema majoritário quanto no proporcional. Os modelos empíricos propostos indicam que existem efeitos significativos das votações para prefeito sobre as votações para governador e deputado federal; das votações para governador e deputado estadual sobre as votações para prefeito, e das votações para prefeito sobre as votações para vereador (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008, p. 424). Em linhas gerais, os autores mostraram evidências que sugerem que o sistema político, em decorrência de sua estruturação federativa, se configura a partir de um entrelaçamento entre as múltiplas arenas do país.

Outras evidências sobre o papel da articulação entre as esferas municipais e estaduais foram investigadas por Avelino, Biderman e Barone (2012) ao avaliarem o impacto da eleição de um candidato de um partido para prefeito, em 2008, nos resultados do mesmo partido no pleito estadual e nacional dois anos seguinte. Os autores trouxeram evidências de que a eleição de um prefeito, mesmo com margem de apenas 1%, aumenta os votos do partido em questão nas eleições proporcionais dois anos depois, seja para deputado federal, seja para deputado estadual. Ou seja, sugere a existência do efeito *coattail reverso* entre os pleitos, indicando transferência de votos das esferas de poder mais baixas para as mais altas (municipal para estadual). Este fenômeno aponta para a existência de articulação intrapartidária entre as organizações estaduais e municipais dos partidos, bem como chama atenção para a importância dos organismos partidários locais no entendimento dos resultados das eleições proporcionais no nível estadual. A pesquisa de Avelino, Biderman e Barone (2012), por sua vez, deixa em aberto a perspectiva de explicação dos mecanismos causais da articulação intrapartidária.

É desse ponto de partida que estabelecemos os objetivos da nossa pesquisa: buscamos traçar essa explicação na tentativa de comprovar que seus efeitos são os responsáveis pela fragmentação dos sistemas partidários locais e estaduais. Nossa hipótese pressupõe que um partido, ao assegurar uma base eleitoral sólida em um município (seja em uma eleição local, estadual ou nacional) terá uma capacidade maior de fazer com que os recursos políticos advindos dessa conquista, sejam transferidos e utilizados de forma a assegurar ou ampliar o domínio deste mesmo partido nas eleições futuras de mesmo (mesma arena) ou de diferente nível (diferentes arenas) político da anterior. E à medida que os partidos vão se fortalecendo nos municípios e transferindo recursos para a arena estadual e federal, sua capacidade de alocar recursos em municípios e regiões onde antes ele não entrava, ou possuía baixo coeficiente eleitoral, aumenta. A articulação entre as arenas estabelece os contornos do mecanismo causal que garante a expansão territorial dos partidos. Ao mesmo tempo, a ausência de regras de barreira, a diversidade de territórios e de demandas e a migração partidária facilitam e dão vitalidade a esse processo, cujo resultado final é o aumento da fragmentação da competição dos sistemas de partidos no país.

Outra evidência sobre o impacto da política local em outras esferas de poder foi apresentada por Vasselai (2015). O autor propõe uma nova interpretação sobre a questão da nacionalização dos partidos e busca explicar a fragmentação do sistema partidário nacional como decorrente da característica do jogo partidário no contexto local. Como ponto de partida, o autor propõe que o conceito de nacionalização deve ser entendido a partir de 4 dimensões: o da organização dos partidos, a nacionalização da oferta de candidatos, nacionalização da demanda eleitoral e dos resultados eleitorais. Tais dimensões atuam de forma independente podendo um país apresentar índices altos de nacionalização em um item e baixo em outro. Assim, por exemplo, os partidos brasileiros, sob o ponto de vista da oferta de candidatos, são altamente nacionalizados; ou seja, possuem a capacidade de lançar candidatos em quase todas as regiões do país. No entanto, do ponto de vista da demanda eleitoral, os partidos brasileiros, contemporaneamente, possuem um baixo índice de nacionalização. Em outras palavras, ainda que apresentem candidatos nacionalmente, a distribuição dos votos entre os partidos mantém-se circunscrita, configurando múltiplas zonas de influência entre diferentes partidos ao longo do território. Existem especificidades regionais da demanda que constituem interesses regionais e permitem a formação de clientelas regionais aos partidos.

O autor compreende que a fragmentação do sistema partidário nacional se constitui enquanto um fenômeno tributário da baixa nacionalização da demanda eleitoral. Isso é explicado a partir da teorização de Cox (1997) a qual postula que a observação de uma diferença no número de partidos para a câmara baixa muito maior, em todo país, que a média do número de partidos para a mesma câmara baixa dentro das circunscrições eleitorais, é resultado do fato de que cada circunscrição tem um sistema partidário distinto. Assim, a conformação dos resultados eleitorais a partir de especificidades locais produz uma baixa nacionalização da demanda eleitoral, permitindo que uma variedade de partidos tenham sucesso em seus nichos eleitorais. Tal característica impacta diretamente na conformação de um sistema partidário nacional fragmentado. De modo geral, existem indícios na literatura que associam o tamanho territorial e populacional das unidades políticas com o número de partidos. Quanto maior o tamanho de um país, maior tende a ser o número total e o número efetivo de partidos, bem como tende a ser menor o apoio eleitoral às maiores agremiações (ANCKAR, 2000)⁸. O Brasil, por suas dimensões e diversidade, possui uma propensão para se constituir institucionalmente a partir de um sistema político multipartidário, portanto.

Passando à realidade do jogo político, podemos supor que inexistem grandes barreiras que impeçam a nacionalização dos partidos. Estes, acabam possuindo uma capacidade potencial de lançar candidatos em praticamente todas as esferas políticas subnacionais. A nacionalização da oferta de candidatos, como sabemos, é alta, mas não resulta em uma expansão nacional da demanda eleitoral. Os partidos não conseguem

⁸Com a ressalva de que tamanho é causa necessária, mas não suficiente.

obter vitórias expressivas em muitos lugares do país ao mesmo tempo pois as dimensões do país garantem a existência de diferentes níveis subnacionais de interesses que serão atendidos pelas elites políticas locais, ao mesmo tempo que sua institucionalidade não permite a operacionalização histórica de uma centralização do sistema partidário em todas as esferas de poder, como no bipartidarismo norte americano, por exemplo. Assim, as elites passam a competir no cenário eleitoral sob diversas bandeiras e nos partidos que se constituem naqueles territórios.

Um olhar mais detido sobre a questão da expansão partidária também nos leva a pensar sobre as estratégias das agremiações para a formação do quadro de lideranças locais. Uma perspectiva teórica e normativa nos permitiria supor que a expansão dos partidos é promovida a partir da capacidade que cada agremiação tem de formar ou catapultar lideranças regionais próprias e cujo sucesso eleitoral garantiria a entrada e manutenção do partido em um novo município. No entanto, o mecanismo da migração partidária permite que a participação de lideranças nas campanhas dos partidos seja feita à reboque da construção de novas lideranças internamente.

Na literatura, de forma geral, o tema da migração partidária não estão vinculados ao fenômeno da fragmentação. Os pressupostos teóricos sobre as causas do fenômeno se ancoram sobre a perspectiva da busca dos atores políticos pela maximização de seu capital político e da possibilidade de reeleição (DESPOSATO, 1997, 2005, 2006; MELO, 2000, 2004). No entanto, Freitas (2012) sofisticou o argumento e traz os partidos para o centro da questão buscando entender como os atores coletivos se utilizam da troca de legendas de forma estratégica. Como consequência o recrutamento de parlamentares por parte dos partidos passa a ser concebido como uma forma de atender às necessidades de acesso das agremiações aos cargos no legislativo federal, bem como para aumentar o capital eleitoral dos partidos em regiões onde os mesmos não eram bem votados.

A partir dessa perspectiva Faganello e Fernandes (2016, 2018a, 2018b) analisaram a migração partidária de vereadores e prefeito e trouxeram evidências de que a troca de partidos nos municípios se constitui como uma ferramenta que potencializa os ganhos eleitorais dos partidos, ao mesmo tempo que diminuem ou tornam desnecessários os mecanismos de formação de quadros próprios. Partidos tradicionalmente consolidados em um município, se constituiriam a partir de um conjunto de lideranças já estabelecidas previamente. Partidos com nenhum ou pouco capital político nesses municípios tenderiam a ter mais vantagens eleitorais ao trazer para sua lista candidatos com uma experiência e capital eleitoral acumulado em eleições anteriores por outros partidos. Candidatos por partidos já estabelecidos que apresentam um capital eleitoral acumulado mas que não se constituem como as principais lideranças desse partido no município, tenderiam a migrar para os partidos menores onde não dividiriam recursos de poder e de capacidade

decisória. Assim, partidos menores ou inexistentes ampliariam suas chances de conversão de votos em cadeiras, sem a necessidade de investir em quadros próprios. Os partidos atuariam como *headhunters* de candidatos potenciais e a migração se transformaria em um mecanismo de expansão dos partidos pelo território⁹.

Uma importante implicação de um mecanismo como esse reside no fato de que a expansão dos partidos, talvez, esteja sendo feita sem a necessidade de introdução de novos quadros e elites políticas distintas. Ou seja, a partir da migração de lideranças forjadas em outros partidos, ou consolidadas eleitoralmente por outros partidos, que passam a concorrer na eleição seguinte pelo partido que melhor lhe trouxer benefícios ou ampliação do capital eleitoral com o menor custo possível. Buscamos entender se a fragmentação dos partidos é acompanhada por uma fragmentação de elites no poder, conformando novas elites à medida que o número de partidos aumenta. Ou, se estamos diante de um quadro com alta fragmentação mas baixa renovação: no qual a migração de partidos tem um papel importante uma vez que permite que lideranças com um passado eleitoral conquistado por outros partidos, passem a concorrer na eleição seguinte por um partido que está debutando naquele território. Fenômenos como a criação do PSD, que nasceu como um partido médio e da articulação de elites políticas estabelecidas, sugerem que esse pode ser o quadro. Apesar de novo, grande parte dos quadros do PSD eram políticos e lideranças consolidadas e com um experiência eleitoral prévia. A extensão e a validade dessa hipótese será uma das linhas de investigação dessa pesquisa.

Assim, vamos desenhando um quadro sobre a operacionalização da fragmentação no sistema partidário local, e seu impacto sobre as outras esferas, passando à construção de nossa hipótese de pesquisa. Deixamos claro na introdução que quando estamos tratando do fenômeno da fragmentação, estamos pensando o conceito a partir de um duplo ponto de vista: não apenas enquanto um fenômeno que pressupõe a multiplicação de partidos, mas a sua relação com a competição. A fragmentação da competição é o nosso objeto central, portanto. Mas não é possível pensar nessa dimensão sem que prestemos a atenção para um terceiro elemento decorrente desse fenômeno: a capacidade dos partidos de se tornarem competitivos nos locais onde antes não eles não eram importantes, nos faz pensar sobre o tema da territorialização e expansão dos partidos. Assim, se antes o conceito se traduzia por uma duplicidade, aqui passamos a pensar as transformações do sistema partidário a partir de uma tríade: *a territorialização e expansão dos partidos produz uma maior fragmentação à medida em que torna os sistemas mais competitivos*.

⁹Em dados recém coletados pelos autores, entre os anos de 2000 a 2016, notou-se que em torno de 50% dos candidatos eleitos à vereador por partidos que eram novos em um município (ou seja, que não obtiveram nenhum voto em uma eleição posterior) eram candidatos migrantes. Ou seja, que estiveram disputando o cargo de vereador por outro partido na eleição anterior.

Pressupomos nessa tese que fragmentação decorre de um mecanismo alimentado por um sistema de *feedback loop*¹⁰, ou seja que se retroalimenta, levado a cabo pela interação entre as arenas e o sistema de regras eleitorais. Dada a força e sua centralidade para a política nacional, partimos da premissa de que a entrada dos novos partidos nos territórios aconteça preferencialmente através da arena estadual. A lógica das disputas ao executivo nessa arena é pautada pela conformação de grandes coligações em torno de partidos dominantes nos estados. No momento em que as coligações se formam, as que concentram o maior número de partidos passam a ter as melhores chances de votos nas eleições majoritárias e, por consequência, de conversão de cadeiras nas assembleias estaduais. Como as coligações são grandes e heterogêneas, e dada que a distribuição das sobras se orienta pelas listas coligadas (regra de coligação), ampliam-se as chances de transferência de votos dos grandes para os pequenos. Isso amplifica a fragmentação nos legislativos estaduais, ao mesmo tempo que a competição majoritária nos estados tende a se concentrar. Os efeitos na arena federal, por sua vez, passam a ser sentidos por força da legislação que praticamente determina o espelhamento das coligações estaduais e federais (LIMONGI; VASSELAI, 2016). Ambas, portanto, passam a se fragmentar de forma correlacionada.

Mas esse fenômeno também gera efeitos nas arenas locais. Afinal, a arena é estadual mas os votos são conquistados nos municípios: a conquista de bases territoriais através das câmaras estaduais, passa a ampliar as possibilidades dos partidos de obterem boas votações para os pleitos municipais dois anos à frente. Estamos diante do nosso primeiro mecanismo do *feedback* (top-down) que faz com que os diversos sistemas partidários municipais também se fragmentem. O sucesso eleitoral na arena estadual permite um acúmulo de capital político que será colocado à prova pelas elites locais nas eleições seguintes. A partir desse ponto, e por efeito da coordenação e das regras eleitorais, a fragmentação da competição nas arenas estaduais é transferida para a fragmentação na esfera municipal.

Dentro dos municípios, o mesmo fenômeno de articulação entre o legislativo e executivo encontrado dentro da arena estadual se faz presente: as disputas para o executivo nos municípios leva à conformação de grandes alianças e a uma especialização entre os partidos. Os menores passarão a concorrer por espaço dentro das coligações visando as disputas para as câmaras de vereador; e os grandes partidos irão concentrar seus esforços em conseguir o maior número de aliados para a conquista das prefeituras. No entanto, os sistemas partidários dos executivos locais não convergem para uma concentração, como preconizado por Limongi e Vassalai (2016) em sua análise estadual; ao contrário, diferentes partidos tem se revezado na preferência dos eleitores e a fragmentação partidária do número de cadeiras de prefeito aumentou ao longo dos anos. Nossa hipótese é que as

¹⁰Conceito similar ao que em sistemas complexos chamamos de *feedback loop*, ou seja, nos quais uma parte ou o todo dos resultados produzidos por um sistema retorna como causa de um outro resultado, em um processo que se auto alimenta. Sobre o conceito em política cf. RHEE, 2000.

causas desse fenômeno se encontram na relação de dependência que as arenas estaduais exercem sobre as locais e pela fragilidade das máquinas locais. Os efeitos da interação entre as arenas se faz sentir com muito mais força no sentido dos estados para os municípios, do que o contrário. Isso faz com que a construção de máquinas partidárias enraizadas nas prefeituras seja mais difícil de ser conquistada, gerando um aumento da fragmentação e da rotatividade de cadeiras de prefeitos em todo o país.

Ainda no interior da arena local, pressupomos que a migração partidária exerce uma pressão que auxilia no processo de fragmentação. A migração partidária é *uma ferramenta de expansão dos partidos pelo território, o que acaba gerando um impacto sobre o fenômeno da fragmentação*. A coordenação entre agentes políticos e partidários solidifica uma negociação na qual, de um lado, os candidatos buscarão maximizar seu capital eleitoral, como prevê a literatura; e de outro, os partidos passarão a maximizar suas chances de obtenção de cadeiras com diminuição dos custos para formação de lideranças. Ao mesmo tempo, dado o contexto da regra de distribuição de cadeiras proporcionais, possuir candidatos com *background* eleitoral consolidado em suas listas, aumentaria as chances dos partidos pequenos figurarem em posições melhores na lista da coligação. Partidos debutantes irão compor suas listas com candidatos que possuem uma experiência eleitoral prévia por outros partidos, o que faz com que os custos de formação de lideranças seja minimizado. As negociações para a migração partidária maximizam o capital eleitoral dos agentes e aumenta as chances de vitória dos partidos debutantes, ampliando as chances de competição dos partidos debutantes e, por consequência, da fragmentação dos sistemas partidários locais.

O quadro agora avança e volta para si: um segundo mecanismo de *feedback* opera agora no sentido contrário (bottom-up) fazendo com que a fragmentação das arenas locais também tenha impacto na conformação das alianças para o governo do estado dois anos depois. A configuração de forças municipais será determinante durante as negociações para a composição das novas alianças no estado. Os partidos que conseguem acumular um capital eleitoral e de cadeiras nos municípios poderão negociar a entrada em uma coligação com maior capacidade de ampliar as forças desses partidos nas eleições legislativas estaduais. Os resultados conseguidos nos pleitos municipais dois anos antes servem de base para a composição das forças políticas locais em torno da disputa estadual. O acúmulo de capital político herdado das eleições municipais aumentará as chances dos partidos de conquistarem melhores posições no conjunto das alianças, aumentando a pressão pela fragmentação na arena estadual. O quadro se fecha e a cada etapa a fragmentação é ampliada e transferida de uma arena a outra por um mecanismos exógeno, pautado pela interação entre as arenas; e outro endógeno, que se resume pela interação entre legislativo e executivo no interior das arenas. Com isso, o ciclo se fecha e vislumbramos um fenômeno complexo, resultando em um generalizado processo de fragmentação da competição e do sistema de partidos em todas as esferas de poder do país.

Nos próximos capítulos analisamos empiricamente as etapas propostas em nossa hipótese de pesquisa sobre as causas da fragmentação. Partimos de uma análise sobre as dimensões e características gerais da fragmentação dos sistemas partidários locais entre 2000 e 2020. Em seguida propomos uma análise focada sobre as causas da fragmentação a partir da interação entre as arenas, seja na direção que vai da arena estadual para a local, quanto da local para a estadual. No capítulo seguinte discutiremos sobre as causas da fragmentação dentro da arena local e as particularidades da relação entre legislativo e executivo. Por fim, buscaremos demonstrar como a estratégia entre partidos e candidatos amplifica as potencialidades da fragmentação a partir dos cálculos estratégicos em torno da migração partidária.

Capítulo 2: Dimensões e causas da fragmentação dos sistemas partidários

2.1 Fragmentação dos sistemas partidários locais

A fragmentação dos sistemas partidários locais¹¹, ou seja, do conjunto de partidos que concorrem aos cargos eletivos de prefeito e vereador em cada município, aumentou constantemente de 1996 a 2016, vindo a cair em 2020 apenas para vereador. A tabela 1 nos mostra o teórico número efetivo de partidos (NEP^{12}) dos diferentes sistemas partidários municipais a partir de dois cálculos: o primeiro, a partir de uma média dos índices de cada município levando em conta o total de votos nominais em cada unidade (média); o segundo, levando em conta o número de cadeiras para prefeito e vereador agregados nacionalmente (agregado). No primeiro caso, medimos os valores calculando os índices para cada município e extraíndo uma média; no segundo, o cálculo é feito tendo como base todas as cadeiras em disputa de forma agregada, como se as eleições municipais fossem disputadas em um único distrito, por todo o território nacional.

Para o cargo de vereador, o número efetivo de partidos que era de 7,5 em 1996, no agregado, saltou para 16 em 2016 e fechou 2020 com 14,5. Na média dos municípios esse número passou de 4,6 para 7,6, descendo a 5 no mesmo período. Com exceção de 2020, os eleitores passaram a votar em mais partidos diferentes para o cargo de vereador em cada município, e no agregado nacional, mais partidos distintos passaram a conquistar cadeiras. A redução observada em 2020 decorreu de uma mudança nas regras de distribuição das cadeiras. Pela primeira vez, as coligações para eleições proporcionais foram proibidas conforme determinado pela reforma política de 2017¹³. Isso impactou negativamente na fragmentação uma vez que diminuiu as chances de conquista de cadeiras dos partidos com menor força eleitoral em cada município.

Uma extensão dos pressupostos da lei de Duverger preconiza que um sistema partidário cujo número de partidos seja maior que o número de cadeiras em disputa em um distrito (magnitude), tenderá a um equilíbrio. Por efeito das condições mecânicas e psicológicas do voto, o número de partidos com reais chances de conquistar cadeiras será reduzido aos $M + 1$ principais partidos, onde M é igual à magnitude do distrito. Em termos teóricos dizemos que os sistemas partidários tendem a um *Equilíbrio Duvergeriano*, portanto (LAGO; MONTERO, 2009, p.22). De fato, se olharmos a média do número efetivo de partidos por distrito em cada ano, observaremos que os eleitores e os partidos tendem a se posicionar de forma a reduzir o cardápio das preferências aos dois principais

¹¹Chamamos de sistema partidário local o conjunto dos partidos que interagem, disputam e estruturam as eleições e as instituições políticas de uma das esferas do poder municipal. Usaremos a expressão sistema partidário local(is) e municipal(is) como sinônimos.

¹²LAAKSO; TAAGEPERA, 1979

¹³Emenda Constitucional N° 97, de 4 de outubro de 2017

Tabela 1 – Número efetivo de partidos entre média de votos nos municípios e no agregado nacional de cadeiras (Brasil, eleições municipais)

cargo	eleição	partidos ¹	NEP ⁴	
			média ²	agregado ³
Vereador	1996	29	4,6	7,5
	2000	30	5,1	8,8
	2004	27	6,1	10,6
	2008	27	6,3	11,6
	2012	29	7,1	14,0
	2016	35	7,6	16,0
	2020	33	5,0	14,5
Prefeito	1996	29	2,2	6,8
	2000	30	2,2	7,0
	2004	27	2,2	8,8
	2008	27	2,1	8,8
	2012	29	2,1	10,4
	2016	35	2,2	10,5
	2020	33	2,3	12,0

¹ Número de partidos definido como aqueles que ganharam ao menos um voto válido em um município;

² Refere-se ao *NEP* médio do total de votos em cada município do país;

³ Refere-se ao cálculo sobre o número total de cadeiras em disputa agregado nacionalmente;

⁴ Calculado a partir de Laakso e Taagepera (1979).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

partidos que mais foram capazes de convencer o eleitorado da cidade. Essa tendência vai de encontro aos achados de Vasquez (2016) que ao analisar a competição partidária municipal observou que as disputas para o cargo de prefeito por todo o país tendem a ser acirradas e com uma pequena margem de diferença de votos entre os dois primeiros colocados.

Por outro lado, quando olhamos o dado agregado, ou seja, através do somatório de todas as cadeiras de prefeito disputadas no país, verificamos que houve um crescimento constante no número efetivo de partidos. Isso quer dizer que mais partidos diferentes passaram a se tornar competitivos pelo país a cada ano, ainda que em cada município essa competição tenha se restringido a apenas dois partidos em cada eleição e distrito específico. Os dados indicam, portanto, que a despeito do funcionamento do efeito mecânico do sistema eleitoral majoritário e psicológico dos eleitores, que tendem a não jogar o seu voto fora, existe uma pressão exógena ao sistema eleitoral que não favorece a estabilização dos sistemas de partidos dos municípios, e que eleva a fragmentação dos partidos que conquistam cadeiras locais. A lei de Duverger faz com que se alcance o equilíbrio teorizado dentro de cada município, mas os aspectos do jogo político fazem com que o conjunto de atores partidários competitivos se alternem a cada eleição.

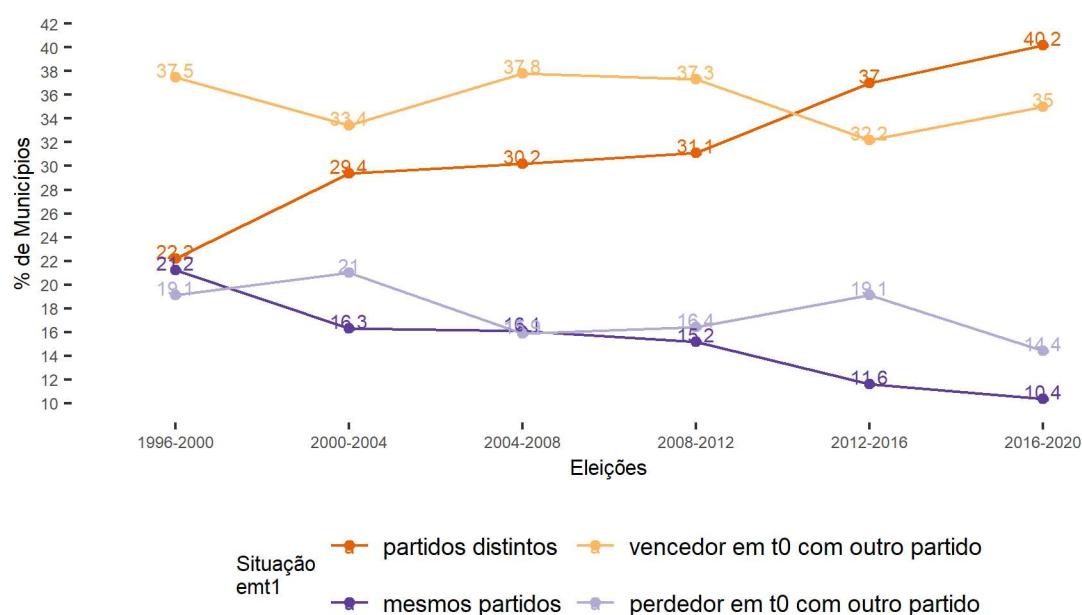
No entanto, antes de entrarmos especificamente nessas questões empíricas e teóricas das causas do fenômeno, analisaremos nas seções seguintes alguns detalhes específicos sobre a fragmentação dos executivos e legislativos municipais. Nosso foco será o entendimento do fenômeno a partir das dinâmicas interpartidárias de troca de cadeiras e a identificação dos atores partidários que expandiram ou perderam espaço no período. Também analisaremos os perfis municipais e regionais da fragmentação. O objetivo é o de encontrar novas pistas que revelem características sobre os fatores causais que tem levado a uma ampliação do número de partidos nos sistemas partidários locais.

2.1.1 Fragmentação nos Executivos Locais

Em um sistema coeso e com certo grau de previsibilidade, espera-se que a cada par eleitoral os dois principais partidos concorrentes ao executivo sejam os mesmos na maior parte dos municípios. No entanto, observamos um cenário diferente. A tendência entre as eleições é de que a disputa seja acompanhada por um *revezamento entre os partidos competidores*. Na maior parte dos casos, o partido que perde a eleição para prefeito tende a não se manter na disputa na próxima eleição; e cresceram os casos em que as disputas para prefeito em duas eleições consecutivas são dadas por pares de partidos totalmente distintos. A figura 3 nos mostra que em 42% dos municípios do país, os dois principais partidos concorrentes de 2020 não eram os mesmos de 2016; e somente em 10% das cidades os concorrentes se repetiram. O gráfico mostra também como ao longo dos anos, o cenário com partidos distintos aumentou constantemente vindo a se tornar majoritário em 2016. Já os cenários em que o partido vencedor na primeira eleição (t_0) concorre na eleição seguinte (t_1) com um partido diferente, se manteve estável desde 2000 e é realidade em 35% dos municípios em 2020.

Este quadro aponta para as seguintes conclusões: 1) como apontado anteriormente, cada vez mais partidos diferentes tem se tornado competitivos nas disputas para as prefeituras, 2) na maior parte das cidades, o partido incumbente não tem conseguido se manter competitivo na disputa seguinte; 3) a dificuldade do partido perdedor de se manter competitivo é maior ainda. Vale ressaltar que essa configuração se conforma em eleições que usam da regra majoritária e se apresenta como um bom exemplo da premissa de Duverger: a ação do sistema de escrutínio sobre o regime de partidos pode ser comparada à de "um freio ou um acelerador" (DUVERGER, 1970, p. 241). Assim, olhando os sistemas circunscritos aos municípios, vemos a ação da regra majoritária restringindo o cardápio das escolhas a dois partidos; mas em uma perspectiva comparada, outros fatores acabam por compor um quadro onde os partidos tendem a se revezar dificultando o processo de estabilização do sistema de partidos locais.

Figura 3 – Porcentagem de municípios por tipo de competição partidária entre dois pleitos consecutivos (Brasil, eleições para prefeito, 1996-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

A tabela 2 nos mostra que o crescimento do cenário onde os dois maiores partidos competitivos se revezam cresceu de forma generalizada em todos os segmentos de porte municipal, com exceção dos municípios acima de 500 mil habitantes. Aqui temos um número baixo de municípios (49 em 2020), o que faz com que as flutuações percentuais sejam grandes. Ainda assim, chama a atenção que em metade dos municípios com mais de 500 mil habitantes, os 2 principais partidos competidores de 2020 não eram os mesmos de 2016.

Tabela 2 – Porcentagem de municípios com partidos competidores distintos em t_1 por porte municipal (Brasil, prefeito)

porte	2000	2004	2008	2012	2016	2020	dif ¹
Até 5 mil	15,5	23,5	25,4	24,7	28,9	37,5	4,4
5 a 10 mil	21,6	29,6	27,1	28,9	35,6	36,7	3,0
10 a 20 mil	23,6	30,7	32,7	33,9	38,9	41,2	3,5
20 a 50 mil	26,1	34,2	36,2	35,7	43,6	43,7	3,5
50 a 100 mil	31,8	31,5	30,2	36,6	45,3	47,6	3,2
100 a 500 mil	26,7	33,3	35,1	37,7	45,1	45,8	3,8
Acima de 500 mil	46,2	19,2	42,3	38,5	46,2	50,0	0,8

¹ média da diferença entre os anos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Olhando para as diferenças geográficas (tabela 3), notamos o mesmo efeito encontrado anteriormente. A fragmentação cresceu em todas as regiões com destaque para o Sudeste que no agregado de cadeiras pulou de 5,9 em 1996 para 12,9 em 2020. Historicamente, o Sul é a região que apresenta os menores índices de concentração. No entanto, também apresentou um ritmo constante de crescimento no período.

Tabela 3 – NEP^1 do total de cadeiras por região e eleição (Brasil, Prefeitos)

região	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	dif2
SE	5,9	7,2	8,2	8,3	10,2	10,2	12,9	1,2
NE	7,2	6,8	8,4	10,0	10,8	11,6	11,2	0,7
CO	5,1	5,5	7,8	7,1	8,4	6,4	9,1	0,7
S	5,0	5,6	5,6	5,5	7,2	7,3	8,0	0,5
N	6,3	6,7	8,7	7,2	8,6	9,0	8,9	0,4

¹ Laakso e Taagepera, 1979;

² média da diferença entre os NEP por eleição;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Por outro lado, a realidade dos estados (tabela 4) apresenta um quadro diversificado. Há casos em que os níveis de fragmentação caminharam em direção contrária à tendência observada. Destaque para Rio de Janeiro, Minas e Paraíba onde a fragmentação cresceu no período a uma taxa maior ou igual a um partido efetivo por eleição. Já Alagoas, Mato-Grosso do Sul e Pará foram os únicos estados que apresentaram concentração do sistema partidário local no período. Chama a atenção o fato de que nos três estados a diminuição da fragmentação já havia ocorrido em 2016, antes da adoção da regra que proíbe coligações em eleições proporcionais.

A expansão da fragmentação é uma tendência geral dos diferentes sistemas partidários do país, mas ela coexiste com fenômenos de retração dos sistemas em determinados estados. Isso indica que determinadas configurações do jogo político estadual ou local (efeitos contextuais) são capazes de suplantarem os efeitos advindos da pressão do sistema como um todo. Vejamos, por exemplo, o caso do Pará. Este é um estado territorialmente grande mas com apenas 144 municípios; em tese, um número menor de cadeiras de prefeito tornaria mais fácil uma ação política que convergisse no sentido contrário ao da fragmentação. Mas o que chama a atenção é o contexto do jogo político: de 1996 a 2016, PSDB e MDB protagonizavam a clivagem eleitoral e comandavam o maior número de prefeituras no estado (juntos, os dois partidos governavam 50% dos municípios paraenses). A hegemonia, por sua vez, sempre foi tucana: o partido conseguiu eleger o governador do estado em 5 das 6 eleições estaduais¹⁴. Também nesse período o partido liderou em número total de cadeiras de prefeito com exceção de 2008. No entanto, a partir

¹⁴O PSDB governou o estado com Almir Gabriel por dois mandatos entre 1995 e 2002; com Simão Jatene de 2003 a 2006 e por dois mandatos de 2011 a 2018; o partido deixou de governar apenas nos anos entre 2007 e 2010 onde a hegemonia foi quebrada pontualmente pelo PT através da candidatura de Ana Júlia Carepa e, recentemente com Hélder Barbalho do MDB que comanda o estado desde as eleições de 2018.

Tabela 4 – NEP^1 do total de cadeiras por UF e eleição (Brasil, Prefeitos)

região	uf	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	dif ²
N	TO	4,3	3,7	7,8	6,1	7,7	8,9	8,8	0,7
	RO	5,4	6,5	6,6	9,0	6,6	6,5	9,3	0,7
	AC	3,7	4,3	4,0	2,8	4,9	6,5	6,0	0,4
	AM	5,2	5,2	5,8	5,0	4,2	5,8	7,0	0,3
	RR	4,1	4,6	8,2	3,1	5,8	9,0	5,5	0,2
	AP	4,9	5,0	5,3	5,8	8,5	11,6	5,4	0,1
	PA	5,7	5,2	5,7	6,7	7,5	6,0	4,5	-0,2
NE	PB	3,6	4,3	6,7	6,4	7,6	7,4	10,0	1,1
	PE	3,7	5,6	6,9	6,7	6,2	5,5	7,5	0,6
	RN	4,7	4,7	5,5	6,3	6,3	5,4	7,3	0,4
	MA	7,2	5,1	7,8	7,5	10,5	9,3	8,9	0,3
	SE	6,0	4,9	6,0	8,4	9,7	8,8	7,5	0,3
	BA	5,6	5,8	5,2	7,2	8,1	10,2	6,9	0,2
	CE	4,1	3,9	4,8	6,4	8,2	7,7	5,2	0,2
	PI	4,7	5,0	6,4	5,7	7,5	8,4	4,6	0,0
	AL	7,8	6,3	6,9	7,4	7,3	5,1	4,2	-0,6
CO	MT	5,4	4,2	6,0	6,8	6,5	7,1	10,4	0,8
	GO	4,1	5,7	4,9	6,1	7,6	6,5	8,5	0,7
	MS	4,4	4,3	5,9	5,1	6,5	3,8	3,4	-0,2
SE	MG	5,9	6,6	8,4	9,2	10,9	10,9	14,6	1,5
	RJ	6,4	5,2	4,1	4,9	8,6	7,5	12,3	1,0
	ES	6,0	6,1	8,9	6,5	6,9	9,2	10,0	0,7
	SP	5,3	6,7	6,6	6,5	7,9	8,0	8,0	0,4
S	SC	3,6	3,8	4,0	4,4	4,6	4,8	5,4	0,3
	PR	5,5	6,0	6,6	6,1	10,0	9,8	7,0	0,2
	RS	4,0	4,2	5,0	4,8	5,2	5,2	5,2	0,2

¹ Laakso e Taagepera, 1979;² média da diferença entre os NEP por eleição;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

de 2016 essa hegemonia se desfez e o MDB passou a controlar o maior número de cadeiras de prefeito bem como passou a comandar o governo do estado em 2018. A derrocada dos PSDB no estado coincidiu com a diminuição do partido na esfera federal e em todo o país, mas especificamente no Pará a oposição à direita do MDB não conseguiu ocupar o espaço deixado pelos tucanos. Na eleição de 2020 o MDB conseguiu eleger prefeitos em 55 cidades, superando o recorde de 47 cidades conquistadas pelo PSDB no seu auge em 2004. Os tucanos conseguiram apenas 13 prefeituras na última eleição municipal. Assim, a concentração de prefeituras no estado correspondeu a um movimento no qual o MDB foi capaz de avançar sobre o espólio deixado pelo PSDB em um momento de reconfiguração eleitoral, tornando o jogo mais concentrado.

Características contextuais podem ser capazes de colocar freio ao movimento nacional de fragmentação partidária. No entanto, não entraremos nesta questão de forma mais profunda. Isso exigiria um trabalho específico e qualitativo que escape ao nosso escopo. Nosso objeto se restringe ao movimento de expansão da fragmentação dos diversos sistemas partidários, com foco na esfera local/estadual. Na seção seguinte seguimos nossa pesquisa mostrando algumas características sobre o movimento de troca de cadeiras de prefeito e de vereador por todo o país.

2.1.2 Expansão e encolhimento dos partidos

Quando olhamos para o jogo de perda e ganho de cadeiras entre os partidos (tabela 5), podemos perceber um declínio constante dos maiores partidos. A cada eleição MDB, DEM e PSDB foram perdendo prefeituras a uma média de 1,5 ponto percentual para baixo; o que corresponde a mais ou menos 85 prefeituras perdidas por ano. De forma geral, o quadro sugere que a fragmentação do período corresponde a um movimento de distribuição das cadeiras que pertenciam aos maiores partidos em 1996, seguindo as tendências das disputas políticas que estruturam o sistema partidário no nível nacional. O caso do PSD é emblemático nesse aspecto: seu surgimento está ligado às disputas entre as elites do DEM pelo controle do partido em meio ao fracasso da tentativa de renovação do antigo PFL, após o fim do governo Fernando Henrique (JR; RIBEIRO, 2019). E de fato, entre 2000 e 2016, o número de cadeiras de prefeito conquistadas pelo DEM caiu em torno de 74%. O PSD aparece no cenário político em 2012 como o quarto maior partido em termos de prefeituras conquistadas, vindo a se tornar o terceiro nas eleições seguintes.

Mais do que identificar quais foram os partidos que mais cresceram ou encolheram no período, precisamos entender a direção destas trocas de cadeiras. Afinal, quem está ocupando as cadeiras dos partidos perdedores? Adotamos para isso uma métrica de verificação do intercâmbio de cadeiras entre os partidos no período. O cálculo é simples: a cada par eleitoral calculamos o número de ganhos e perdas de cadeiras entre dois partidos e extraímos um saldo. Assim, obtemos o que chamamos de saldo interpartidário de cadeiras de prefeito. Para exemplificar este método daremos um exemplo: em 2016, em todo território nacional, o PSDB conquistou 94 prefeituras que pertenciam ao PT em 2012; por sua vez, o PT conquistou 12 cadeiras em 2016 que pertenciam ao PSDB na eleição anterior. O saldo interpartidário entre PSDB e PT é, portanto, de +82 para o PSDB $[94 - 12]$, e de -82 para o PT $[12 - 94]$.

Na tabela 6 consolidamos os saldos interpartidários por par eleitoral, desde 1996, e também a soma dos saldos de cada partido em todo período. O quadro nos mostra que os partidos com os maiores saldos negativos no total são aqueles que se estruturaram antes ou nos anos iniciais da República pós-1985, e que se apresentaram como os principais atores do sistema partidário nacional após 1988: MDB, DEM, PSDB, PTB e PDT. Vale

Tabela 5 – Percentual do agregado de cadeiras de prefeito por partido e ano (Brasil, 1996-2020)

partido	eleição							média	dif ¹
	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020		
MDB	24,2	22,6	19,1	21,6	18,4	18,9	14,3	19,9	-1,6
DEM	17,4	18,5	14,2	8,9	5,0	4,9	8,5	11,0	-1,5
PSDB	17,1	17,8	15,7	14,2	12,5	14,5	9,5	14,5	-1,3
PTB	9,4	9,2	7,6	7,4	5,4	4,6	3,9	6,8	-0,9
PDT	8,0	5,2	5,5	6,3	5,5	6,0	5,8	6,0	-0,4
PROS	-	-	-	-	-	0,9	0,8	0,8	-0,2
PMB	-	-	-	-	-	0,1	0,0	0,0	-0,1
PMN	0,6	0,3	0,6	0,8	0,8	0,5	0,2	0,5	-0,1
REDE	-	-	-	-	-	0,1	0,1	0,1	0,0
DC	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
PTC	-	0,1	0,3	0,2	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0
PRTB	0,0	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,0
NOVO	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0
PSOL	-	-	-	-	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
PATRIOTA	0,6	0,3	0,7	0,3	0,4	0,6	0,9	0,5	0,1
PV	0,2	0,2	1,0	1,3	1,8	1,8	0,8	1,0	0,1
PCdoB	-	0,0	0,2	0,7	1,2	1,6	0,8	0,6	0,1
PP	11,5	11,1	9,9	9,9	8,6	9,0	12,6	10,4	0,2
PSC	0,9	0,6	0,5	1,0	1,5	1,6	2,1	1,2	0,2
PT	2,1	3,4	7,4	10,0	11,4	4,6	3,3	6,0	0,2
AVANTE	0,1	0,1	0,4	0,1	0,4	0,2	1,5	0,4	0,2
PSL	0,2	0,5	0,4	0,3	0,4	0,5	1,7	0,6	0,2
PODE	0,1	0,2	0,6	0,5	0,5	1,2	1,9	0,7	0,3
PSB	2,7	2,4	3,1	5,6	7,9	7,4	4,6	4,8	0,3
CIDADANIA	0,6	3,0	5,5	2,3	2,2	2,2	2,5	2,6	0,3
PL	4,3	4,5	7,0	6,9	4,9	5,4	6,3	5,6	0,3
SOLIDARIEDADE	-	-	-	-	-	1,1	1,7	1,4	0,6
REPUBLICANOS	-	-	-	1,0	1,4	1,9	3,9	2,0	1,0
PSD	-	-	-	-	8,9	9,7	12,0	10,2	1,5

¹ Média da diferença percentual entre os anos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

lembrar que o MDB e o DEM, antigo PFL, figuram como herdeiros da composição do sistema partidário do regime militar, que se dividia entre o MDB e a ARENA; já o PSDB, fundado em 1988, nasceu como uma dissidência de esquerda do MDB. Por fim, tanto o PTB quanto o PDT são originários da disputa pela herança do trabalhismo varguista.

Estamos cientes, contudo, de que o cálculo do saldo interpartidário tende a apresentar um viés para os partidos mais antigos, que participaram de mais eleições no período, fazendo com que os novos partidos tenham mais saldos positivos. No entanto, também é verdade que a magnitude desses saldos acaba não sendo compensada ao longo do tempo. Ou seja, as perdas dos grandes partidos no período se tornam definitivas, e à medida que novos partidos vão entrando no jogo, o sistema vai se tornando cada vez mais igualitário e desconcentrado.

Tabela 6 – Saldo de ganhos e perdas interpartidários¹ de cadeiras de prefeito por partido e par eleitoral (Brasil)

1996-2000		2000-2004		2004-2008		2008-2012		2012-2016		2016-2020		total	
p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s
PDT	-775	DEM	-1220	DEM	-1460	DEM	-1090	PT	-1890	PSDB	-1350	MDB	-2620
MDB	-385	MDB	-985	CIDAD	-890	MDB	-915	PTB	-195	MDB	-1210	DEM	-2505
PP	-140	PSDB	-615	PSDB	-395	PTB	-575	PSB	-165	PSB	-740	PSDB	-2045
PTB	-105	PTB	-360	PATRI	-100	PL	-550	AVANT	-65	PT	-340	PTB	-1500
PSC	-95	PP	-345	AVANT	-75	PSDB	-485	PMN	-65	PV	-250	PDT	-630
PATRI	-85	PSC	-35	PTB	-55	PP	-380	DEM	-50	PTB	-210	PMN	-80
PSB	-85	PSL	-10	PSL	-50	PDT	-225	PRTB	-25	PCdoB	-205	DC	-5
PMN	-75	DC	25	DC	-25	CIDAD	-20	PTC	-20	PDT	-90	NOVO	5
PV	0	PRTB	40	PTC	-15	PODE	-10	CIDAD	-10	PMN	-80	PMB	5
AVANT	5	PCdoB	45	PODE	-10	PMN	0	DC	-10	PTC	-75	PTC	5
PCdoB	5	PTC	65	PL	-5	DC	10	PSOL	0	PROS	-45	PRTB	25
PRTB	10	AVANT	85	PRTB	-5	PSOL	10	PV	10	DC	-35	PSOL	25
PTC	15	PMN	85	PP	0	PATRI	25	PMB	20	PRTB	-20	REDE	30
DC	30	PDT	90	PMN	55	PRTB	25	PSC	25	PMB	-15	PATRI	85
PODE	30	PATRI	105	PV	95	PTC	35	REDE	30	REDE	0	PV	190
PSL	70	PODE	115	PCdoB	155	PSL	40	PSL	35	NOVO	5	PP	200
PL	80	PSB	200	PSC	155	AVANT	85	PATRI	45	PSOL	15	PROS	205
PSDB	220	PV	210	PDT	230	PCdoB	115	PL	115	PATRI	95	PCdoB	235
DEM	315	PL	690	REPUB	270	PSC	125	PCdoB	120	CIDAD	100	PSC	320
PT	320	CIDAD	700	PSB	665	PV	125	REPUB	125	PSC	145	PT	340
CIDAD	645	PT	1115	MDB	720	REPUB	130	PP	130	SOLID	165	AVANT	375
				PT	740	PT	395	PDT	140	PODE	170	PSL	380
						PSB	650	MDB	155	PL	260	SOLID	465
						PSD	2480	PSD	205	PSL	295	PODE	505
								PODE	210	AVANT	340	CIDAD	525
								PROS	250	REPUB	545	PSB	525
								SOLID	300	PSD	595	PL	590
								PSDB	580	PP	935	REPUB	1070
										DEM	1000	PSD	3280

¹ Subtração entre o ganho e a perda de cadeiras entre dois partidos quaisquer. Se positivo, indica que o partido tomou mais cadeiras de outros partidos do que perdeu e vice-versa. Ex: entre perdas e ganhos o PSDB teve 1350 cadeiras a menos em 2020 do que em 2016.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Ao analisarmos os saldos para cada par eleitoral, observamos que as trocas das cadeiras de prefeito entre os partidos responderam por padrões causados pela movimentação do jogo político na esfera federal. Notamos aqui três movimentos: o primeiro, restrito ao primeiro par eleitoral, mostra como antes da vitória de Lula, o PT e o CIDADANIA (antigo PPS) apareciam como os partidos que mais ganharam espaço em termos de prefeituras. A ampliação do PT se acentua em 2004, 2008 e 2012, mas após o impeachment de Dilma em 2016 o partido encolhe, ficando com um saldo negativo de 1890 cadeiras na comparação com 2012. Em segundo lugar, destaca-se o desempenho do PSD no seu surgimento e nos anos posteriores. Em 2012, o PSD faz a sua estreia no jogo eleitoral conquistando um alto número de prefeituras. Como consequência apresenta um saldo interpartidário alto de 2480 cadeiras que é ampliado nos anos seguintes em 32%.

Por fim, destacamos o movimento dos partidos que perderam mais cadeiras no período: desde 2000, MDB e DEM, apresentaram um declínio constante, que chegam a ser compensadas em alguns anos por questões contextuais específicas. O MDB por exemplo, em 2008, apresentou um saldo positivo de 720 cadeiras. Nossa hipótese é que esse crescimento esteve ligado à aliança do partido com o PT para composição da base do governo após a crise do mensalão em 2005. Já em 2016, o MDB apresentou um saldo positivo menor que decorreu de sua capacidade de conquistar algumas prefeituras perdidas pelo PT durante a crise do governo Dilma. O DEM, por sua vez, apresentou saldos negativos em todos os anos analisados, com exceção de 2020. Nessa última eleição o DEM se beneficiou do crescimento dos partidos de direita com o Bolsonarismo, e em um contexto de declínio do PSDB, dos partidos de centro tradicionais como o MDB e de estagnação do PT. De forma geral, no entanto, ainda que DEM e MDB tenham apresentado crescimento em alguns anos, o saldo no período foi negativo. Ou seja, os dois partidos efetivamente encolheram de tamanho e não conseguiram recuperar as cadeiras e a força conquistada durante as décadas de 1980 e 1990. O mesmo padrão vale para o PSDB: o partido em 2016 é o maior beneficiário da crise que abalou o PT, mas os saldos negativos nos anos anteriores e seguinte fizeram com que o partido apresentasse o terceiro pior desempenho no cômputo geral do período.

Outros partidos menores chamam a atenção pelo seu desempenho. O REPUBLICANOS estreou no sistema partidário em 2008 e até 2020 não sofreu nenhuma perda de saldo. No cálculo geral é o segundo partido com maior saldo do período. O REPUBLICANOS, antigo PRB, tem sua origem e atuação política marcada pelas articulações das lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Seu crescimento implica tanto no reconhecimento da força de um partido evangélico na política local e nacional (VALLE, 2018), quanto pelo sucesso da estratégia do partido em suas alianças com o governo Lula e Bolsonaro. Entre os partidos de esquerda, o PSB e o CIDADANIA foram os que mais cresceram no saldo geral, superando o PT.

Buscamos identificar também a direção das trocas de cadeiras de MDB, DEM e PSDB no período, verificando quais os partidos que herdaram as cadeiras que pertenciam a esses partidos entre dois pares eleitorais (tabela 7).

Tabela 7 – Porcentagem de troca de cadeiras de prefeito e saldo de ganhos e perdas interpartidários interpartidário¹ de cadeiras por partido (Brasil, 2000 a 2020)

MDB			DEM			PSDB		
p	%	s	p	%	s	p	%	s
PSD	6,5	-145	PT	7,6	-100	PSD	5,3	-84
PT	7,6	-53	PL	9,3	-97	CIDAD	5,0	-76
PL	6,5	-51	PSD	5,3	-82	PSB	5,8	-64
REPUBLIC	1,5	-50	MDB	23,1	-62	PL	7,5	-52
PP	14,7	-49	PSB	5,9	-60	PSL	1,3	-32
PSC	1,5	-34	CIDAD	3,9	-41	PV	2,0	-31
PV	1,5	-33	PSDB	15,7	-33	REPUBLIC	1,4	-28
CIDAD	3,7	-30	REPUBLIC	1,1	-18	PODE	1,2	-25
PSL	1,0	-29	PCdoB	0,7	-14	PT	7,8	-17
PSB	5,8	-27	PP	8,3	-12	PCdoB	0,8	-12
PCdoB	0,8	-19	PSC	1,2	-9	AVANT	0,6	-11
PODE	0,9	-18	PTC	0,3	-6	PROS	0,4	-11
AVANT	0,6	-16	AVANT	0,4	-5	MDB	23,3	-6
PROS	0,4	-15	PV	1,1	-4	PATRI	0,8	-6
SOLID	0,4	-12	PODE	0,9	-3	PRTB	0,2	-6
PMN	0,7	-11	SOLID	0,3	-3	SOLID	0,3	-4
DC	0,1	-4	DC	0,2	-3	DC	0,3	-2
PTC	0,2	-3	PMN	0,7	-1	PTC	0,2	-2
PRTB	0,2	-2	PRTB	0,2	-1	REDE	0,1	-2
PSOL	0,0	-1	PMB	0,0	-1	PSOL	0,1	-1
NOVO	0,0	-1	PSOL	0,0	-1	PMN	0,6	0
PMB	0,0	-1	NOVO	0,0	0	NOVO	0,0	0
REDE	0,0	0	PSL	0,3	1	PMB	0,0	1
PTB	7,4	1	REDE	0,0	1	PDT	5,8	3
PATRI	0,7	1	PROS	0,2	2	PTB	8,3	4
PSDB	17,4	6	PATRI	0,4	4	PSC	1,2	6
PDT	7,3	10	PDT	5,0	22	PP	8,3	16
DEM	12,3	62	PTB	7,7	25	DEM	11,3	33

¹ Refere-se à subtração entre o ganho e a perda de cadeiras entre dois partidos quaisquer. Se positivo, indica que o partido tomou mais cadeiras de outros partidos do que perdeu e vice-versa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Observamos também que PSDB e MDB tendem a trocar as cadeiras entre si. De todas as cadeiras que pertenciam ao MDB em cada par eleitoral, 17,4% tiveram como destino o PSDB, e 23,3% das cadeiras do PSDB tiveram como destino o MDB. No entanto, essas trocas entre os partidos não se converte em perda ou ganho de espaço; ao contrário, o resultado é de estagnação. Quando levamos em conta os ganhos e as perdas

de um partido em relação a outro podemos perceber que o saldo interpartidário entre MDB e PSDB, por exemplo, se mantém baixo. Ou seja, eles ganham e perdem cadeiras entre si na mesma proporção, fazendo com que essa dinâmica se mantenha mais ou menos equilibrada. Na soma dos pares eleitorais e levando em conta todo o território nacional, o PSDB herdou cadeiras do MDB em 753 oportunidades; por outro lado, o MDB herdou 759 cadeiras do PSDB no mesmo período. Ou seja, o saldo interpartidário é de apenas 6 cadeiras a mais para o MDB. Já o DEM é um partido que apresenta grandes perdas no total de cadeiras e de saldo para MDB e PSDB, o que denota o grau do seu declínio no período. Enquanto MDB e PSDB trocam cadeiras entre si, mas perdem espaço para os outros partidos do sistema, o DEM tem saldos negativos com praticamente todos os partidos, com exceção de PTB e PDT.

Os partidos que obtiveram melhor desempenho em termos de saldo interpartidário em cima de MDB, DEM e PSDB, e que, portanto, cresceram efetivamente, foram aqueles que identificamos anteriormente como os que melhor performaram em termos de ganhos de prefeituras no período. Destaque para o PSD, PL e Republicanos; na esquerda, PT e aliados como PSB e CIDADANIA. Os dados apontam para a tese de que a fragmentação do período se deve ao avanço dos novos atores partidários que ascenderam na esteira da movimentação política causada pela chegada do PT ao governo federal. De forma geral, o declínio dos maiores partidos se dá em consonância com o avanço desses atores tornando o sistema partidário local cada vez mais desconcentrado.

A dinâmica da mudança das cadeiras de prefeito também se orienta por padrões regionais. Na tabela 8 computamos os saldos interpartidários segmentados por região do país.

De modo geral, PSDB e MDB sofrem diminuição em todas as regiões. Do outro lado, o PSD se destaca ocupando espaços em todo o território nacional. Mas as mudanças partidárias também atendem a algumas especificidades regionais, as quais destacamos a seguir:

- No Norte, PP e PSDB perdem espaço e o PSD é o partido que mais cresce nessa região;
- no Nordeste, o DEM perde muito espaço; do outro lado, PSD, PP, REPUBLICANOS, PT e PDT vão ocupando esses lugares. Cabe destacar que é na região nordeste que o PT apresentou o seu melhor desempenho nos saldos, evidenciando a mudança de base eleitoral do partido após o primeiro mandato de Lula.
- o Centro-Oeste atende pela diminuição das bases do MDB e PTB nessa região. Aqui o DEM tem o seu melhor desempenho entre todas as regiões, garantido pelo desempenho do partido em 2020.
- no Sudeste, ninho dos tucanos, as bases de PSDB, MDB e DEM encolhem. Em seus lugares, PSD, REPUBLICANOS, CIDADANIA, AVANTE e PSB se impõem.

Tabela 8 – Soma do saldo interpartidário¹ de cadeiras de prefeito por partido e região (Brasil, 2000 a 2020)

N		NE		CO		SE		S	
p	s	p	s	p	s	p	s	p	s
PP	-60	DEM	-324	MDB	-104	PSDB	-204	PDT	-143
PSDB	-49	MDB	-155	PTB	-45	MDB	-166	MDB	-106
DEM	-23	PTB	-154	PMN	-5	DEM	-120	DEM	-64
PTB	-18	PSDB	-145	PDT	-4	PDT	-42	PTB	-42
PDT	-9	PMN	-13	PT	-3	PTB	-41	PP	-36
PMN	-2	PATRI	-8	PL	-1	PT	-13	PSDB	-10
PSB	-2	PV	-5	PSDB	-1	PP	-10	AVANT	0
DC	0	PRTB	-1	PV	-1	DC	-2	DC	0
NOVO	0	NOVO	0	AVANT	0	NOVO	0	PCdoB	0
PCdoB	0	PMB	0	DC	0	PMB	1	PMB	0
PMB	0	PTC	0	NOVO	0	PSOL	1	PRTB	0
PTC	0	DC	1	PCdoB	0	PTC	1	PSOL	0
CIDAD	1	PSC	1	PMB	0	REDE	2	PTC	0
PATRI	1	PSOL	2	PTC	0	PMN	3	REDE	0
PRTB	1	REDE	2	REDE	0	PRTB	3	NOVO	1
PSOL	1	PSL	3	PROS	1	PCdoB	4	PMN	1
PSL	2	PSB	6	PSOL	1	PROS	9	PT	1
REDE	2	PODE	13	PRTB	2	PATRI	13	SOLID	1
PT	3	AVANT	18	CIDAD	4	PSL	17	PATRI	2
AVANT	4	PROS	18	PSC	6	PL	19	PV	5
PROS	6	SOLID	20	PATRI	9	PSC	22	PROS	7
MDB	7	CIDAD	23	PP	9	PV	31	REPUBLIC	13
PODE	7	PL	27	PSL	10	SOLID	37	CIDAD	17
PV	8	PCdoB	43	REPUBLIC	13	PODE	40	PODE	20
PSC	14	PDT	72	SOLID	15	PSB	49	PSC	21
PL	15	PT	80	PSB	20	AVANT	53	PSB	32
REPUBLIC	16	REPUBLIC	92	PODE	21	CIDAD	60	PSL	44
SOLID	20	PP	137	PSD	23	REPUBLIC	80	PL	58
PSD	55	PSD	247	DEM	30	PSD	153	PSD	178

¹ Refere-se à subtração entre o ganho e a perda de cadeiras entre dois partidos. Se positivo, indica que o partido tomou mais cadeiras de outros partidos do que perdeu e vice-versa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

- na região Sul, as bases do PDT, herança do brizolismo, encolheram, assim como as do MDB e DEM. PSD e PL cresceram e são os principais destaques nesse período.

Por sua vez, quando analisamos o saldo interpartidário segmentado por porte municipal (tabela 9) não constatamos muitas diferenças nos padrões de crescimento e encolhimento entre os partidos.

Tabela 9 – Saldo de ganhos e perdas interpartidários¹ de cadeiras de prefeito por partido e porte municipal (Brasil, 2000 a 2020)

porte (por mil habitantes)																				
<5			5-10			10-20			20-50			50-100			100-500			>500		
p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p	s	p
MDB	-149	MDB	-154	DEM	-160	PTB	-94	PSDB	-41	PDT	-17	PT	-5							
DEM	-126	DEM	-121	MDB	-137	PSDB	-86	DEM	-19	PT	-17	PSDB	-3							
PDT	-68	PSDB	-106	PSDB	-105	MDB	-68	PTB	-19	PTB	-17	PSB	-2							
PSDB	-61	PTB	-66	PTB	-79	DEM	-67	PP	-11	MDB	-14	PTB	-2							
PTB	-23	PDT	-37	DC	0	PDT	-11	MDB	-4	DEM	-7	CIDAD	-1							
PP	-12	PMN	-9	NOVO	0	PMN	-10	PSB	-3	PSDB	-7	DEM	-1							
DC	-1	NOVO	0	PMB	0	PV	-6	AVANT	-2	PP	-5	PCdoB	-1							
NOVO	0	PMB	0	PSOL	1	PT	-3	DC	-1	PSB	-2	PDT	-1							
PMB	0	PTC	0	PTC	1	DC	-1	PATRI	-1	PMN	-1	PSC	-1							
PSOL	0	REDE	1	PATRI	2	PRTB	-1	PMN	-1	PRTB	-1	DC	0							
REDE	0	DC	2	PMN	2	PTC	-1	NOVO	0	DC	0	PATRI	0							
PTC	1	PRTB	2	PP	2	NOVO	0	PDT	0	NOVO	0	PMB	0							
PRTB	2	PSOL	2	PRTB	2	PMB	0	PSOL	0	PMB	0	PMN	0							
PMN	3	PROS	5	REDE	3	PSOL	1	PTC	0	PSOL	0	PROS	0							
PCdoB	4	PATRI	6	PV	6	REDE	1	REDE	0	PTC	0	PRTB	0							
PATRI	6	PCdoB	7	PDT	8	PATRI	3	PMB	1	PATRI	1	PSL	0							
PSC	8	PSC	9	PL	9	PCdoB	9	PROS	1	PROS	1	PTC	0							
PROS	14	PV	9	PROS	9	PROS	11	PRTB	1	PSC	1	PV	0							
AVANT	16	PODE	16	CIDAD	13	PSC	12	PCdoB	2	REDE	1	REDE	0							
PSL	16	AVANT	18	PSL	14	AVANT	15	PT	2	PCdoB	2	SOLID	0							
PL	18	PSL	18	PSB	15	PSB	15	PV	2	AVANT	3	AVANT	1							
SOLID	19	SOLID	18	SOLID	21	CIDAD	16	SOLID	3	PSL	3	NOVO	1							
PODE	22	PT	25	PODE	22	PSL	16	PODE	5	PV	4	PL	1							
PV	23	PP	33	AVANT	24	PL	17	CIDAD	6	CIDAD	5	PSOL	1							
CIDAD	32	CIDAD	34	PCdoB	24	PODE	21	REPUB	6	PL	6	MDB	2							
PT	37	PSB	41	PSC	27	SOLID	25	PSC	8	SOLID	7	PODE	2							
PSB	41	REPUB	42	PT	29	PP	30	PSL	9	REPUB	12	PP	3							
REPUB	45	PL	57	REPUB	56	REPUB	50	PL	10	PODE	13	PSD	3							
PSD	133	PSD	148	PSD	191	PSD	106	PSD	46	PSD	29	REPUB	3							

¹ Refere-se à subtração entre o ganho e a perda de cadeiras entre dois partidos quaisquer. Se positivo, indica que o partido tomou mais cadeiras de outros partidos do que perdeu e vice-versa.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

O PSD e o REPUBLICANOS são os partidos que crescem em praticamente todos os estratos de porte municipal. Ao mesmo tempo, os que encolhem são os maiores partidos de cada estrato. Há poucas tendências específicas entre partidos e porte: de modo mais específico, podemos destacar a atuação do PT que se mostra como um partido que cresceu nos menores municípios e encolheu nos maiores. Esta dinâmica está na verdade associada ao modo como o PT passou a se estabelecer nos municípios do Nordeste após 2006, enquanto perdia força em suas bases eleitorais originais; a saber, as dos grandes centros urbanos e capitais. A dinâmica regional, ou especificamente, os padrões das disputas políticas que se dão de forma territorializada, é o que podemos enxergar como um fator relevante da interação entre os partidos. A ocupação dos municípios entre os estratos é antes de tudo uma variável dependente da dimensão regional e parece explicar pouco os rearranjos dos sistemas partidários locais.

Os dados aqui apresentados contam uma breve história do desenvolvimento da competição dos sistemas partidários locais desde 2000¹⁵. Acreditamos que este desenvolvimento pode ser entendido como um ponto dentro de um processo maior que tem origem com a consolidação do sistema partidário nacional na República pós-1985. O que queremos dizer é que, ao menos ao nível local, o quadro apresentado nestes 30 anos é determinado por um longo processo de erosão das forças partidárias que foram forjadas no fim do regime militar e nos primeiros anos do regime democrático. O desenvolvimento dos sistemas partidários locais atende pela ampliação do número de partidos médios e pequenos com capacidade de angariar os votos necessários para a conquista das máquinas municipais em todo o país. Como em uma gangorra, o aumento da fragmentação exige, porém, que os partidos maiores, que outrora concentravam o jogo partidário, percam espaço. O jogo desse lado passa a ser marcado pela gradual diminuição do poderio partidário municipal de MDB, DEM, PSDB e PDT nos últimos 20 anos.

Ao sairmos deste nível da análise em direção a um olhar mais específico, compreendemos que o rearranjo dos sistemas partidários locais passou por dois momentos distintos a partir de 2000: o primeiro, capitaneado pelo avanço do PT e de seus aliados sobre os espólios do DEM, MDB e PSDB, na esteira da saída dos tucanos do governo federal; e o segundo, com as consequências do processo de desmoronamento do PT ao deixar a presidência. Esses movimentos nos dão pistas sobre quais dimensões analíticas podem estar na origem do problema da fragmentação. A conformação dos sistemas partidários locais casada com a movimentação na arena federal joga luz sobre como os efeitos de interação entre as arenas pode ser uma chave explicativa para o fenômeno da fragmentação.

¹⁵Nosso foco é a competição do sistema e não abordaremos as especificidades ideológicas ou programáticas das agremiações. Nossa abordagem foca no papel dos partidos como competidores no jogo pelos votos e como peças centrais da organização do sistema democrático.

Parte da literatura já se debruçou sobre esse tema (LAGO; MONTERO, 2009; JR; RIBEIRO, 2019; DOŠEK; FREIDENBERG, 2013; CHHIBBER; KOLLMAN, 2004; LIMONGI; VASSELAI, 2016). A base empírica desses trabalhos reside na compreensão de que determinados processos envolvendo agentes políticos dentro de uma arena podem ou mesmo devem ser entendidos a partir da sua interação com os agentes dos demais níveis. Voltando ao nosso caso, podemos estar diante de um quadro no qual a conformação e a mudança dos sistemas partidários municipais encontram raízes na dinâmica do jogo político dos demais níveis. As evidências indicam que o acúmulo de forças conquistado por um partido no nível federal, se espalha para o nível mais baixo, aumentando as chances deste mesmo partido conquistar um número maior de cadeiras de prefeito.

No capítulo seguinte seguimos a análise a partir desse ponto. Na busca por entender as causas da fragmentação, jogamos luz sobre o modo como a interação entre as arenas determina a posição de entrada dos partidos fazendo com que a fragmentação se espalhe por todos os níveis. Buscamos entender como o crescimento da fragmentação dos sistemas locais afetou as estratégias de expansão dos partidos pelo território. Quisemos encontrar respostas para a seguinte pergunta: por que mais partidos passaram a competir em municípios onde antes não lançavam candidatos? Ao fim, deslocamos nosso olhar para dentro municípios com o objetivo de entender como essa dinâmica externa afetou a constituição do jogo político dentro dos municípios e qual o seu papel na construção das alianças entre os executivos e os legislativos locais.

Capítulo 3: Causas da Fragmentação

3.1 Interação entre arenas políticas

A decisão de entrada em um distrito é o resultado de um cálculo estratégico dos atores que ao medirem suas forças com a de seus adversários, dentro de uma expectativa futura de ganhos condicionada pelas regras eleitorais, compreendem que os custos de entrada serão superados pelos ganhos na saída. Assim, partimos do pressuposto de que variações nas condições iniciais da força dos agentes partidários são determinantes para a decisão de participar de uma eleição local pela primeira vez. Se um partido passa a lançar candidatos em uma eleição onde antes não se propunha, é porque no intervalo de tempo entre essas eleições o partido obteve um acréscimo de recursos e de capital político que o autoriza a dispendir recursos nessa direção. E aqui nossa tese compreende que a sucessão de eleições em diferentes arenas a cada dois anos, como acontece no Brasil, é uma peça chave dentro dessa engrenagem: ao condicionar a variação do capital político dos partidos, o desempenho eleitoral em uma arena impacta diretamente sobre a decisão de disputar os votos dos eleitores de um determinado município na eleição seguinte. Como consequência a fragmentação do sistema partidário em uma arena política é transferida para a arena conexa por um efeito de propagação, afetando todos os sistemas.

Para dar conta dessa nova dimensão, nossa estratégia de pesquisa passou pela montagem de um banco de dados na qual determinamos em primeiro lugar quais foram os partidos que pertencem ao sistema partidário de um estado para cada ano onde houve eleição municipal ou estadual/federal. O critério adotado para que considerássemos um partido como pertencente ao sistema partidário estadual foi o de lançamento de ao menos um candidato em cada pleito, e nos casos de eleição municipal, de ao menos um candidato em um município do estado. Em seguida relacionamos cada partido a um município do estado. Assim, nosso banco compreende todas as possibilidades de partidos do sistema estadual e municípios possíveis de participação. Em seguida, construímos observações para cada ano e pleito desde as eleições municipais de 1996 até as de 2020, compreendendo também todas as eleições estaduais e federais nesse período. Com essa estratégia pudemos analisar a dinâmica entre a presença e a ausência dos partidos em cada pleito de forma abrangente, bem como fazer análises que levam em conta o perfil dos partidos no município em relação ao lançamento de candidatos na eleição pregressa para o mesmo cargo, 4 anos antes, ou na eleição de nível superior (no caso de eleições municipais) ou inferior (no caso de estaduais e federais) dois anos antes.

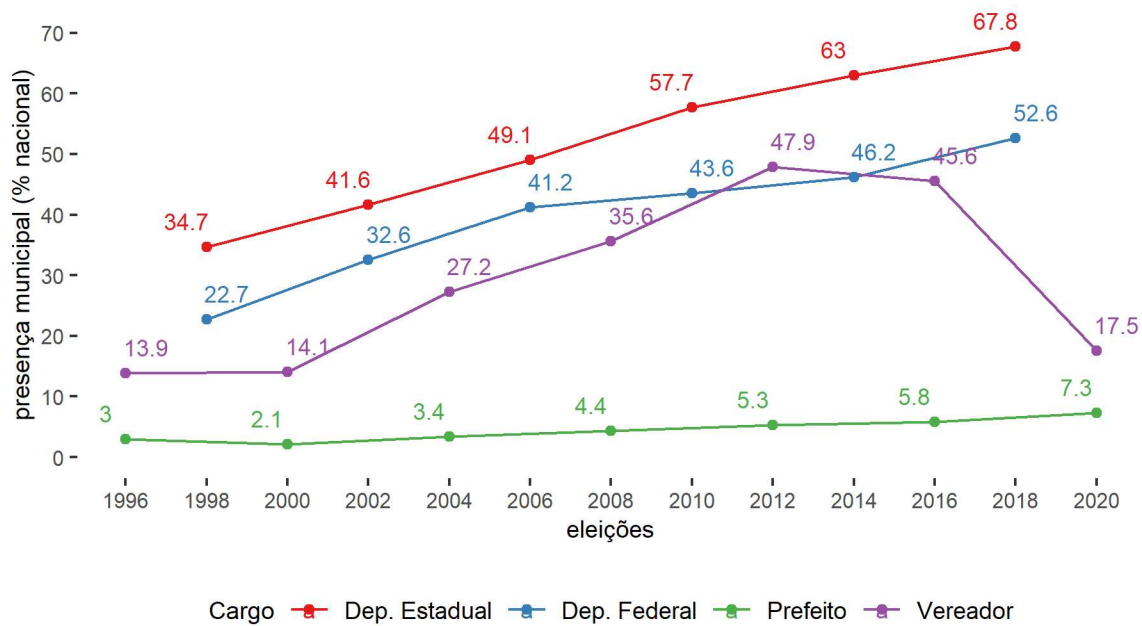
Após a compilação dessas observações, passamos a categorizar os partidos nos municípios quanto à presença ou ausência em uma determinada eleição. Para o critério de presença na arena local, utilizamos uma formulação simples: se o partido possui ao menos um candidato com ao menos um voto para o pleito em questão, entendemos que o

partido está *presente* naquela eleição, caso contrário, o partido estará *ausente*. Na arena estadual os distritos eleitorais perpassam os municípios, e é comum, portanto, que os partidos acabem tendo pelo menos um voto em quase todas as cidades do estado. Os efeitos da dispersão dos votos pelo estado fazem com que mesmo sem a presença de elites partidárias locais, o partido seja capaz de obter um conjunto qualquer de votos em algum candidato ou na própria legenda em várias regiões do estado. Decidimos então tornar o critério de presença/ausência dos partidos em municípios nas eleições para deputado estadual mais restrito: aqui é preciso que o partido tenha ao menos um voto em um candidato que tenha naquele município um *Local Quotient (LQ)* maior que 1 (SILVA; DAVIDIAN, 2013)¹⁶. Como o *LQ* é uma medida do grau da concentração de votos de um candidato em um município em relação ao total de votos obtidos no estado, teremos garantida uma indicação de presença partidária que está associada com a identificação das bases eleitorais dos candidatos. Ou seja, que pressupõe algum tipo de coordenação eleitoral partidária ou do candidato focada nos eleitores daquele município.

Com esses dados em mãos, medimos o percentual da presença dos partidos nos municípios entre as eleições legislativas e de prefeito do período nas três arenas ao longo do tempo e, como esperado, observamos um aumento constante em todas elas, com exceção da eleição de vereador em 2016 e 2020 (figura 4). A tendência aponta para a conclusão de que o período foi marcado por um aumento da entrada de partidos nos municípios: ou seja, mais partidos passaram a lançar candidatos nos municípios onde antes não havia lançado. Os dados conflitantes de 2016 e 2020 são explicados por efeitos contextuais e por alteração nas regras de distribuição de cadeiras: em 2016, a LEI 13165/2015 estipulou que somente poderiam ser eleitos os candidatos que possuísem um mínimo de 10% de votos do quociente eleitoral, o que acabou diminuindo a chance de candidatos pequenos serem *puxados* pela regra de coligação. Isso fez com que os partidos lançassem menos candidatos a vereador em 2016 do que nos anos seguintes. Em 2020, a queda é acentuada por efeito do fim da regra de coligação e da adoção da cláusula de barreira nacional (EC97/2017). As mudanças atingiram em cheio as expectativas e chances dos partidos que passaram a adotar uma estratégia de ampliação do número de candidaturas focada em municípios chave. Ou seja, os dados contraditórios acabam por reforçar a ideia de que o papel das regras de distribuição de cadeiras por coligação está no centro do problema da fragmentação.

¹⁶O Local Quotient indica se a votação de um candidato em um território dentro de um distrito é maior, menor ou igual que a distribuição proporcional dos votos do candidato entre todos os demais território. Por exemplo, se um candidato possui 50% do total de seus votos em um município que detém 10% do total de eleitores do estado, então o LQ do candidato é maior que 1. A interpretação neste caso é de que a concentração de votos deste candidato neste município é maior do que o esperado, pois caso a distribuição do total de votos fosse aleatória, e, portanto, proporcional, entre as cidades esperaríamos que o mesmo candidato obtivesse ali 10% dos seus votos. Este é um indicativo de que os recursos de campanha do candidato, tais como financeiro ou o pertencimento, foram direcionados para aquele local.

Figura 4 – Média da porcentagem da presença municipal sobre o total de cidades do país (Brasil, 1998-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Um segundo aspecto reforçado pelo gráfico é o de que a ampliação do número de partidos *debutantes*¹⁷ nos municípios pode estar correlacionada umas com as outras. Assim, a expansão da presença municipal em uma arena pode ser influenciada pela expansão do mesmo partido na arena superior ou inferior na eleição imediatamente anterior. Verificamos, assim, a relação entre a performance eleitoral do partido na eleição para deputado estadual ou vereador no município em um determinado ano (t_0) e a sua presença na mesma cidade na eleição legislativa na arena superior ou inferior dois anos antes (t_2-)¹⁸. Com isso, queremos entender se o partido que lança candidato em um município em uma arena tende também a lançar e ter uma votação superior naquela cidade dois anos depois em outra arena.

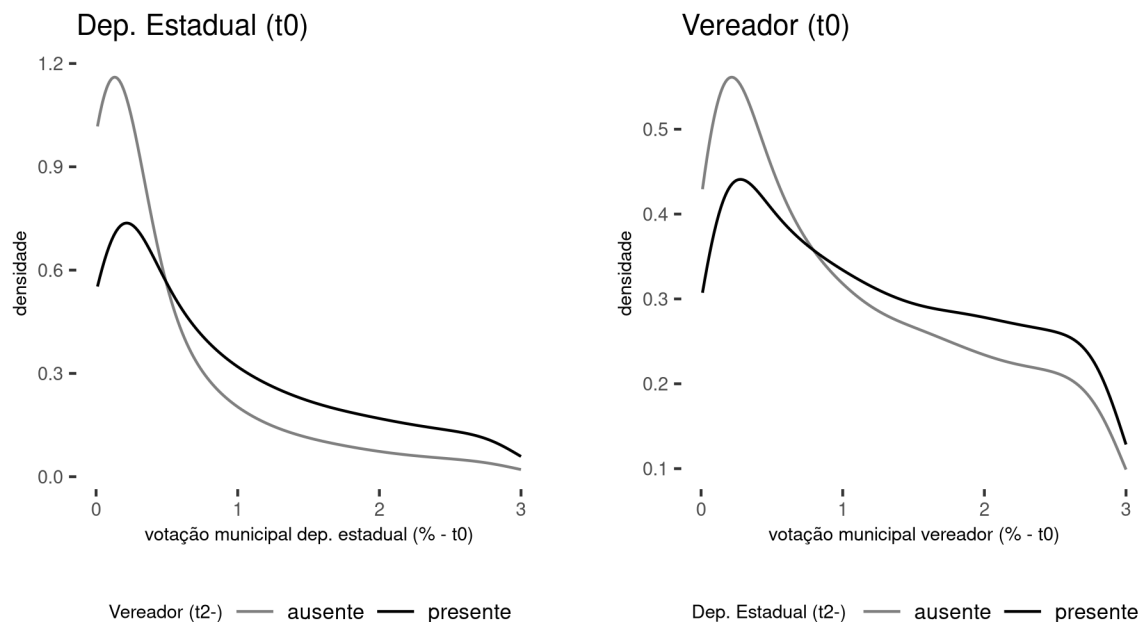
Na figura 5 verificamos a distribuição dos dados de votação partidária nos municípios em t_0 segmentada pela presença do partido na eleição de arena superior (no caso de vereador) ou inferior (no caso de dep. estadual) em t_2- . Filtramos os dados para que contivessem apenas os partidos que possuíssem votos em um município em t_0 .

¹⁷Usaremos o conceito de partido debutante para denominar os partidos que lançam ao menos um candidato em um município nos qual na eleição passada, 4 anos antes, o partido não lançou candidato. O termo abrange as eleições de todos os níveis analisados nesta pesquisa.

¹⁸Por exemplo, o PDT no município de Osasco em 2002 (t_0) na eleição para deputado estadual e o mesmo partido na mesma cidade na eleição para prefeito em 2000 (t_2-). Ou o PR no município de Porto Alegre em 2016 (t_0) na eleição para vereador e o mesmo partido no mesmo município em 2014 (t_2-) para deputado estadual.

Os dados indicam que tanto na esfera estadual quanto na municipal a relação entre a presença em uma arena se relaciona com a performance e o lançamento de candidatos na arena precedente. As linhas de tendência entre presença e ausência se invertem à medida que cresce a votação municipal: partidos ausentes dois anos antes tendem a predominar entre aqueles que possuem uma performance eleitoral baixa na eleição seguinte. Já o número de partidos presentes aumenta e supera o de ausentes quanto maior for a votação percentual do partido no município a partir de certo ponto.

Figura 5 – Densidade kernel* da performance dos partidos nos municípios por condição de participação dois anos antes em outra arena (Brasil, 1998-2020, até 3% da performance municipal, apenas partidos que possuem ao menos um voto em t_0)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

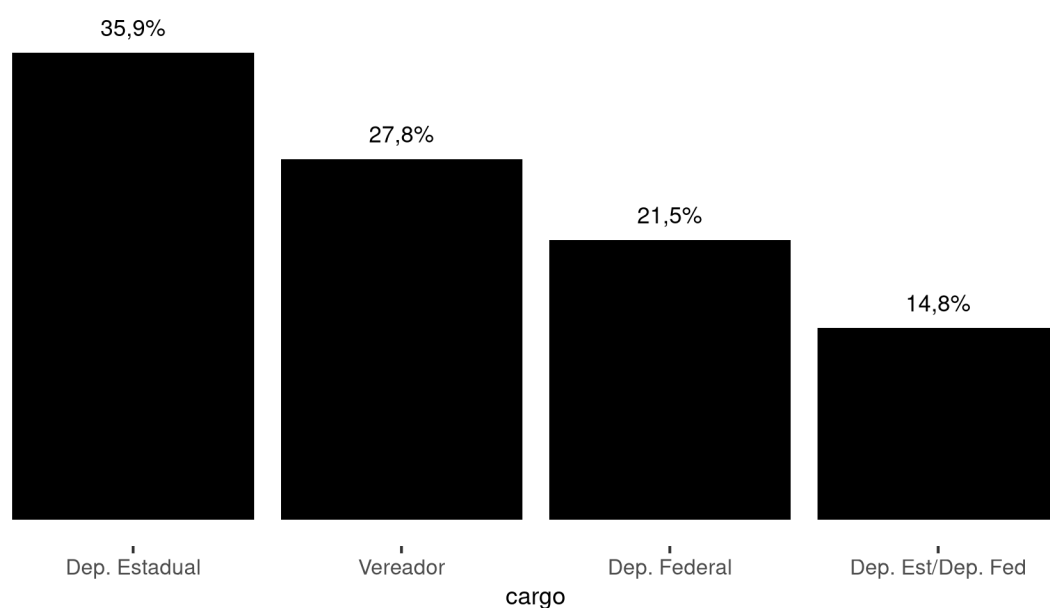
*Densidade Kernel é uma forma não paramétrica de estimar uma função de densidade probabilística (PDF). Com ela podemos visualizar a distribuição de uma variável. As linhas indicam a densidade em que os dados se agrupam dentro do gradiente de valores mínimos e máximos da variável em questão.

O que sugerimos aqui é uma primeira evidência sobre a presença de um *efeito bola de neve* que transmite a fragmentação de uma arena para a outra de maneira circular. Queremos dizer com isso que o efeito de propagação não é unidirecional: ele pode tanto ocorrer a partir da esfera estadual/federal para a local (*top-down*), quanto ao contrário, da local para a estadual/federal (*bottom-up*). E essa distinção em ambas as direções traz

consequências para o nosso objeto: caso a fragmentação se espraiasse de forma unidirecional tenderíamos a ver uma repetição da fragmentação de um nível se encerrando em outro; mas aqui, como em um efeito dinâmico, a fragmentação se espalha por um efeito multiplicativo.

Antes de prosseguir com uma análise da relação entre as arenas, buscamos compreender por qual dela os partidos nos municípios tinham mais facilidade em se apresentar de forma competitiva pela primeira vez. Para isso selecionamos o conjunto de partidos em municípios que estiveram ausentes de todas as eleições municipais, estaduais e federais entre 1998 e 2002 (amostra de 9361 partidos em municípios). Em seguida verificamos qual foi a eleição do período posterior (2004 a 2020) em que estes mesmos partidos conseguiram conquistar pela primeira vez um total de votos no município maior do que a média dos demais (figura 6).

Figura 6 – Proporção de partidos em municípios que se tornaram competitivos* pela primeira vez (Brasil, 2004-2020, apenas partidos ausentes nas eleições de 1996 a 2002)



*partidos que conseguem ter uma votação maior que a média dos demais partidos no mesmo município.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Do total observado, 35,9% partidos em município se tornaram competitivos pela primeira vez no município na eleição para deputado estadual e 27,8% na eleição local¹⁹. Apesar da arena ser estadual, é nela que a maior parte dos partidos ausentes no período 1996-2002 conseguiu obter uma votação competitiva pela primeira vez. A eleição para deputado estadual é uma porta de entrada importante para os partidos na disputa pelo voto dos eleitores de cada município. Este é um indício da importância da arena estadual para a formação do sistema partidário local. A centralidade das eleições estaduais, a composição das coligações para o governo do estado, o tamanho do distrito e a distribuição das cadeiras segundo a regra de coligação acabam fazendo com que os partidos tenham boas chances de conseguir votação em diversas regiões do estado. Isso faz com que a arena estadual seja uma porta de entrada mais efetiva para os partidos do que a arena municipal. A busca dos partidos que controlam o jogo estadual pela maximização de aliados e a regra de coligação, fazem com que os partidos mais fracos tenham incentivos para lançar candidaturas em cidades e regiões chaves do estado. Por um efeito de difusão, essa ampliação da cobertura municipal gera, então, um impacto sobre o sistema partidário das eleições locais. Nas seções seguintes discutiremos sobre a existência desses efeitos e suas particularidades a partir de testes empíricos e usando os dados que remontam ao período de 1996 a 2020.

3.1.1 Propagação Top-Down: Estadual - Local

Nesta seção discutiremos sobre o papel das arenas estaduais na fragmentação dos sistemas partidários locais. Neste primeiro passo, trazemos dados descritivos sobre a relação entre a entrada dos partidos na arena estadual e a probabilidade de fazer o mesmo na arena local dois anos depois. Assim, para cada eleição para vereador (t_0)²⁰ filtramos apenas os partidos em municípios que estiveram ausentes da eleição em t_{4-} ²¹. Em seguida dividimos essa amostra em dois grupos (figura 7): 1) os que estiveram ausentes e 2) os que estiveram presentes nos municípios na segunda eleição para deputado estadual prévia, 6 anos antes (t_{6-})²². Para cada grupo, verificamos a proporção de partidos que se apresentavam ou não se apresentavam com candidatos na eleição estadual seguinte, 4 anos depois de t_{6-} e 2 anos antes (t_{2-}) de t_0 .

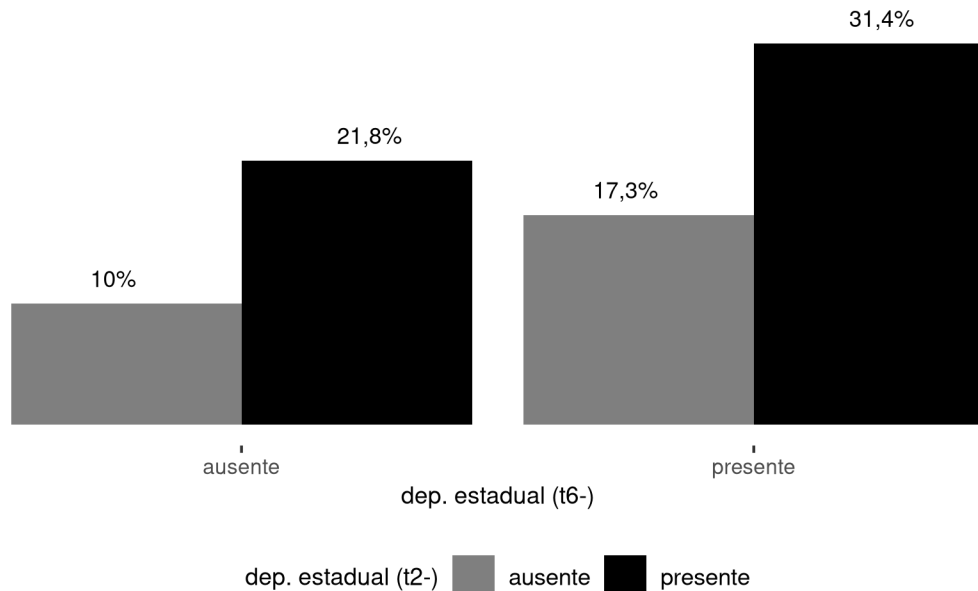
¹⁹Plotamos essa distribuição também por ano e cargo (anexo - figura 33). Chama a atenção o fato de que pouco mais de 30% da amostra estreou de forma competitiva na eleição estadual e federal de 2018, fruto do contexto político que alavancou candidaturas *outsiders* por todo o país.

²⁰Eleições municipais dos anos de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.

²¹Por exemplo, para o ano de referência de 2000 (t_0), t_{4-} corresponde à eleição municipal de 1996. E assim por diante para cada ano analisado, com exceção do ano de 1996. Neste caso, não temos dados das eleições anteriores.

²²Exemplo, para o ano de referência de 2004 (t_0), t_{6-} corresponde à eleição estadual/federal de 1998. E assim por diante para cada ano analisado, com exceção do ano de 1996 e 2000. Nestes casos, não temos dados das eleições estaduais/federais seis anos antes.

Figura 7 – Proporção de partidos presentes na eleição para vereador em t_0 segundo participação nas eleições para deputado estadual 2 anos antes (Brasil, 2004-2020, apenas partidos ausentes no município em t_{4-})



*As porcentagens indicam o número de partidos presentes na eleição para vereador em t_0 e não na eleição estadual. Assim, por exemplo, para todos partidos ausentes em t_{4-} em um município qualquer na eleição para vereador (100%), 31,4% estavam presentes em t_0 na eleição para vereador, em t_{2-} e em t_{6-} na eleição de deputado estadual. Já 17,3% estavam presentes em t_0 na eleição para vereador, mas estavam ausentes em t_{2-} e presentes em t_{6-} .

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Os resultados vão na direção esperada: em primeiro lugar, a média da presença na arena local é maior para o grupo que esteve presente em t_{6-} . Ainda sem controles mais específicos, podemos afirmar que a entrada de um partido na arena estadual aumenta a probabilidade de que este mesmo partido esteja presente na eleição para vereador 6 anos depois. Em segundo lugar, verifica-se que a proporção de presentes na arena local é maior entre aqueles que estiveram presentes em t_{2-} para os dois grupos de t_{6-} . Por fim, percebemos que entre os partidos ausentes em t_{6-} , que estiveram presentes em t_{2-} , a proporção de presentes na arena local é de 21,8%, contra 10% dos ausentes em t_{2-} . Isso indica que entre os partidos que debutaram na arena estadual, ou seja, os presentes em t_{2-} mas ausentes de t_{6-} , há uma maior proporção de presentes na arena local em t_0 . Ao mesmo tempo, os partidos ausentes da eleição para deputado estadual t_{2-} , mas que estiveram presentes em t_{6-} tendem a ter uma probabilidade de presença em t_0 maior do

que entre aqueles partidos que se ausentaram nas duas eleições consecutivas (t_{6-} e t_{2-}). Ou seja, um partido que se ausenta das eleições estaduais mas possui um *background* eleitoral naquele município tem uma probabilidade maior de lançar candidatos para o pleito municipal do que os que nunca estiveram presentes na arena superior.

Para uma análise mais robusta, construímos um modelo de regressão logística que busca verificar o aumento da probabilidade da presença de um partido em t_0 condicionado à sua participação na arena superior, dois anos antes, no mesmo município. Nossa variável dependente, portanto, é dada pela presença de um partido na eleição para vereador em um município. Já a variável independente é dada pela presença do mesmo partido na eleição para deputado estadual em t_{2-} no mesmo município. Em ambos os casos, a categoria *presença* terá como referência a categoria *ausência*. Como controle, elegemos um conjunto de variáveis que dizem respeito: 1) à força pregressa do partido naquele município, seja na arena estadual quanto na municipal na eleição anterior (t_{4-}); 2) variáveis que afetam a entrada partidária como tamanho da população residente; além de controles por estado e por partido individualmente. As variáveis selecionadas estão detalhadas na tabela abaixo:

Tabela 10 – Variáveis do modelo de regressão logística presença na eleição para vereador

variável	tipo	nome/referência	descrição	classe
dependente		presença/ausência	vereador em t_0	categórica
independente		presença/ausência	dep. estadual t_{2-}	categórica
controle	força	presença/ausência	dep. estadual t_{6-}	categórica
	força	presença/ausência	vereador t_{4-}	
	força	eleito/nãoEleito	prefeito t_{4-}	
	força	eleito e coadjuvante eleito/outras	coligação governador t_{2-}	
	partido	partido	controle por partido	
	estado	uf	controle por uf	contínua
	município	log população	log do número de habitantes em t_0	

Na tabela 11 apresentamos as razões de chance do modelo de regressão, bem como seus intervalos de confiança e significância, para cada uma das eleições municipais do período. Para todos os anos analisados, os coeficientes da variável presença na eleição para deputado estadual no município dois anos antes é significativa e positiva. Isso quer dizer que, controlada todas as variáveis, a presença de um partido na eleição para deputado estadual aumenta a probabilidade de que o mesmo partido apresente candidatos para a eleição a vereador dois anos depois. Em 2000, não temos dados para a variável presença do partido na eleição para deputado estadual 6 anos antes (1994), que estamos usando de controle. Por isso, a nossa variável independente apresenta uma razão de chance maior que as dos demais anos. Lançar candidatos em 1998 para deputado estadual no município aumenta em 94% a razão de chance de o partido lançar candidatos na eleição para vereador em 2000. Para os anos de 2004 a 2016, os coeficientes ficam todos dentro de uma mesma margem de erro: a presença na eleição estadual no município aumenta em média 70% as chances de o partido também lançar candidatos para vereador na eleição seguinte, em

relação aos partidos ausentes. O efeito marginal médio (*Average Marginal Effect*) fica em torno de 6%, o que quer dizer que a probabilidade de um partido lançar candidatos para vereador, quando se apresenta na eleição para deputado estadual, é 6% maior do que para aqueles que não se apresentam.

Como os coeficientes estão controlados também pela presença da participação do partido na eleição local passada, o coeficiente da variável independente reflete também o aumento na probabilidade da presença em t_0 dos partidos ausentes em t_{4-} . Ou seja, indica que a presença na eleição para deputado estadual em t_2 tem um impacto positivo sobre a probabilidade dos partidos *debutarem* no município na eleição local. Assim, o aumento do número de partidos do sistema partidário estadual, que se traduz por uma participação de candidaturas competitivas pelos municípios, leva a um aumento da fragmentação do sistema partidário local. A interação dos sistemas partidários das duas arenas propaga a fragmentação de um nível mais alto para a de um mais baixo.

O ajuste do nosso modelo foi mensurado através do coeficiente de discriminação de Tjur (TJUR, 2009). O coeficiente indica a diferença entre a média dos valores preditos para as observações da variável dependente, ausência e presença em t_{2-} ²³. Para os anos de 2000 a 2012, os modelos apresentaram um índice de previsibilidade acima de 50%. Já para os anos de 2016 e 2020 o coeficiente é menor. Isso se deve ao fato de que nessas eleições, o contexto de rearranjo do sistema partidário nacional e as mudanças nas regras de distribuição de cadeiras fizeram com que a presença/ausência dos partidos na eleição estadual anterior tivesse um efeito menor como preditora do lançamento de candidatos para vereador.

Chama a atenção também o peso da variável participação na coligação para governador sobre o lançamento de candidatos para vereador. Para todos os anos analisados, o modelo pressupõe que os partidos eleitos para governar o estado e os seus aliados na coligação tem uma probabilidade maior de lançarem candidatos a vereador nos municípios dois anos depois, do que os derrotados. Exemplificamos essa dinâmica na figura 8: os eixos do gráfico apresentam a taxa da presença dos partidos nas eleições para vereador sobre o total de cidades em cada estado, entre duas eleições consecutivas. As linhas de tendência categorizadas pelo tipo de participação do partido na eleição para governador em t_{2-} mostram que os partidos que elegeram governador (linha em vermelho) crescem mais em termos de cobertura municipal do que os demais, em todas as faixas de cobertura em t_{4-} . Há uma exceção na faixa dos partidos mais fracos; ou seja, com baixa presença em t_{4-} : ali a média do crescimento entre partidos que elegeram governador e os partidos que participaram da aliança vencedora é indistinguível. Mas isso se deve ao fato de que nessas faixas há uma baixa proporção de partidos que elegem governador. Por princípio, esses partidos possuem uma cobertura municipal maior de antemão.

²³Em um modelo perfeito com 100% de previsão, todos os valores preditos seriam iguais aos observados o que indicaria um ajuste do modelo de $R^2 = 1$. Quanto maior o R^2 , maior é o poder de previsibilidade do modelo

Tabela 11 – Regressão Logística MLE - Razões de Chance - Presença do partido na eleição de Vereador (Brasil)

	2000	2004	2008	2012	2016	2020
vereador presença_{t0}	RC (CI)					
dep. estadual _{t2}	1,92*** (1,84-2,01)	1,70*** (1,63-1,76)	1,73*** (1,66-1,79)	1,64*** (1,58-1,70)	1,72*** (1,66-1,77)	1,78*** (1,72-1,85)
dep. estadual _{t6}		1,36*** (1,31-1,42)	1,37*** (1,32-1,42)	1,30*** (1,25-1,35)	1,34*** (1,30-1,39)	1,32*** (1,28-1,37)
vereador _{t4} : ausente	6,32*** (6,05-6,59)	5,26*** (5,05-5,48)	5,41*** (5,22-5,61)	6,64*** (6,41-6,87)	5,17*** (5,01-5,34)	2,80*** (2,70-2,90)
prefeito eleito _{t4}	2,50*** (2,21-2,83)	2,20*** (1,95-2,47)	2,58*** (2,31-2,88)	3,79*** (3,26-4,39)	2,95*** (2,64-3,29)	3,79*** (3,54-4,05)
coligação governador _{t2} : outros						
coadjuvante eleito	1,68*** (1,60-1,76)	1,33*** (1,26-1,40)	1,35*** (1,29-1,41)	1,24*** (1,19-1,28)	1,09*** (1,06-1,13)	1,41*** (1,35-1,46)
governador	3,93*** (3,55-4,35)	1,81*** (1,65-1,98)	3,13*** (2,85-3,44)	2,59*** (2,29-2,94)	1,84*** (1,71-1,99)	3,19*** (2,96-3,45)
população (log)	1,95*** (1,91-1,99)	2,02*** (1,98-2,05)	1,85*** (1,82-1,89)	2,06*** (2,02-2,10)	1,88*** (1,85-1,90)	1,77*** (1,74-1,79)
partido	✓	✓	✓	✓	✓	✓
UF	✓	✓	✓	✓	✓	✓
constante	0,00*** (0,00-0,00)	0,00*** (0,00-0,00)	0,00*** (0,00-0,00)	0,00*** (0,00-0,00)	0,00*** (0,00-0,00)	0,00*** (0,00-0,00)
N	116524	120135	132376	133394	152997	157642
Pseudo R ²	0,575	0,529	0,53	0,532	0,464	0,316

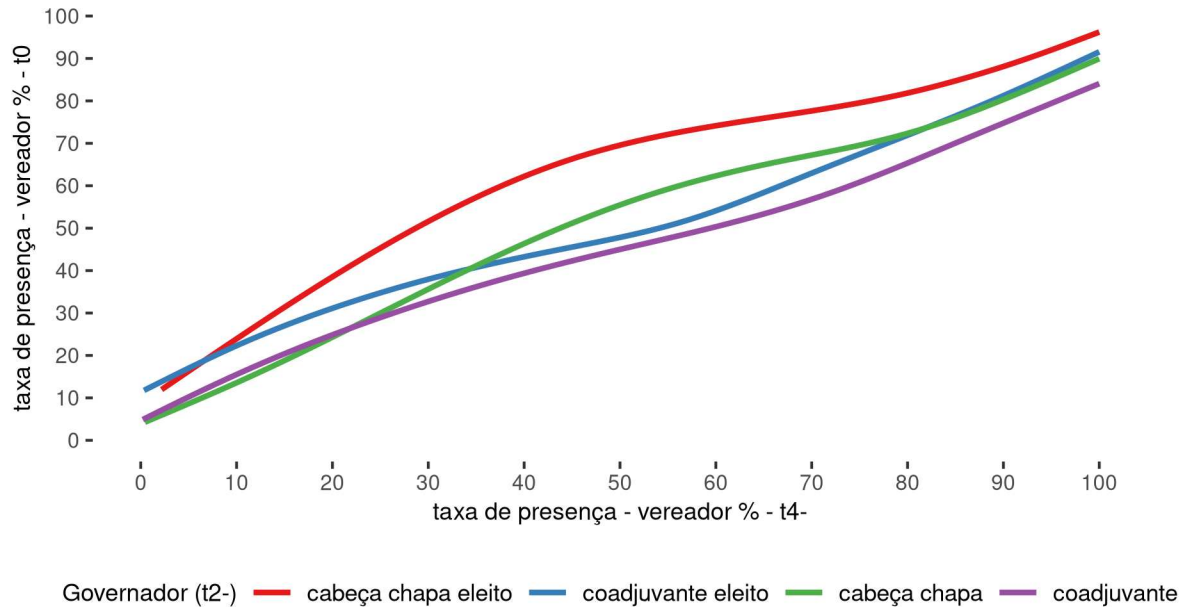
Significância: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001.

Pseudo R² - Coeficiente de Discriminação (Tjur, 2009)

Categoria 'outros' inclui partidos coadjuvantes e cabeça de chapa não eleitos, isolados e ausentes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 8 – Tendência da expansão em eleições locais por participação do partido na coligação ao governo do estado (Brasil, 2000-2020, apenas partidos com presença em ao menos uma cidade em t_4 -)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Por outro lado, o gráfico mostra que entre o conjunto de partidos mais fracos (com até 35% da cobertura municipal dos estados em t_4 -), os partidos aliados do governador eleito (linha azul) passam a ter uma expansão municipal maior que entre cabeças de chapa e coadjuvantes não eleitos. Essa tendência se inverte entre os partidos de força média. Aqui, os partidos cabeças de chapa não eleitos passam a apresentar uma média de cobertura municipal maior em t_0 que os coadjuvantes eleitos. Entendemos que essa diferença se deve ao fato de que o impacto das regras de distribuição de cadeiras nas eleições legislativas favorece em maior quantidade os partidos mais fracos. O êxito dos partidos que escolheram compor alianças vitoriosas é recompensado ao garantir maiores chances de ganhos de cadeira legislativa na eleição para deputado estadual e, por consequência, de expandir sua presença nas eleições locais dois anos depois.

Rodamos também um modelo de regressão OLS que tem como variável dependente a taxa da cobertura municipal²⁴ dos partidos em cada UF, nas eleições para vereador. E verificamos os coeficientes da variável independente associada à estratégia dos partidos na coligação para o governo do estado dois anos antes. Controlamos o modelo pela taxa de cobertura municipal pregressa, por partido, estado e pelo conjunto de eleições de 2000 a 2020 (tabela 12).

Tabela 12 – Regressão OLS - Cobertura municipal do partido nas eleições para Vereador (Brasil)

Dependente: cobertura para vereador (%)	2000-2016		2000-2020	
estratégia governador _{t2} : ausente				
cabeça de chapa	0,54	(0,84)	1,22	(1,26)
cabeça de chapa eleito	5,75**	(1,73)	8,75***	(1,71)
coadjuvante	-1,74	(0,88)	-1,50	(1,02)
coadjuvante eleito	2,28**	(0,81)	1,88.	(0,96)
isolado	-2,12	(1,14)	-1,29	(1,30)
cobertura vereador _{t4}	0,62***	(0,03)	0,54***	(0,03)
eleição	✓		✓	
UF	✓		✓	
partido	✓		✓	
N	3117		3868	
R ²	0,872		0,835	

¹ Erros-padrão clusterizados por uf | Significância: ·p<0,1; *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Os partidos cabeça de chapa que foram eleitos, controlados pela taxa de cobertura municipal anterior, tendem a ter uma taxa média de cobertura 5,8% maior em t_0 que os partidos que apresentam candidaturas isoladas no modelo que exclui os dados de 2020. Já no completo, o coeficiente salta para 8,8%. Os coadjuvantes da coligação eleita também apresentam coeficientes significativos mas mais modestos, como esperado. No primeiro modelo o efeito marginal é 2,3% maior em relação aos ausentes. Quando incluímos no modelo os dados de 2020 a significância do coeficiente coadjuvante eleito acaba se tornando nula a um nível de 5% e significativa a um nível de 10%. Entendemos que isso se deve a dois fatores: 1) como aqui analisamos os partidos no estado e não no município, o número de observações é baixo (em torno de 3600). Com a inclusão de controles com mais de 20 categorias (UF e partido, por exemplo) a significância tende a ser ampliada. Além disso, 2) o efeito contextual da eleição de 2020, especialmente a mudança das regras de distribuição de cadeiras, fez com que o peso dos partidos coadjuvantes e eleitos na eleição

²⁴Porcentagem de municípios em que o partido está presente sobre o total de municípios em cada estado.

estadual anterior não tivesse um impacto muito grande na expansão partidária municipal de 2020. Assumindo essas premissas e dado o fato de que a significância para a variável coadjuvante eleito ficou na casa dos 6% podemos afirmar com segurança que seu efeito é positivo sobre a cobertura municipal local.

O impacto dessa dinâmica para nossa hipótese é significativo: o desempenho municipal dos partidos nas eleições estaduais determina se o partido se apresentará para as eleições locais dois anos depois, mas esse desempenho é fruto das estratégias de aliança dos partidos nas eleições para governador em associação com as regras de distribuição de cadeiras e o papel central do poder executivo estadual como fomentador de políticas públicas municipais. Os partidos que saem na frente na disputa estadual, seja ganhando o governo ou em coalizão com os vencedores, serão mais capazes de ampliar sua cobertura para as eleições municipais.

Indo mais a fundo, analisamos também os resultados levando em conta não apenas a presença, mas o perfil da participação do partido no município em uma dada eleição. Os perfis foram classificados conforme os critérios da tabela abaixo e relacionam a presença ou ausência de um partido em um município entre dois pares de eleições consecutivas para o mesmo cargo (t_0/t_{4-}):

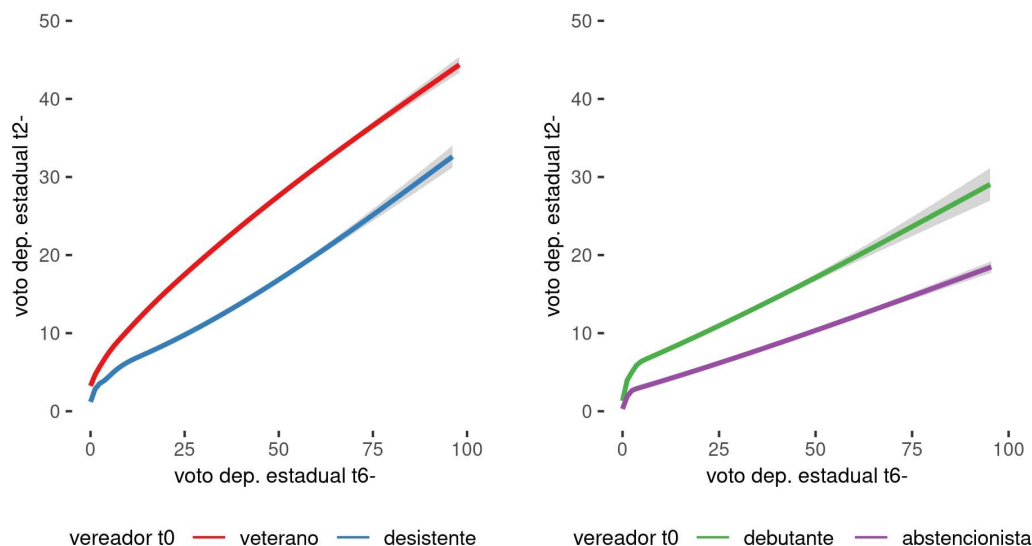
Tabela 13 – Classificação dos perfis de participação dos partidos nos municípios

Participação	Descrição	Expressão
Veterano	presença em t_0 e em t_{4-}	$t_0 = 1/t_{4-} = 1$
Debutante	presença em t_0 e ausência em t_{4-}	$t_0 = 1/t_{4-} = 0$
Desistente	ausência em t_0 e presença em t_{4-}	$t_0 = 0/t_{4-} = 1$
Abstencionista	ausência em t_0 e em t_{4-}	$t_0 = 0/t_{4-} = 0$

Na figura 9, plotamos dois gráficos contendo o cruzamento da votação para deputado estadual entre dois pares eleitorais (t_{6-} e t_{2-}). Em seguida apresentamos as linhas de tendência para cada perfil de participação das eleições locais em t_0 . Os dados mostram que os partidos veteranos na eleição local são aqueles que tiveram uma média maior na votação para deputado estadual dois antes no mesmo município, em relação aos desistentes. Partidos com *background* eleitoral nas eleições locais que tiveram aumentos expressivos na sua votação municipal para deputado estadual, tendem a lançar candidatos novamente na eleição local seguinte. O mesmo acontece, mas com menos intensidade, entre os partidos que não lançaram candidatos em t_{4-} : nesses casos, quanto maior a performance municipal nas eleições estaduais maior será a chance deste mesmo partido debutar na eleição local seguinte.

Por fim, buscamos mensurar o impacto do efeito de propagação estadual-local sobre a fragmentação das eleições municipais. Para cada observação do banco de dados calculamos os valores preditos da variável resposta do nosso modelo de regressão logística apresentado anteriormente (figura 7), mas tornando nulo os coeficientes das variáveis presença na eleição estadual em t_{2-} e t_{6-} . Com as probabilidades preditas deste modelo

Figura 9 – Tendência da votação para deputado estadual no município entre t_{6-} e t_{2-} agrupado pela estratégia de entrada do partido na eleição para vereador em t_0 (Brasil, 2004 a 2020)



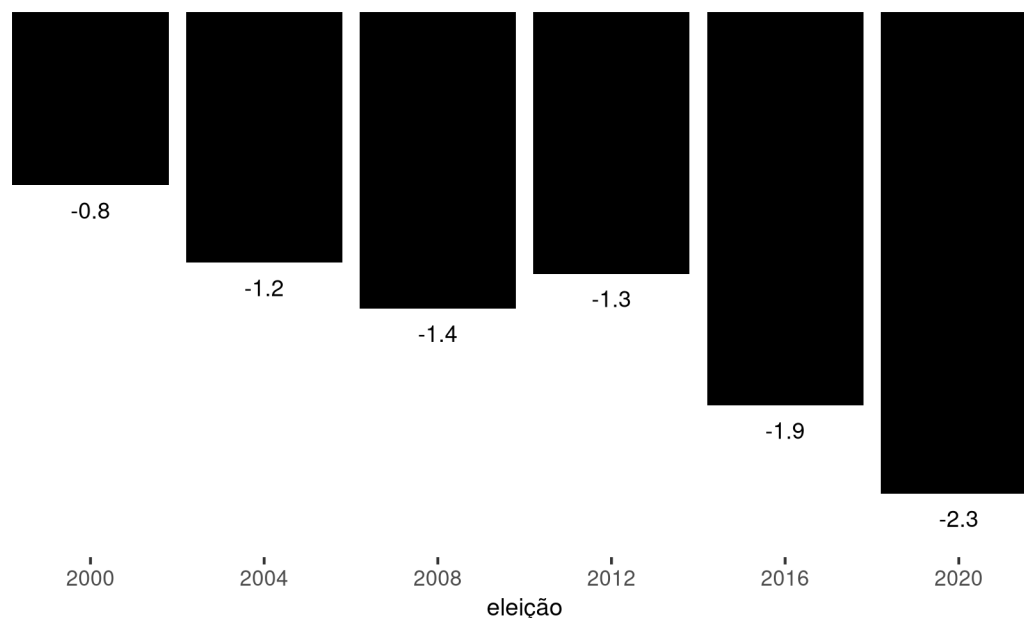
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

nulo, simulamos 1000 distribuições do número de partidos presentes em cada município e para cada eleição. A partir desse conjunto de distribuições, extraímos a média do número de partidos em cada município preditos pelo modelo. Ao compararmos esta média simulada com a média real verificada em cada ano eleitoral, verificamos que o efeito de propagação da presença partidária estadual no modelo nulo tende a apresentar uma média de 1 a 2 partidos a menos para cada município (figura 10).

Hipoteticamente, portanto, o efeito da presença dos partidos na arena estadual seria responsável pelo acréscimo de um a dois partidos por município em cada eleição²⁵. A princípio este efeito parece ser pequeno, no entanto, estamos falando de uma base de dados onde a maior parte dos municípios tem menos de 100 mil habitantes e que dispõem de uma média de 9 cadeiras em disputa para a câmara local. A adição de um partido a mais faz diferença para a competição eleitoral, quanto menor for o município. Acrescente-se ainda que, teoricamente, o efeito da adição de um partido em cada um dos 5500 municípios do país acaba por exercer um impacto que dentro de um sistema dinâmico, com alto grau de interação e complexidade acabam produzindo efeitos acumulados capazes de produzir macro-fenômenos distintos sobre a conformação dos sistemas partidários e do jogo político em todos os níveis.

²⁵Destacamos que este exercício é puramente especulativo e não reflete uma previsão sobre o que aconteceria na realidade. Estamos cientes de que se trata de um modelo matemático, que em si se apresenta por uma perspectiva reduzida da realidade. E que qualquer mudança nas condições iniciais de um jogo político, refletiria em grandes mudanças sobre a configuração de todos os fenômenos macro-políticos (estratégias dos agentes, configuração das forças políticas, entre outros).

Figura 10 – Diferença entre a média de partidos por município reais em cada eleição e a prevista pelo modelo de efeito nulo para presença de partidos no município na eleição para vereador (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Os dados apresentados nesta seção corroboram e acrescentam outras camadas à nossa hipótese. Com um quadro mais completo, também pressupomos que a interação dos partidos no sistema partidário estadual sob as mesmas regras favorecem um conjunto de partidos que ao terem sucesso em suas estratégias de maximização de voto acabam reproduzindo as mesmas estratégias vencedoras no pleito municipal dois anos depois. Ao mesmo tempo, os partidos vencedores serão mais capazes e terão a oportunidade de se expandirem territorialmente, debutando em novos municípios com o lançamento de candidaturas competitivas para vereador e/ou prefeito. A fragmentação do nível estadual, amplificada pela coordenação dos agentes, se propagaria para o nível local, fazendo com que um número cada vez maior de partidos se dispusessem a concorrer aos cargos municipais.

Por outro lado, como o sistema é dinâmico e a interação dos agentes em um nível parece ter efeito sobre o outro, uma vez que as eleições se sucedem, podemos pressupor também a existência de um efeito reverso. Ou seja, na qual o desempenho dos partidos nas eleições locais seja definidora das condições iniciais de força política dos partidos na eleição estadual. Na próxima seção discutiremos sobre essa possibilidade, buscando verificar a presença deste fenômeno e sua intensidade.

3.1.2 Propagação Bottom-Up: Local - Estadual

No capítulo anterior, nossa estratégia de análise se debruçou sobre a relação do sistema partidário estadual e seus impactos na arena local. Aqui, invertemos a direção buscando compreender como a coordenação dos agentes partidários para a conquista de votos na eleição local, impacta nos resultados da eleição para o governo e legislativos estaduais dois anos depois.

Os dados descritivos (figura 11) apontam na mesma direção encontrada anteriormente. Aqui, para cada eleição para deputado estadual (t_0)²⁶ selecionamos um conjunto de observações contendo apenas os partidos em municípios que estiveram ausentes da eleição para o mesmo cargo em t_{4-} ²⁷. A seguir, dividimos a amostra em dois grupos: de um lado, os que estiveram ausentes nos municípios na segunda eleição para vereador prévia, 6 anos antes (t_{6-})²⁸. De outro, os partidos que nessa mesma eleição estiveram presentes nos municípios. Por fim, para cada grupo, verificamos a proporção de partidos que apresentavam ou não apresentavam candidatos na eleição municipal, 4 anos depois de t_6 e 2 anos antes (t_{2-}) do ano de referência.

Os dados mostram que a média da presença na arena estadual é maior para o grupo que esteve presente em t_{6-} . Podemos afirmar também que a entrada de um partido na arena local aumenta a probabilidade de que este mesmo partido esteja presente na eleição para deputado estadual 6 anos depois. Ao mesmo tempo, os dados informam que a proporção de presentes na arena estadual em t_0 é maior entre aqueles que estiveram presentes em t_{2-} para os dois grupos, ausentes ou presentes de t_{6-} . No entanto, na comparação com os resultados da relação *top-down* (figura 7), essa diferença é menor. Isso sugere que o efeito da presença de um partido em eleições locais remotas no tempo (no caso 6 anos antes), impacta menos, ou não impacta, sobre a probabilidade de presença em uma eleição estadual. Para estes casos, a presença na eleição local imediatamente anterior é mais importante como variável preditora. Por outro lado, comparando as amostras de partidos ausentes em t_{2-} , a diferença é grande a favor daqueles partidos que estiveram presentes 6 anos antes. Ou seja, nos casos em que o partido se ausentou de uma eleição, a presença em algum momento no passado aumenta a probabilidade de que este mesmo partido debute novamente na eleição estadual.

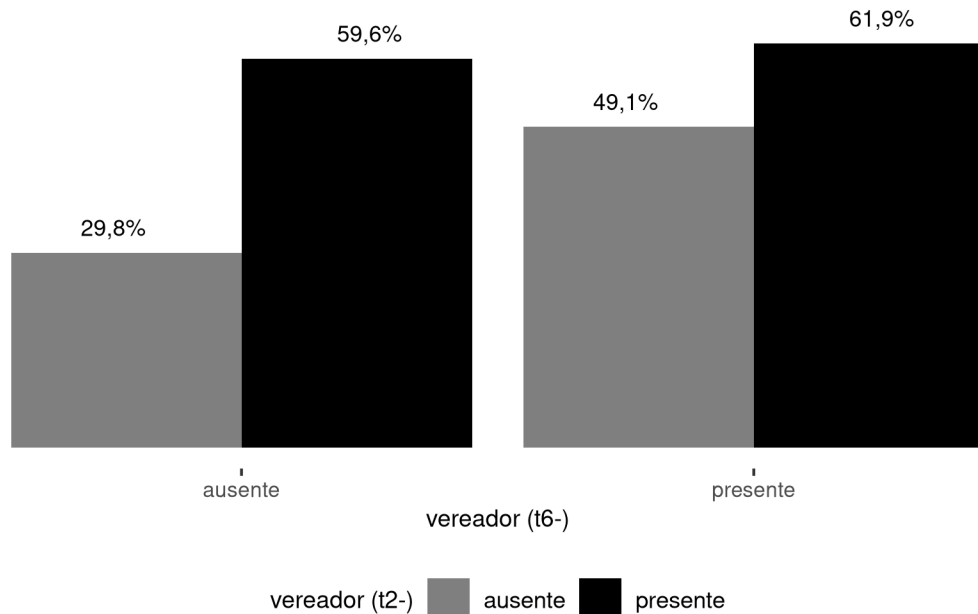
Nosso modelo de regressão logística buscou verificar o aumento da probabilidade da presença de um partido em t_0 condicionado à sua participação na arena inferior, dois anos antes, naquele mesmo município. A variável dependente, portanto, é dada pela presença de um partido na eleição para deputado estadual em um município. Já a variável

²⁶Eleições estaduais/federais dos anos de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018.

²⁷Por exemplo, para o ano de referência de 2002 (t_0), t_{4-} corresponde à eleição estadual/federal de 1998. E assim por diante para cada ano analisado, com exceção do ano de 1998. Neste caso, não temos dados das eleições anteriores.

²⁸Exemplo, para o ano de referência de 2006 (t_0), t_{6-} corresponde à eleição municipal de 2000. E assim por diante para cada ano analisado, com exceção do ano de 1998. Neste caso, não temos dados das eleições anteriores.

Figura 11 – Proporção de partidos presentes na eleição para deputado estadual em t_0 segundo participação nas eleições para vereador 2 anos antes (Brasil, 2002-2018)



*As porcentagens indicam o número de partidos presentes na eleição para dep. estadual em t_0 e não na eleição para vereador. Assim, por exemplo, para todos partidos ausentes em t_{4-} na eleição de dep. estadual em um município qualquer (100%), 61,9% estavam presentes em t_0 na eleição para dep. estadual, e também em t_{2-} e em t_{6-} na eleição de vereador. Já 49,1% estavam presentes em t_0 na eleição para dep. estadual, mas estavam ausentes em t_{2-} e presentes em t_{6-} na eleição de vereador.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

independente é dada pela presença do mesmo partido na eleição para vereador em t_{2-} no mesmo município. Em ambos os casos, a categoria *presença* terá como referência a categoria *ausência*. Como controle, elegemos um conjunto de variáveis que dizem respeito: 1) à força pregressa do partido naquele município, seja na arena municipal quanto na estadual na eleição anterior (t_{4-}) e 2) variáveis que afetam a entrada partidária tais como tamanho da população residente. Por fim, controles para balanceamento da amostra e de jogo político foram incorporadas ao modelo, tais como estados e partidos individualmente (tabela 14).

Tabela 14 – Variáveis do modelo de regressão logística presença na eleição para deputado estadual

variável	tipo	nome/referência	descrição	classe
dependente		presença/ausência	dep. estadual em t_0	categórica
independente		presença/ausência	vereador t_{2-}	categórica
controle	força	presença/ausência	vereador t_{6-}	categórica
	força	presença/ausência	dep. estadual t_{4-}	
	força	eleito/nãoEleito	prefeito t_{2-}	
	força	eleito e coadjuvante eleito/outros	coligação governador t_{4-}	
	partido	partido	controle por partido	
	estado	uf	controle por uf	contínua
	município	log população	log do número de habitantes em t_0	

A tabela 15 apresenta as razões de chance do modelo de regressão logística, seus intervalos de confiança e significância estatística, para cada uma das eleições estaduais do período. Para todos os anos analisados, os coeficientes da variável presença na eleição para deputado estadual no município dois anos antes é significativa e positiva. Isso quer dizer que, controlada todas as variáveis, a presença de um partido na eleição para vereador aumenta a probabilidade de que o mesmo partido apresente candidatos para a eleição a deputado estadual dois anos depois. Para os anos de 2002 a 2010, a presença na eleição local aumenta em média 70,6% as chances de o partido também lançar candidatos para deputado estadual na eleição seguinte, em relação aos partidos ausentes. O efeito marginal médio (*Average Marginal Effect*) fica em torno de 8%, o que quer dizer que a probabilidade de um partido lançar candidatos para deputado estadual, quando este se apresenta na eleição para vereador, é 8% maior do que para aqueles que não se apresentam.

Os coeficientes para o ano de 2014 e 2018 são um pouco menores. Esta é uma tendência apontada nas análises anteriores que diz respeito ao modo como o contexto afetou mudanças bruscas do sistema partidário nacional. A entrada de novos atores e as crises do governo Dilma, fizeram com que a continuidade política se alterasse um pouco, afetando sua previsibilidade. No entanto, os efeitos ainda permanecem: ter um *background* eleitoral em uma arena configura uma continuidade desse mesmo partido nas eleições da arena superior ou inferior imediata. Quando analisamos o ajuste do modelo percebemos também que a estatística do coeficiente de determinação (Pseudo R^2 - Tjur, 2009), tende a ser menor do que a que encontramos quando modelamos a relação das variáveis da análise *top-down*. Isso indica que a previsibilidade do modelo *bottom-up* é menor e reforça a tese de que a arena estadual é uma porta de entrada mais significativa para os partidos no município que a arena local. A entrada pela arena estadual estrutura melhor o partido no município do que quando este entra pela arena local primeiro.

O quadro até aqui apresentado nos permite pensar também sobre uma hipótese relacionando o êxito da expansão da cobertura municipal e a presença do partido na eleição majoritária. Se a nossa tese compreende que as estratégias de composição das listas derivam da posição que os partidos ocupam no sistema partidário estadual, podemos pressupor que o acúmulo de forças por parte de partidos mais fracos é um *ativo* que

Tabela 15 – Regressão Logística MLE - Razões de Chance - Presença do partido na eleição de Dep. Estadual (Brasil)

dep. estadual presença _{t0}	2002	2006	2010	2014	2018
	RC (CI)				
vereador _{t2}	1,74*** (1,66-1,82)	1,65*** (1,59-1,71)	1,73*** (1,67-1,79)	1,57*** (1,52-1,62)	1,52*** (1,48-1,57)
vereador _{t6}	1,23*** (1,17-1,29)	1,20*** (1,15-1,25)	1,15*** (1,10-1,19)	1,19*** (1,14-1,23)	1,15*** (1,11-1,19)
dep. estadual _{t4} : ausente	2,17*** (2,10-2,25)	2,04*** (1,98-2,11)	2,11*** (2,05-2,17)	2,15*** (2,09-2,21)	1,79*** (1,75-1,84)
prefeito eleito _{t2}	1,31*** (1,18-1,44)	1,44*** (1,32-1,57)	1,52*** (1,39-1,66)	1,50*** (1,38-1,63)	1,64*** (1,51-1,79)
coligação governador _{t4} : outros					
coadjuvante eleito	1,34*** (1,29-1,39)	0,77*** (0,74-0,81)	0,88*** (0,85-0,91)	1,00 (0,97-1,03)	0,88*** (0,86-0,91)
governador	1,79*** (1,63-1,97)	1,23*** (1,14-1,33)	1,09* (1,01-1,19)	1,48*** (1,35-1,63)	1,81*** (1,67-1,97)
população (log)	1,34*** (1,32-1,36)	1,36*** (1,34-1,38)	1,32*** (1,30-1,34)	1,37*** (1,35-1,39)	1,32*** (1,31-1,34)
partido	✓	✓	✓	✓	✓
UF	✓	✓	✓	✓	✓
constante	0,03*** (0,02-0,04)	0,03*** (0,02-0,04)	0,07*** (0,05-0,08)	0,04*** (0,03-0,05)	0,06*** (0,05-0,08)
N	129928	139245	142229	158762	173824
Pseudo R ²	0,451	0,359	0,33	0,274	0,29

Significância: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001.

Pseudo R² - Coeficiente de Discriminação (Tjur, 2009)

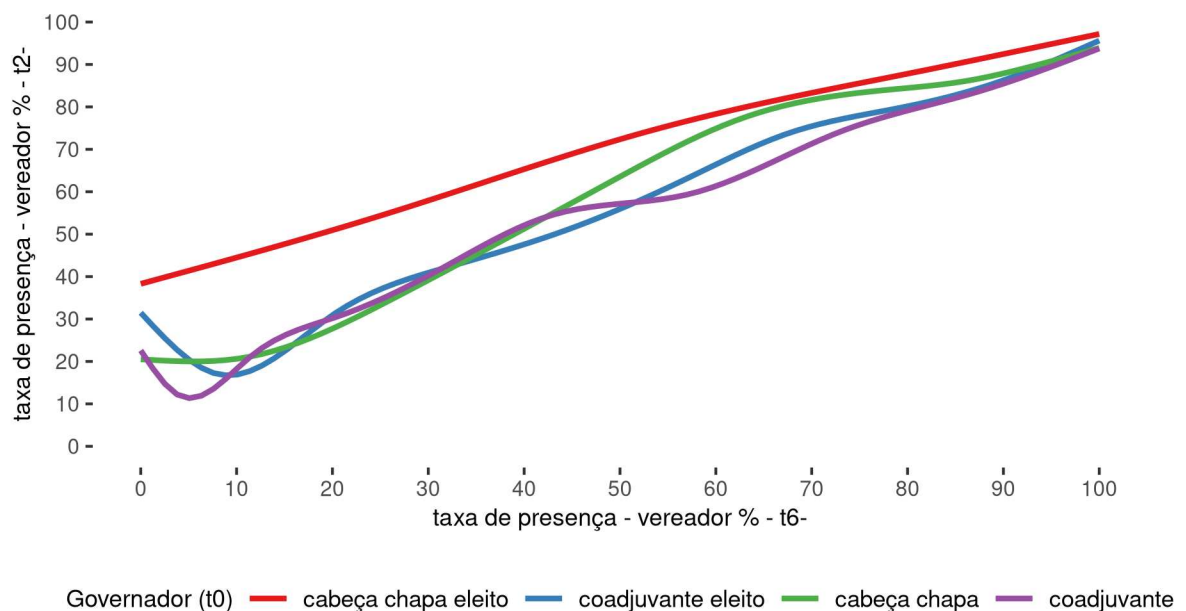
Categoria 'outros' inclui partidos coadjuvantes e cabeça de chapa não eleitos, isolados e ausentes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

amplia as suas chances de compor a coligação com maior capacidade de vencer a disputa no estado. Partidos mais fortes serão mais receptivos a compor alianças com partidos mais fracos, se estes dispuserem de um capital político mais robusto. Nesse sentido, esperamos que partidos mais fracos que tenham tido sucesso em expandir sua cobertura nas eleições municipais, terão também maiores chances de compor as coligações com os cabeças de chapa mais fortes do estado.

Na figura 12, identificamos a tendência da mudança entre a cobertura municipal entre duas eleições municipais consecutivas (t_{6-} e t_{2-}) e a posição estratégica dos partidos na coligação para governador da eleição posterior (t_0). Como esperado, os partidos que elegeram governador (linha vermelha), possuem uma média de cobertura municipal em t_{2-} maior que a dos demais concorrentes. Ou seja, a expansão da cobertura municipal anterior dos partidos cabeças de chapa eleitos é maior, independentemente da força que eles possuíam anteriormente em t_{6-} . Partidos que elegem governador, são aqueles que anteriormente conseguiram sucesso na sua estratégia de ampliação da cobertura municipal.

Figura 12 – Cobertura municipal nas eleições locais em t_{6-} por t_{2-} segmentado pelo perfil da participação do partido no município na coligação para governador em t_0 (Brasil, 2004 a 2020)

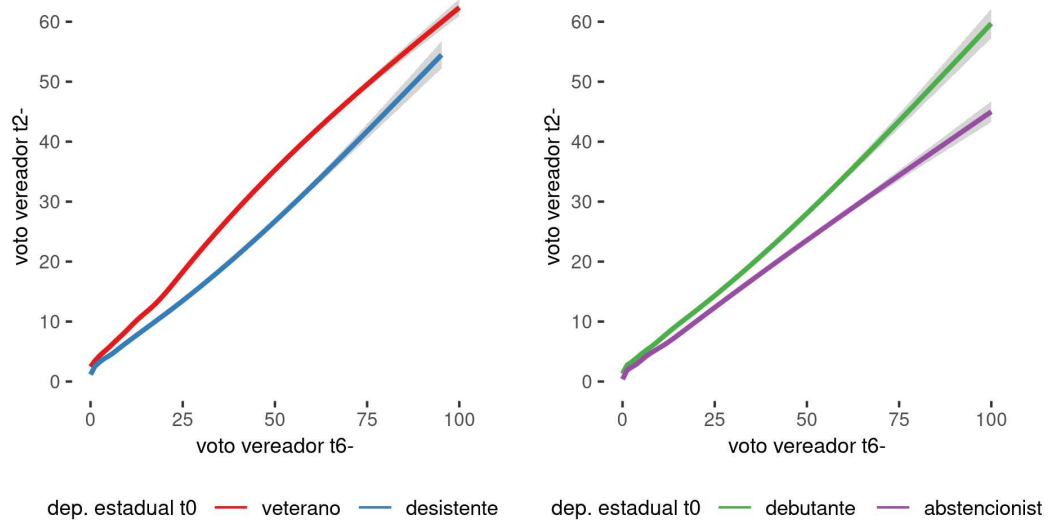


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Chama a atenção que entre os partidos fracos em t_{6-} , que possuíam entre 0% e 5% de presença, a expansão da cobertura municipal na eleição seguinte (t_{2-}) é maior para os partidos que compuseram as coligações vencedoras como coadjuvantes, do que entre cabeças de chapa e coadjuvantes não eleitos. Isso quer dizer que partidos fracos que se expandiram com mais força, que acumularam capital político, portanto, terão maiores chances de compor coligações vencedoras. Nas demais faixas de cobertura municipal, entretanto, não parece existir alguma associação: a partir dos partidos com 10% de cobertura as linhas se confundem vindo a se dissociar na faixa dos partidos com mais de 50% de cobertura municipal. Com exceção dos partidos que elegem governador, a partir dali a tendência de crescimento é maior para os partidos cabeça de chapa não eleitos, seguidos pelos coadjuvantes eleitos e por fim os coadjuvantes não eleitos.

Analizamos também os resultados levando em conta o perfil da participação²⁹ do partido no município (figura 13). Assim, verificamos a tendência do crescimento da votação municipal para vereador entre duas eleições consecutivas (t_{6-} e t_{2-}) e segmentamos pelo perfil da participação do partido na eleição para deputado estadual em t_0 .

Figura 13 – Tendência da votação para vereador no município entre t_{6-} e t_{2-} agrupado pela estratégia de entrada do partido na eleição para dep. estadual em t_0 (Brasil, 2004 a 2018)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

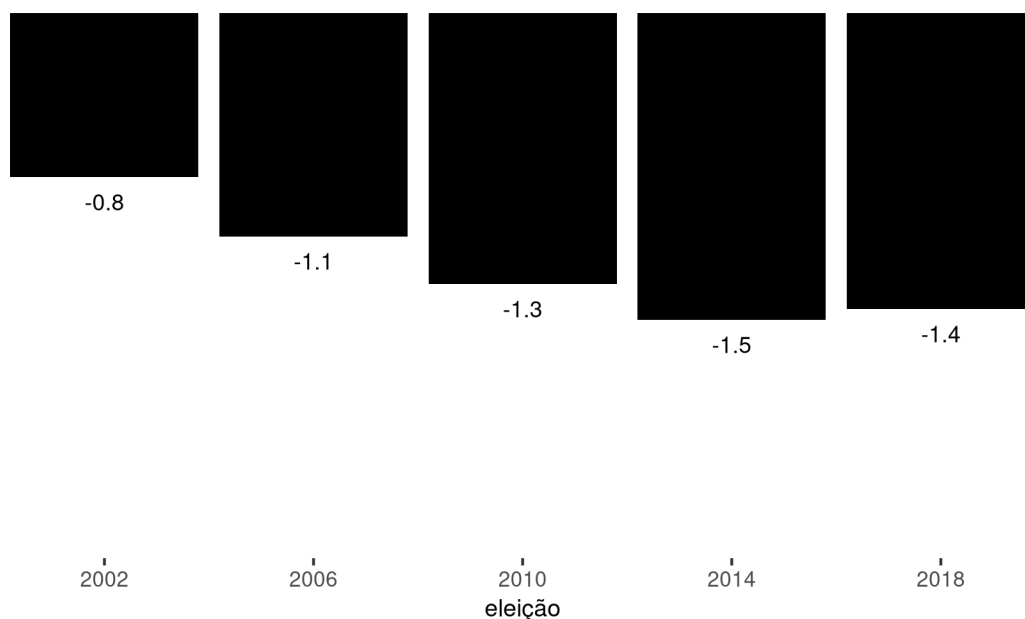
Os resultados são similares aos que encontramos na seção anterior, quando analisamos os efeitos da interação estadual-local (*top-down*). Os partidos veteranos na eleição para deputado estadual possuem uma tendência de crescimento eleitoral maior. Ou seja, partidos que lançaram candidatos em t_{4-} no município e conseguem ter um bom desempenho na eleição local tenderão a se lançar novamente em t_0 . Por outro

²⁹Se veterano, debutante, desistente ou abstencionista.

lado, os partidos na mesma situação mas que obtiveram um fraco desempenho tenderão a desistir. Entre aqueles que não possuem um *background* eleitoral no município na eleição estadual, encontramos o mesmo padrão: os partidos que conseguem um melhor desempenho eleitoral na eleição municipal irão ter maiores chances de debutar na eleição estadual seguinte.

Como última análise desta seção, simulamos distribuições³⁰ da variável presença e ausência usando o modelo que construímos na tabela 15. Aqui também mantivemos os coeficientes de todas as variáveis do modelo, mas tornamos nula as variáveis sobre a presença e ausência dos partidos da arena local em t_{2-} e t_{4-} . Em seguida comparamos com o resultado das eleições (figura 14).

Figura 14 – Diferença entre a média de partidos por município reais em cada eleição e a prevista pelo modelo de efeito nulo para presença de partidos no município na eleição para deputado estadual (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Ao compararmos esta média simulada com a média real verificada em cada ano eleitoral, verificamos que o efeito de propagação da presença partidária estadual no modelo nulo tende a apresentar uma média de 1 partido a menos para cada município. É um efeito um pouco menor do que o encontramos quando simulamos os dados da relação top-down, o que reforça a nossa hipótese de que a arena estadual pode ser considerada

³⁰Com as probabilidades previstas deste modelo nulo, simulamos 1000 distribuições do número de partidos presentes em cada município e para cada eleição. A partir desse conjunto de distribuições, extraímos a média do número de partidos em cada município previstos pelo modelo. Por fim, subtraímos esse da média de partidos encontrada no dado real, das eleições propriamente ditas.

uma porta de entrada dos partidos nos municípios. Ainda assim, a adição hipotética de um partido a mais em cada município tem efeitos expressivos sobre os padrões do jogo político, caracterizado por ser um sistema dinâmico, com alto grau de interação e de complexidade. O efeito direto e de *feedback loop* que a inclusão de um partido a mais em todos os municípios do país traz, é forte o suficiente para mudar a direção das estratégias, conformação das forças partidárias, alocação de recursos, entre outras variáveis que afetam o sistema político nacional como um todo.

Acreditamos que as evidências aqui apresentadas ajudam a desenhar um quadro sobre uma das condições que levam os partidos a ampliar sua cobertura eleitoral. Mais partidos passam a competir em municípios onde antes não lançavam candidatos, pois a coordenação entre os agentes partidários, mediada pela regra de distribuição de cadeiras, favorece o fortalecimento eleitoral dos partidos aliados do governador eleito que passam a ter capital político suficiente para se lançarem nas disputas das eleições municipais dois anos depois. O mecanismo, então, se retroalimenta com menos força: de forma inversa, a interação dos partidos no sistema partidário local também acaba favorecendo um conjunto de partidos que ao terem sucesso em suas estratégias de maximização de voto acabarão reproduzindo as mesmas estratégias vencedoras no pleito estadual dois anos depois. Ao mesmo tempo, esses partidos terão um papel importante na composição das coligações estaduais. A ampliação da cobertura municipal dos partidos, ganhando cadeiras de prefeito e de vereador, amplia o capital político e torna mais fácil a barganha por uma vaga na composição da coligação estadual.

Até aqui, nossa compreensão sobre a fragmentação se deu a partir de um olhar que privilegiava a interação entre as arenas e as estratégias de entrada e saída dos partidos no território, com a ampliação da cobertura eleitoral. Na seção seguinte, deslocamos o olhar para o conjunto de partidos em cada sistema e eleição local. Nosso objetivo é o de entender como a interação entre as estratégias de participação nas eleições majoritárias e as regras de distribuição de cadeiras na eleição proporcional afetam a fragmentação dos legislativos locais. Como consequência, restringimos o foco da análise à relação dos partidos dentro de cada município, salientando os aspectos que envolvem o sistema partidário local nas disputas municipais.

Capítulo 4: Coordenação interna: Fragmentação nos Legislativos Locais

Limongi e Vassalai (2016) compreendem que a fragmentação dos legislativos estaduais e federais se efetiva a partir de uma relação entre as estratégias de coordenação para constituição das coligações visando o governo do estado. Em termos gerais, os autores afirmam que os efeitos da coordenação partidária (em si, determinadas pelas regras eleitorais) para a disputa do executivo estadual incidem sobre a fragmentação dos legislativos estaduais e federais. Olhando para a arena local, pressupomos que o mesmo princípio pode ser aplicado aqui: nesse sentido, entendemos que o aumento da fragmentação das câmaras de vereador pelo Brasil tem conexão com a coordenação de entrada entre os partidos para a disputa do executivo local em um contexto no qual a regra para distribuição de cadeiras legislativas tem como base a proporcionalidade de votos conquistada pelas coligações, e não pelo partido apenas³¹.

As lideranças partidárias municipais que optam por se envolver no jogo político local precisam tomar uma decisão quanto ao modo dessa participação. Existem três modalidades possíveis aqui: 1) o partido pode tentar lançar candidato próprio ao cargo de prefeito sendo o cabeça de chapa de uma coligação; 2) pode optar por lançar uma candidatura de chapa pura, sem estar coligado a outros partidos e 3) podem se abster de lançar um candidato próprio, se retirando, portanto, da disputa, e se conformando em participar do pleito como um partido coadjuvante de uma coligação. Cada uma dessas opções apresenta uma série de custos e benefícios que precisam ser levados em conta pelas lideranças.

Em um mundo ideal, onde os partidos tivessem a mesma força e capacidade de competir pelos votos dos munícipes, a tendência seria pela decisão do lançamento de chapas únicas. Afinal, conquistar a prefeitura sozinho equivaleria a obter o direito de controlar recursos da máquina pública municipal e de ser capaz de promover políticas que atendam interesses públicos ou específicos das elites ali envolvidas, sem a distribuição dos recursos de poder com outros agentes. No entanto, dada a assimetria de poder e força entre os partidos, é preciso levar em conta as demais opções.

A figura 15 traz a distribuição de partidos por força eleitoral (proporção entre o voto e o quociente eleitoral) segmentado pelo tipo de decisão de entrada na eleição para prefeito. Antes de 2020, a tendência dos partidos com uma força relativa pequena na eleição para vereador (menor que 30% do quociente aproximadamente) era a de apresentarem candidaturas isoladas para prefeito. Entendemos que esta pode ser uma estratégia

³¹A regra de proporcionalidade sobre o total de votos da coligação foi abandonada em 2020 (EC97/2017). Anos antes, em 2015, a regra de distribuição de cadeiras foi afetada pela inclusão de uma cláusula de desempenho (LEI 13165/2015) no qual somente puderam ser eleitos os candidatos que possuísem um mínimo de 10% de votos do quociente eleitoral. Essas observações serão incluídas e matizadas em nossas análises sobre o desempenho das regras de distribuição nas páginas seguintes. Ao mesmo tempo, as eleições de 2020 podem ser usadas como comparativos quando possível.

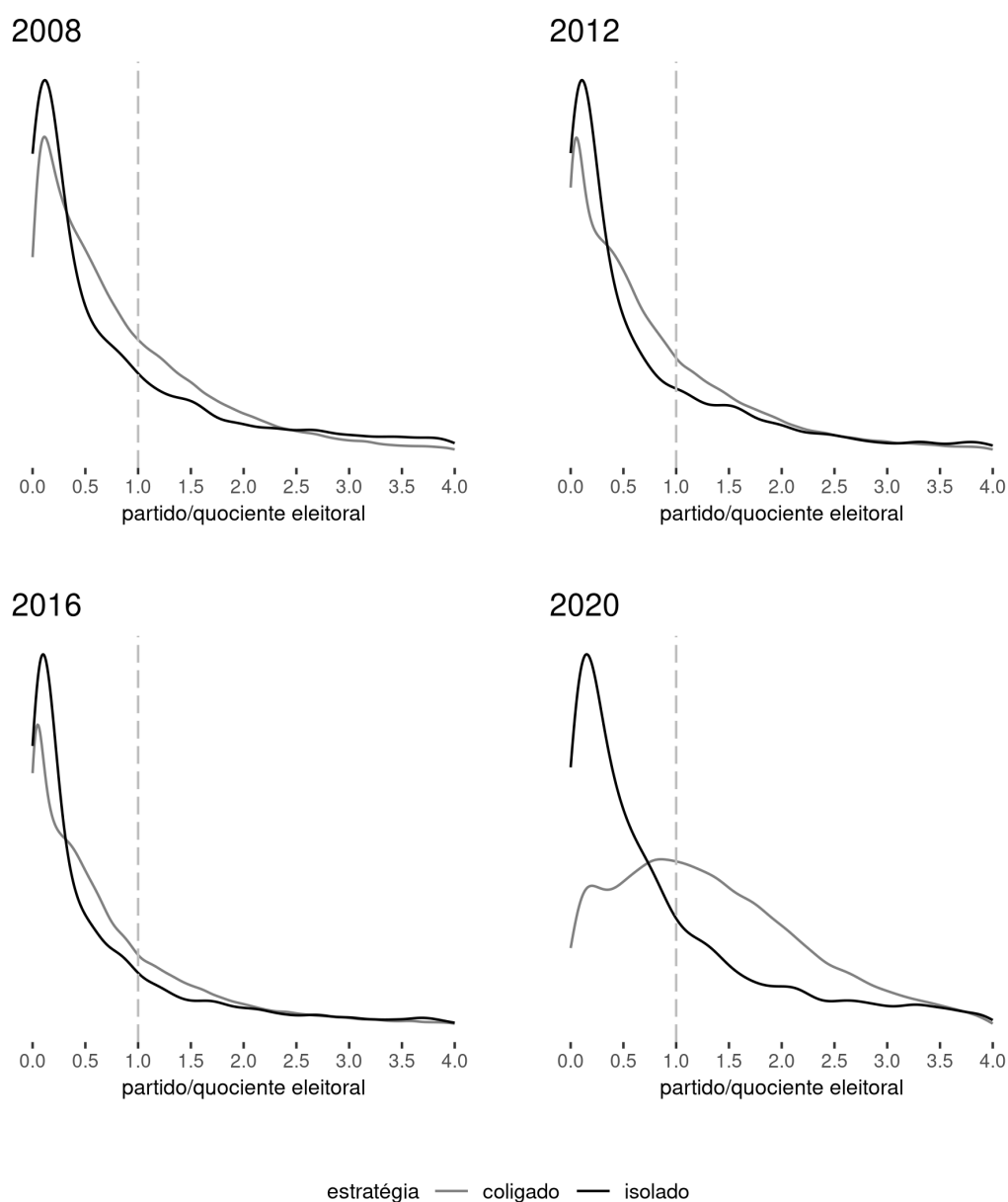
para partidos que por serem muito fracos eleitoralmente necessitam lançar candidatos para o executivo local como forma de gerar publicidade, especialmente para partidos novos no município. Ou também por questões ideológicas como acontece com determinados partidos de esquerda. A partir dos 30% de força eleitoral a tendência se inverte e passa a haver uma predominância pela estratégia de coligação entre os anos de 2008 a 2016. Em 2020, com a proibição de coligações para o legislativo, e a corrida para se colocarem dentro da cláusula de desempenho, os partidos tiveram de mudar sua estratégia de participação. Assim, a diferença entre partidos menores e maiores se acentuou e a tendência identificada nos anos anteriores se intensificou. Entre os partidos mais fracos, os incentivos para se coligarem diminuíram. Ou seja, com o fim da regra de coligação, apenas os partidos mais fortes, com capital eleitoral próximo ou maior que o do quociente eleitoral, se dispuseram a se coligar.

Há uma segunda inversão da tendência entre os partidos mais fortes, especialmente em 2008 (partidos que atingem uma votação eleitoral expressiva, na faixa de 2,5 vezes mais do que o quociente eleitoral). Para os partidos com maior poder de convencimento eleitoral e com maior capacidade de controle dos recursos políticos, a decisão de compor uma chapa única passa a fazer mais sentido uma vez que sua centralidade pode ser tão grande que dividir o poder com outros partidos não traria benefícios eleitorais maiores. No geral essa realidade não corresponde a da maioria dos municípios do país. Como Vasquez (2016) e o nosso levantamento da média da fragmentação dos executivos locais nos mostram, o cenário padrão nos apresenta um razoável grau de incerteza e de competitividade entre as forças partidárias na maioria dos distritos. Nesses casos, a melhor opção para os partidos competitivos é o de apresentarem candidaturas coligadas ao maior número possível de aliados. Esta opção se justifica uma vez que: 1) cada partido coligado representa um partido a menos na divisão dos votos durante a eleição e 2) "as coligações funcionam como um mecanismo de concentração de recursos nas mãos dos candidatos mais fortes" (LIMONGI; VASSELAI, 2016, p. 8).

A própria legislação contribui para essa segunda característica: a regra para distribuição do tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) em rádio e televisão é baseada na proporção do número de cadeiras de deputado federal que cada partido ou coligação possui³². Este é um ativo importante, especialmente em municípios maiores e para cargos de nível estadual e federal. Mas também supomos que nos menores municípios outros aspectos que as coligações ensejam podem ser tão ou mais relevantes

³²As regras para distribuição do tempo do HGPE sofreram poucas alterações nesse período e sustentaram-se sob a mesma premissa: a maior parte da distribuição do tempo é condicionada pelo número de deputados eleitos de cada partido para a câmara federal, somados em caso de coligação. A LEI 9504/1997 pressupunha que 1/3 do tempo do HGPE fosse distribuído de forma igualitária, contra 2/3 baseado na proporcionalidade da bancada de deputados federais de cada partido dentro da coligação. A mini-reforma eleitoral de 2015 alterou essa distribuição: 10% do tempo passou a ser distribuído igualmente e 90% a partir do número de representantes na câmara federal (LEI 13165/2015).

Figura 15 – Densidade de partidos por performance na eleição para vereador* e segmentado por tipo de estratégia na eleição para prefeito (Brasil)



* Se refere a proporção entre o voto de um partido e o quociente eleitoral.

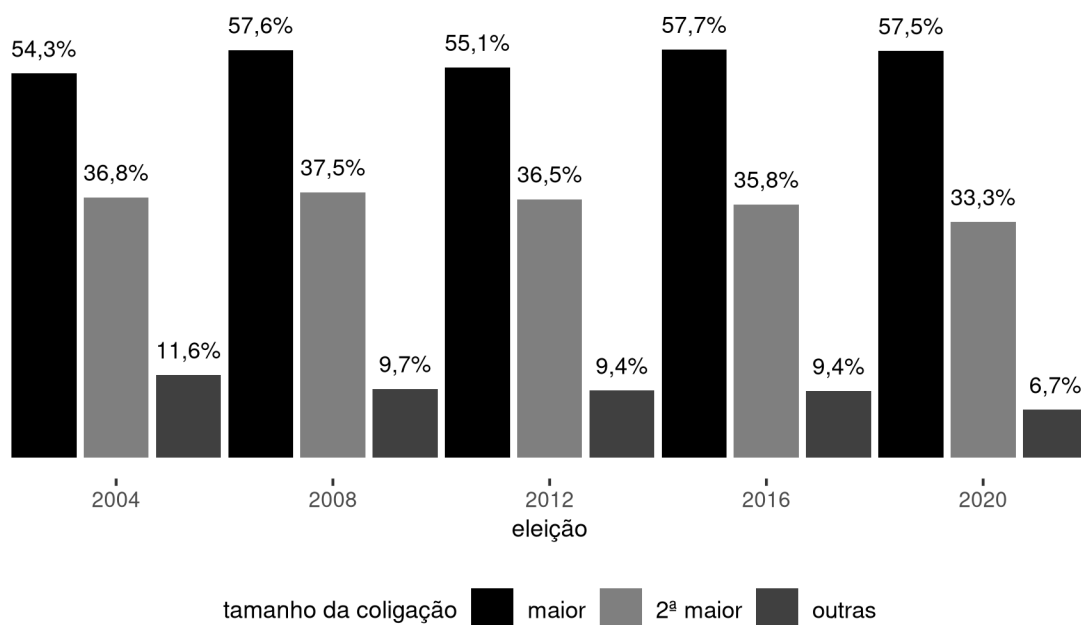
A mudança nas regras eleitorais em 2020 mudou os padrões da distribuição da variável encontrada nos anos anteriores. Poucos partidos com proporção de votos abaixo do quociente eleitoral concorreram de forma coligada na eleição majoritária. Este foi um efeito decorrente da mudança na regra de distribuição das cadeiras para o legislativo. Sem a possibilidade de ganhar cadeiras através das sobras de voto das coligações, não se tornou vantajoso aos partidos se juntar aos grandes na eleição para prefeito. Isso mostra como parte da formação das coligações para o executivo estava atrelada às negociações e cálculos estratégico dos partidos na tentativa de obtenção de cadeiras para o legislativo, especialmente entre os pequenos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

que o maior tempo de propaganda eleitoral, tais como o acesso às bases eleitorais de pequenas e médias lideranças, pequenos palanques em determinados bairros e comunidades ou qualquer outro aspecto que possibilite a penetração da imagem do candidato a partir de um contato direto e pessoal com os eleitores.

Em termos de efetividade, portanto, é razoável supor que quanto maior for a coligação, maior será a chance de conquista da prefeitura pelo partido que encabeça a chapa. E de fato, os dados corroboram esse pressuposto (figura 16): a probabilidade de um partido conquistar a prefeitura é sempre maior se este for o cabeça de chapa da coligação com o maior número de partidos da cidade para todos os anos analisados. Garantir o maior número possível de aliados é essencial para assegurar o número de votos necessário para a conquista do cargo e seu efeito imediato é o da redução do número de partidos competitivos na eleição para o executivo local.

Figura 16 – Porcentagem de cadeiras de prefeito conquistadas agrupadas pelo tamanho da coligação no município e segmentada por eleição (Brasil, média por estado)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE).

Vejamos agora a perspectiva estratégica dos partidos que retiram suas candidaturas e participam da eleição para prefeito como coadjuvantes nas coligações. A decisão de não participar com uma candidatura própria passa primeiro por um diagnóstico sobre as possibilidades de vitória daquele partido no contexto em que se inserem. Se as lideranças entendem que as chances de vitória são nulas ou mínimas, a desistência pode vir acompanhada por uma série de outros benefícios que fortaleçam sua posição política

em outras esferas de negociação. As regras de composição das legendas e de distribuição de cadeiras na eleição proporcional entram aqui como elementos que ajudam nessa maximização: os partidos podem trocar a chance de lançar candidatos para prefeito, pela possibilidade de conquistar cadeiras na câmara municipal.

Por força da legislação³³, os partidos coligados nas eleições para vereador devem ser obrigatoriamente os mesmos da coligação para prefeito, seja de forma integral ou compondo em coligações que representem uma fração qualquer da coligação para prefeito. Em outras palavras, partidos em coligações adversárias na eleição de prefeito não podem se coligar para vereador. Isso faz com que as coligações para prefeito e vereador tenham, pelo menos em parte, a mesma composição. Como o método de distribuição de cadeiras e de sobras do sistema eleitoral proporcional, até antes de 2020, tinha como base a soma dos votos dados aos partidos da coligação como um todo (regra de coligação³⁴), as chances de um partido pequeno ou médio obter uma cadeira de vereador aumentavam se o mesmo estivesse coligado com um ou mais partidos de maior força eleitoral na cidade. Ou mesmo, com um número grande de partidos menores que tivessem uma votação pulverizada. Ou seja, a distribuição de cadeiras a partir do total de votos da coligação se constitui em um atalho para um assento na câmara local entre os partidos com menor expressão eleitoral na cidade.

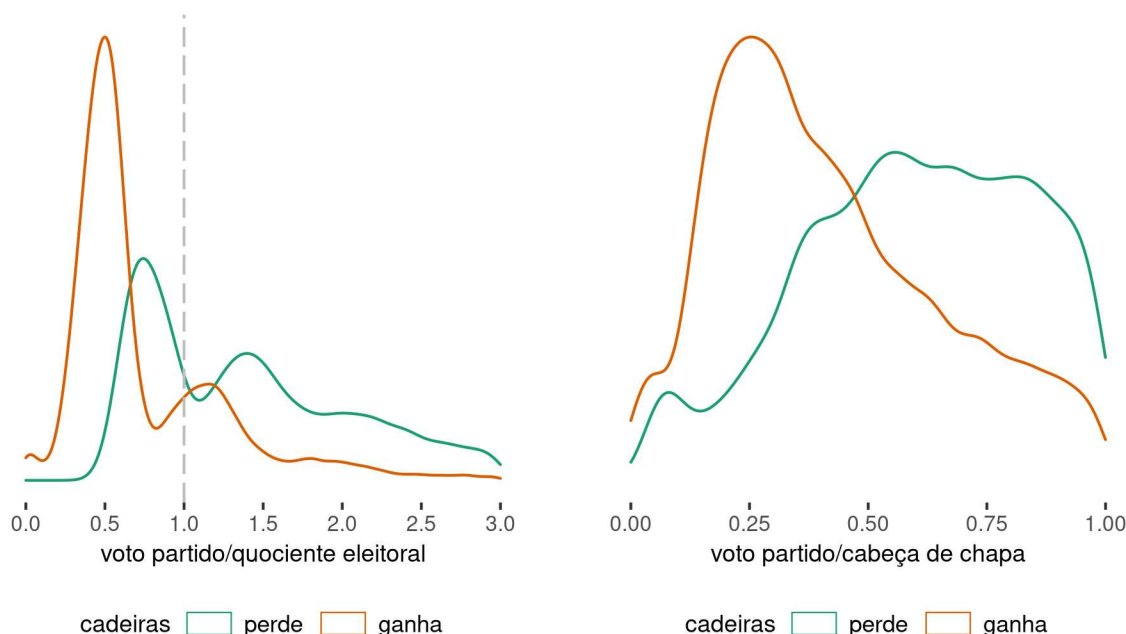
O gráfico da figura 17 nos mostra o resultado de um experimento que revela como o efeito da regra de coligação beneficia os partidos de menor expressão eleitoral e prejudica os maiores. Aqui calculamos o número de cadeiras que cada partido teria direito caso a votação no distrito fosse a mesma, mas alterando o método de distribuição das cadeiras a partir da regra de partidos³⁵. Em seguida comparamos os resultados e verificamos quais foram os partidos que ganharam ou perderam cadeiras com a adoção da regra de coligação (resultado oficial) em relação ao que aconteceria caso o método fosse o da regra de partido (experimento).

³³Lei Nº9.504, de 30 de setembro de 1997. Art. 6º "É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário."

³⁴As novas regras eleitorais que entraram em vigor em 2020 não modificaram legalmente a forma da distribuição das cadeiras. O que houve é que ao proibir as coligações para o legislativo, a distribuição das cadeiras se manteve restrita apenas aos partidos. Para facilitar a escrita e a compreensão, usaremos a expressão *regra de coligação* quando nos referirmos à regra de distribuição de cadeiras legislativas que pressupõe como base o total de votos dados à coligação e aos partidos, e que foram adotadas no Brasil até o ano de 2018; chamaremos de *regra de partido*, quando estivermos nos referindo ao princípio de distribuição de cadeiras que exclui a possibilidade da coligação e que entrou em vigor nas eleições municipais de 2020.

³⁵Ou seja, calculando os quocientes partidários a partir da votação de cada partido deixando de fora as coligações. É claro que esse experimento é puramente teórico. Na realidade, a mudança nas regras do jogo de distribuição de cadeiras modificaria as estratégias dos atores e causaria mudanças significativas no resultado final. No entanto, para efeito comparativo, podemos usar esse exemplo como forma de medir os efeitos da regra de coligação.

Figura 17 – Densidade de partidos em municípios por performance eleitoral/performance na coligação e ganhos ou perdas de cadeiras de vereador com a regra de coligação* (Brasil, 2004-2016)



* A distribuição de cadeiras de vereador até 2020 levava em conta o total de votos de cada coligação (regra de coligação) e não apenas dos partidos (regra de partido). O gráfico compara a distribuição de partidos em municípios que perdem ou ganham cadeiras de vereador com a regra de coligação em relação a um caso hipotético no qual a regra de partidos tivesse sido adotada.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Plotamos os resultados a partir de duas variáveis de performance eleitoral: a primeira (esquerda), verifica a densidade da distribuição de partidos pela proporção de votos de cada partido em relação ao quociente eleitoral³⁶. Essa é uma medida de performance do partido no jogo pois estabelece a posição do partido em relação ao necessário para a conquista de uma cadeira pelo sistema proporcional. O segundo gráfico (direita) compara a distribuição entre a proporção de votos de cada partido em relação à votação do partido líder, ou seja daquele que obteve mais votos na coligação³⁷. Aqui queremos verificar se as estratégias de alianças entre partidos desiguais são recompensadas pela regra de coligação. As densidades segmentadas nos mostram que, para o primeiro gráfico, entre os partidos que ganharam cadeiras com a regra de coligação há uma maior concentração na faixa dos que obtiveram um desempenho 50% abaixo do quociente eleitoral (0,5). À

³⁶O quociente eleitoral é dado pela divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa ($qe = v/n_c$). Ele indica o mínimo de votos que cada partido ou coligação precisa obter para conseguir ao menos uma cadeira pelo método de distribuição proporcional.

³⁷Decidimos pelo uso da expressão partido líder para diferenciar do conceito de partido cabeça de chapa. O cabeça de chapa é aquele que encabeça uma chapa para uma eleição majoritária. O partido líder é aquele que recebe mais votos em uma eleição proporcional e lidera a lista.

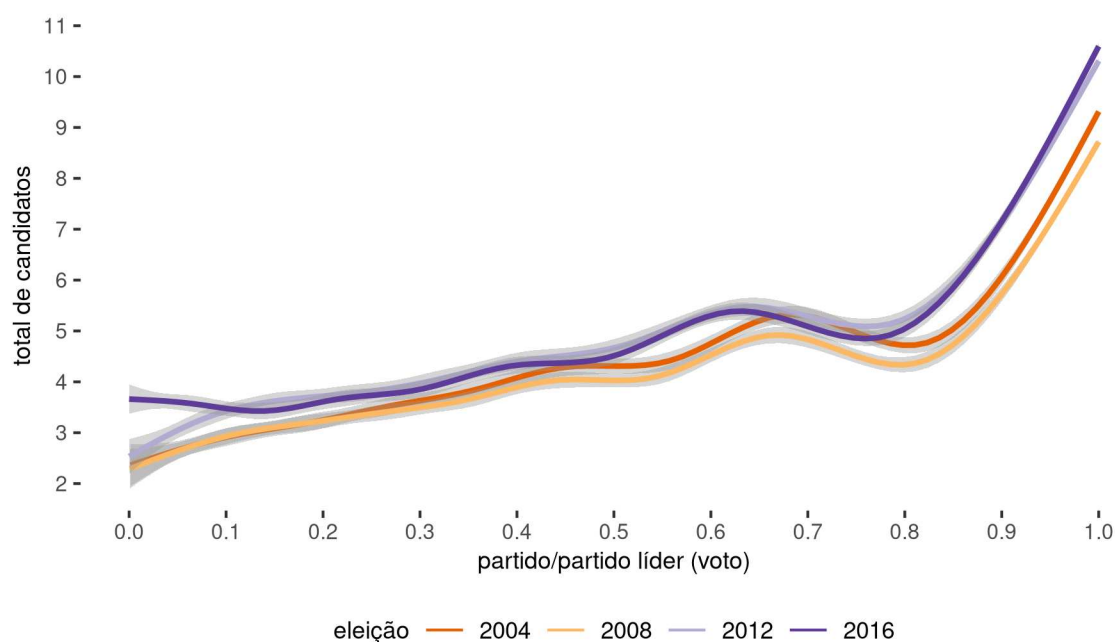
medida em que aumenta o desempenho dos partidos, diminui-se a densidade dos que ganham cadeiras e aumenta a dos que perdem com o método. No segundo gráfico a relação é mais clara: partidos com votação 75% menor (0,25 no eixo horizontal) que a do partido com maior votação na chapa, tendem a ser beneficiários da regra de coligação. A partir dos 50% essa relação se inverte. Ou seja, partidos líderes e partidos médios que se aliam a partidos líderes tendem a ser prejudicados pela regra de coligação.

Estes dados parecem ser contra-intuitivos: afinal, a união entre um partido forte e um médio amplia o quociente da coligação, e por consequência aumentam as chances de conquista de cadeiras a serem distribuídas. No entanto, a coligação reordena a lista, fazendo com que os candidatos de melhor desempenho entre todos os partidos coligados subam para a frente. A força de um partido em uma eleição proporcional não é determinada pelo número de candidaturas competitivas que este possui; o que está em jogo é o total de votos conquistados pelo partido entre o *conjunto de seus candidatos*. Na figura 18, a média do número de candidatos lançados cresce de forma linear com a proporção de votos do partido em relação ao do líder e aumenta de forma exponencial quando se aproxima dos partidos que lideram a coligação (proporção igual a 1). Esse dado reforça a ideia de que a estratégia dos partidos mais fortes passa pela concentração do maior número possível de candidatos, e isto está relacionado com as estratégias de maximização da vitória do partido na eleição para prefeito. Com a regra de coligação os partidos menores podem prescindir dessa estratégia: basta ter pelo menos um candidato competitivo capaz de suplantar todos os candidatos não competitivos dos partidos maiores para se conseguir uma cadeira. A regra de coligação atrelada a uma maior concentração de votos das listas partidárias incorpora um viés de distribuição de cadeiras aos pequenos partidos (é o *small party bias* encontrado por Calvo et al (2015)).

Os partidos médios também são prejudicados com a regra de coligação pois ao congregar um número razoável de candidatos perdem o benefício que uma regra estritamente partidária lhes conferiria; ao mesmo tempo, se se decidem em não coligar e optam por concorrer à câmara de forma isolada, correm o risco de não conseguir cadeiras. Nesses casos, os partidos coligados, mesmo que pequenos, teriam sempre uma chance de congregar forças que deixariam os partidos médios para trás.

Chegamos ao ponto em que as estratégias que norteiam a decisão de lançar candidatos a prefeito e vereador se encontram e produzem efeitos de longo prazo: os partidos competitivos se concentram em ampliar o maior número possível de candidaturas e de coligados para maximizar as chances de conquistar a prefeitura; os partidos mais fracos desistem de lançar candidatos para prefeito, apostam no lançamento de candidatos competitivos para a câmara e são incentivados a compor as coligações com maior número de membros. Como vimos anteriormente (figura 16), há uma relação positiva entre o

Figura 18 – Performance do partido na coligação* por total de candidatos lançados (Brasil, vereador, 2004-2016)



* Se refere a proporção entre o voto de um partido e o voto do partido da coligação que obteve mais votos (líder).

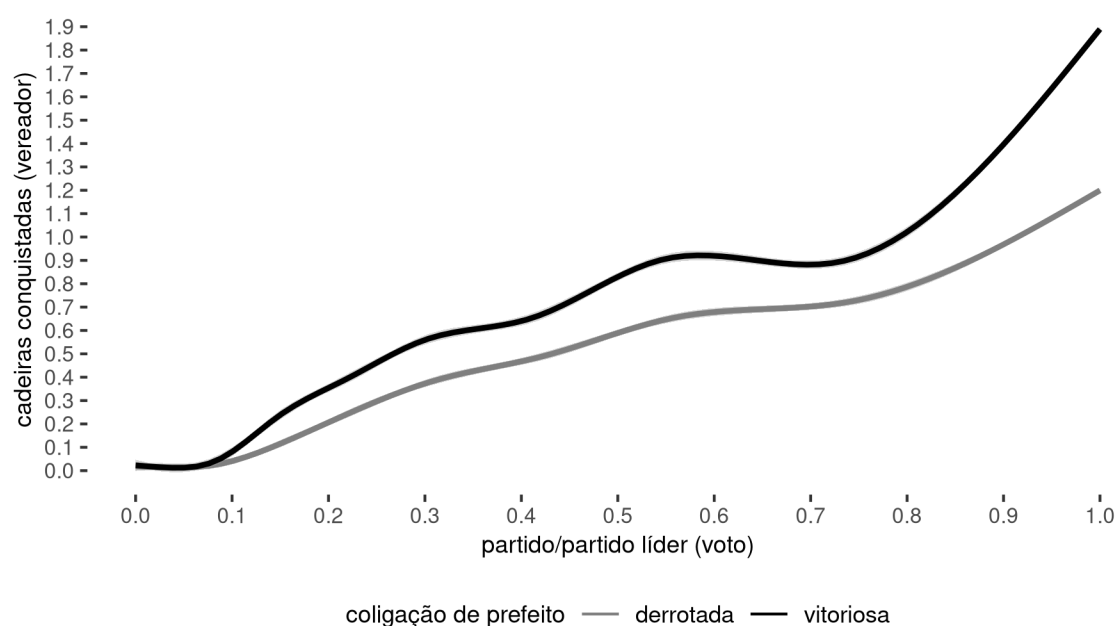
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

tamanho da coligação e a probabilidade de conquista de cadeiras de prefeito³⁸. Mas não apenas no executivo: participar de uma coligação grande em que o cabeça de chapa na eleição para prefeito seja o vencedor, ampliam as chances de conquista de cadeiras de vereador para todos os partidos da coligação (figura 19).

Limongi e Vassalai (2016) argumentam que a base da estratégia de coligações amplas dos partidos competitivos para o governo estadual, reside na maximização do tempo do HGPE que passa a ser contabilizado a partir do número de cadeiras de cada partido na câmara federal. Para o plano local, no entanto, acreditamos que o número de cabos eleitorais que a coligação pode trazer seja essencial para as decisões de ampliação das coligações de prefeito. Em municípios pequenos, contar com a ajuda de pequenas lideranças pode ser decisivo para conquistar votos e este talvez seja o principal ativo dos partidos mais fracos para negociar um lugar em uma coligação. Na figura 20, identificamos a tendência entre a performance do partido no distrito (quociente partidário) e a performance do candidato mais bem votado de cada partido. Em seguida, separamos os resultados em 4 grupos: 1) se o partido participa da maior coligação, em tamanho, na

³⁸Relação esta que não depende do método de distribuição de cadeiras, como vimos em 2020 (figura 15). O que está em jogo para o partido forte é a diminuição dos concorrentes e a ampliação de recursos como tempo do HGPE e de cabos eleitorais.

Figura 19 – Média de cadeiras de vereador conquistadas por performance na coligação e tipo de coligação para prefeito* (Brasil, 2004-2016)

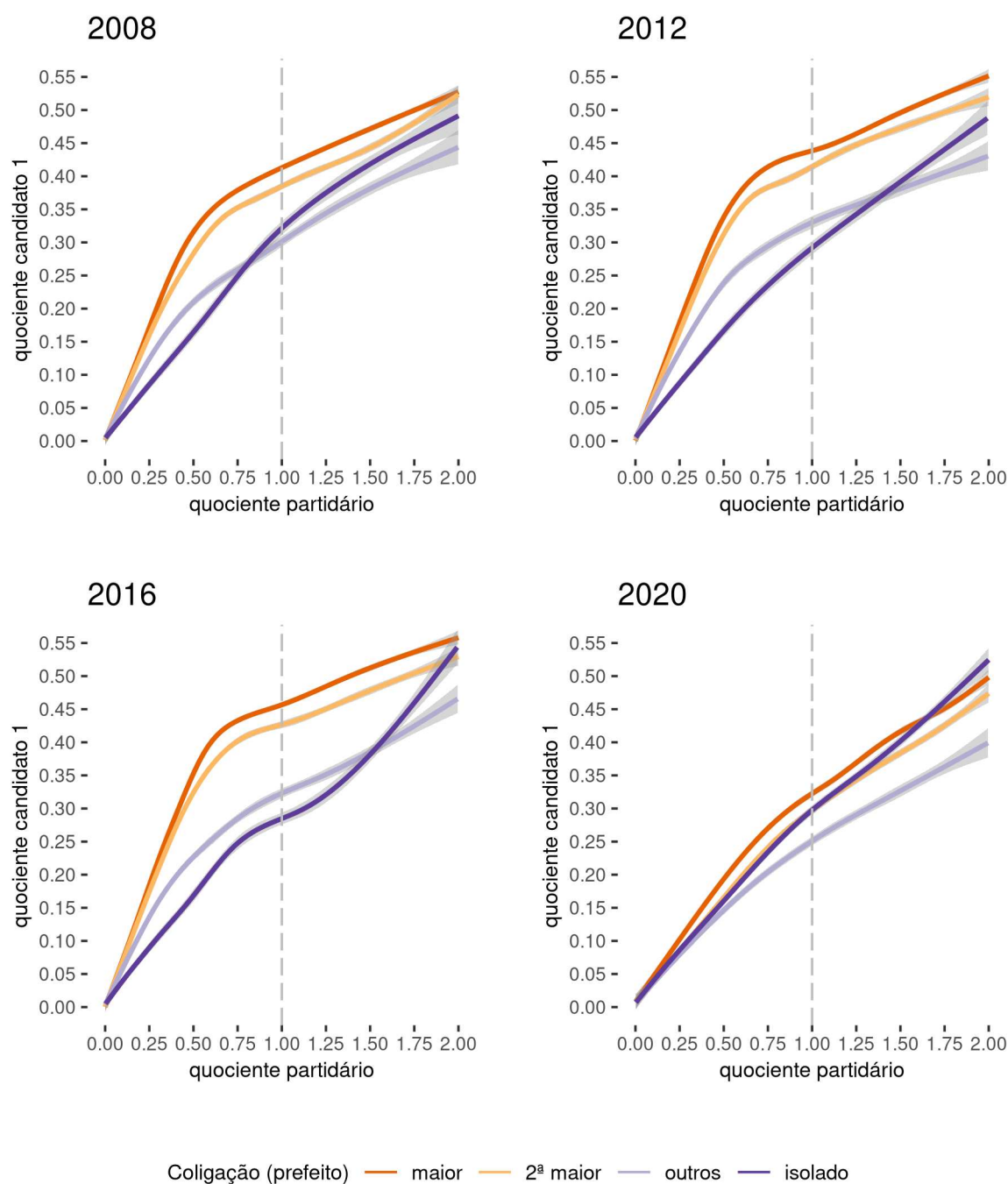


* Indica se o cabeça de chapa na coligação foi o vitorioso ou derrotado na eleição para prefeito.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

disputa para prefeito; 2) se participa da coligação competitiva adversária e que figura na segunda posição em termos de quantidade de partidos, 3) partidos que participam das demais coligações ou 4) partidos que lançam candidaturas isoladas, sem estarem coligados a outros.

Figura 20 – Quociente partidário por quociente do candidato* que encabeça a lista do partido segmentado pelo tamanho da coligação para prefeito (Brasil, vereador, partidos com quociente partidário menor que 2)



* Se refere a proporção entre o voto do candidato de um partido que obteve mais votos e o quociente eleitoral.

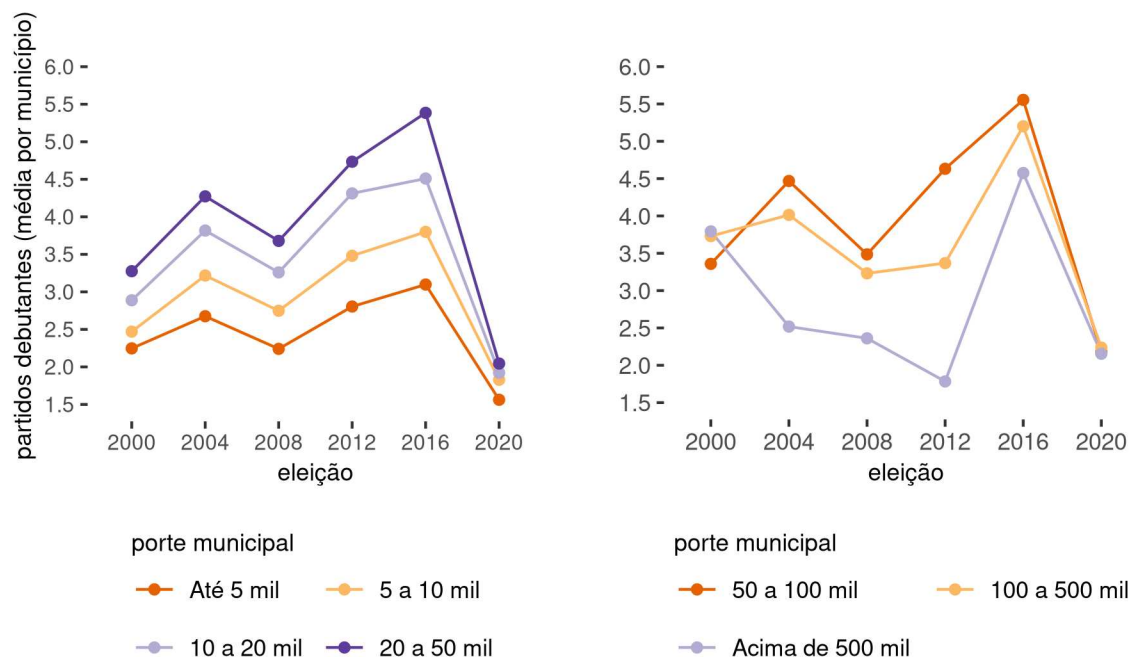
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Os gráficos nos permitem extrair duas conclusões: em primeiro lugar, quando a performance do partido é mais robusta as linhas de tendência dos partidos que se isolam aumentam. Isso quer dizer que se o partido tem uma performance eleitoral robusta (acima de 1,5 vezes o quociente eleitoral) é porque possui um leque maior de candidatos competitivos; e nesses casos a propensão de lançar candidaturas avulsas para o cargo de prefeito aumenta pois estes partidos serão capazes de conquistar cadeiras sem ter de dividir os recursos de poder. Em segundo lugar, os dados indicam, para todos os anos, que a performance do principal candidato a vereador dos partidos de média/baixa performance tende a ser maior quando estes partidos compõem a maior coligação. Ou seja, há mais candidatos competitivos dos partidos coadjuvantes compondo as maiores coligações. Estes dados mostram que a estratégia dos partidos de média performance passa pelo lançamento de candidaturas competitivas para o cargo de vereador pois esta apresenta uma função multiplicativa: na entrada, funciona como um ativo que chancela a participação do partido na coligação mais competitiva; ao participar da coligação mais competitiva com um candidato competitivo suas chances de subir posições na lista da coligação aumentam; e para o partido cabeça de chapa, contar com o apoio dessas lideranças será crucial para conquistar a prefeitura. Este fenômeno afeta o sistema partidário local como um todo: ao aumento da fragmentação na câmara local, diminui-se o número de competidores na eleição para prefeito, seguindo a mesma lógica encontrada por Limongi e Vassalai (2016) nas eleições estaduais.

Na figura 21 observamos que o número de partidos debutantes aumentou entre 2000 e 2016 para todos os portes, com exceção das capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes. Em 2020, com o fim da coligação na eleição proporcional houve um forte decréscimo no número de partidos debutantes em cada município do país. Dada a inviabilidade de usar os mecanismos que permitiam o pulo dos candidatos nas listas, muitos partidos optaram por não lançar-se por novos territórios. Podemos supor que o aumento do número de partidos debutantes nos anos anteriores era um produto da expectativa das lideranças no sucesso dessas empreitadas. Em outras palavras, os partidos se arriscavam em novos territórios pois as chances de conseguir cadeiras eram satisfatórias.

Parte da fragmentação ao longo prazo, portanto, pode ser entendida como um efeito macro gerado por esse mecanismo. Se mais agremiações passaram a compor o sistema partidário local, e se a estratégia era lançar ao menos um candidato competitivo e compor a maior coligação majoritária, houve aumento no tamanho das coligações ao longo do tempo. E os partidos competitivos que desejassem conquistar a prefeitura teriam de aceitar cada vez mais a divisão de poder eleitoral e a possibilidade de mais fragmentação na câmara de vereadores. De fato, é o que encontramos na figura 22: as médias do número de integrantes das coligações para prefeito aumentaram ano após ano em todos os segmentos municipais, vindo a cair com força em 2020, como esperado.

Figura 21 – Média do número de partidos debutantes* por município agrupada por porte municipal e segmentada por ano (Brasil, vereador)

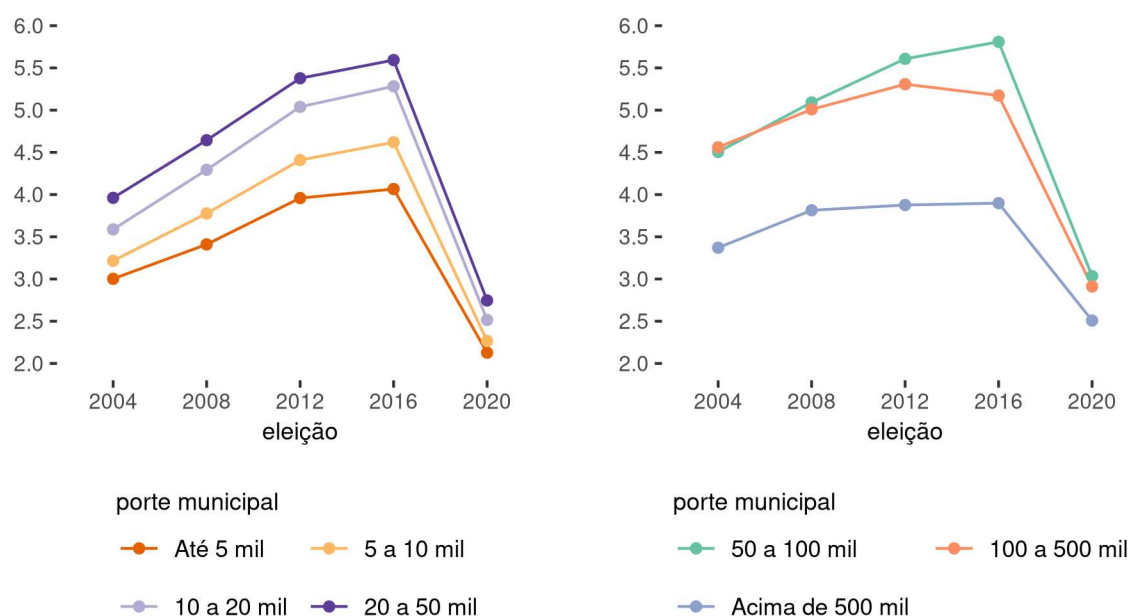


* partidos debutantes são aqueles que apresentaram candidatos que receberam ao menos um voto em uma eleição mas não o fizeram na anterior.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE).

Chegamos, então, a um quadro abrangente sobre as razões da fragmentação no longo prazo. As análises que empreendemos nesse capítulo nos mostram como as regras de coligação e estratégias de entrada dos partidos galvanizam a fragmentação em cada eleição. E nos capítulos anteriores, compreendemos como cada sistema partidário local tende a ampliar o número de participantes através da influência exercida pela coordenação das arenas que acaba por conduzir a fragmentação de um nível ao outro. Com isso a diminuição dos competidores na eleição para prefeito, causada pelo mecanismo endógeno de interação entre o executivo e o legislativo, caminha em paralelo com a ampliação do número de partidos nas câmaras de vereador; Ao mesmo tempo, a entrada de novos partidos nos territórios, em consequência do choque exógeno da interação das arenas, pressiona para um aumento das taxas de revezamento entre os partidos entre um pleito e outro, como vimos na seção 2.1.1 desta pesquisa. É possível que a entrada dos partidos debutantes acabe por influenciar a formação das coligações de forma dramática, especialmente nos menores municípios. A entrada de novos atores em um sistema dependente de acordos pessoais e da força das máquinas estaduais parece impossibilitar a estruturação de arranjos duradouros para o governo local.

Figura 22 – Média do tamanho das coligações para prefeito agrupada por porte municipal e segmentada por ano (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE).

Os dois pólos aqui apresentados (endógeno e exógeno) se conectam e se auto reforçam através de um mecanismo de *feedback loop*. Iniciando a análise na esfera estadual, podemos então sintetizar esse fenômeno através da seguinte articulação:

- Os partidos com chances de conquistar as cadeiras do executivo estadual necessitam construir o maior número possível de alianças para poderem alcançar esse objetivo;
- As alianças para o executivo e o legislativo, por força da lei, precisam ser compostas pelos mesmos participantes. Logo, as coligações com o maior número de participantes acabam conquistando a maior parte das cadeiras legislativas, ampliando a fragmentação das câmaras estaduais;
- Os partidos menores que se coligam aos partidos maiores acabam ganhando cadeiras uma vez que a regra de distribuição pela coligação permite que os pequenos possam lançar candidatos competitivos que pulem a lista;
- A configuração de forças partidárias estaduais, estabelecida pelas urnas, impacta na eleição municipal dois anos depois. Os partidos vencedores da coligação majoritária no estado, terão maior capacidade de expandir sua cobertura eleitoral nos municípios, ampliando a oferta de partidos que concorrem nas eleições locais.

- Os partidos com chances de conquistar as cadeiras do executivo local necessitam também construir o maior número possível de alianças para poderem alcançar esse objetivo;
- também por força da lei, as alianças para o executivo e o legislativo precisam ser compostas pelos mesmos participantes. As coligações com o maior número de participantes acabam conquistando a maior parte das cadeiras de vereador, ampliando a fragmentação das câmaras locais;
- Os partidos menores que se coligam aos partidos maiores acabam ganhando cadeiras uma vez que a regra de distribuição pela coligação permite que os pequenos possam lançar candidatos competitivos que pulem a lista;
- A configuração de forças nos municípios agora impactará na eleição estadual. Os partidos que tiveram maior capacidade de expandir a sua cobertura eleitoral poderão usar desse ativo como poder de barganha para a composição das coligações estaduais. O processo então se retroalimenta e inicia um novo ciclo na arena estadual.

Vimos que os sistemas partidários estaduais estabilizaram a fragmentação nas disputas para os executivos de cada estado e observamos que na arena local o mesmo mecanismo sustenta a especialização partidária nas disputas para o executivo e legislativo. O movimento que leva à fragmentação dos legislativos, solidifica os competidores na disputa à prefeitura e ao governo. No entanto, ao longo do tempo, não verificamos na arena local o mesmo tipo de estabilização encontrado na arena estadual. Como vimos anteriormente, as competições se reduzem a dois competidores mas não se estabilizam nem no intervalo entre uma eleição e outra. É claro que estamos falando de dois universos muito diferentes: afinal, existem em torno de 5500 eleições municipais e apenas 26 eleições estaduais. Também pode-se dizer que as disputas para o estado não operam influenciadas por uma arena superior da mesma maneira que a política local, ainda que as alianças para a disputa presidencial sejam importantes para a determinação das alianças estaduais. A autonomia e o grau de centralização dos estados confere um poder muito grande ao sistema estadual sobre as máquinas locais. E entendemos que essas características acabam influenciando decisivamente para a instabilidade partidária nos municípios: há muitas possibilidades de entrada e as lideranças municipais dos pequenos e médios municípios, em sua maioria, dependem dos recursos compartilhados pelo governo do estado.

Nosso objetivo neste capítulo foi demonstrar como o funcionamento da dinâmica interna dos sistemas partidários locais impacta sobre a fragmentação. Especificamente, mostramos como as negociações para a formação das coligações para o executivo local estão ancoradas em dois tipos diferentes de estratégias: para os partidos mais fortes, com capacidade de competirem pela cadeira de prefeito, a orientação é liderar coligações que congreguem o maior número de aliados; aos demais partidos, o cálculo estratégico pressupõe participar como coadjuvante dentro da coligação. A regra de distribuição de

vagas através das coligações faz com que os partidos mais fracos tenham chances de conquistar uma cadeira nos legislativos locais uma vez que tenham candidatos capazes de conquistarem boas posições dentro da lista de candidatos da coligação. Essa dinâmica faz com que exista uma pressão para que o número de partidos na luta para o legislativo aumente; ao mesmo tempo que faz com que o número de partidos competitivos na eleição majoritária fique restrito a dois partidos. Como a cada eleição o número de partidos aumentava pelo efeito da entrada de novos partidos nos territórios, como vimos nos capítulos anteriores, essa dinâmica interna se tornava cada vez mais complexa a cada eleição. Mais partidos estavam dispostos a participar da luta por votos e cadeiras no legislativo local, e mais partidos tinham capacidade de se colocar como competidores para a prefeitura.

Nos próximos capítulos abordaremos essa questão a partir de um olhar sobre outro aspecto da coordenação partidária que influencia a fragmentação local. Até o momento, abordamos a questão sobre a ótica da interação entre as arenas e a coordenação entre partidos dentro de cada distrito. No próximo capítulo buscaremos entender como a coordenação entre partidos e agentes políticos também condiciona e favorece o processo de multiplicação de partidos.

Capítulo 5: Estratégia dos agentes políticos

Neste capítulo, buscaremos entender o papel das migrações partidárias para a ampliação da fragmentação e as estratégias de formação de lideranças partidárias nos municípios para as eleições locais. Queremos entender se a expansão dos partidos pelos municípios tem suporte em um movimento de renovação de lideranças, e em que grau os partidos debutantes concorrem recorrendo a uma lista de candidatos que tiveram passagem por outros partidos em eleições passadas. Nossa intenção é contribuir para um novo aspecto sobre os condicionantes da fragmentação.

À primeira vista, o tema da migração partidária aparece como um elemento secundário, ou mesmo exterior, ao fenômeno da fragmentação. A literatura tradicional sobre a migração de candidatos ancora seus pressupostos a partir da perspectiva da busca dos atores políticos pela maximização de seu capital político e da possibilidade de reeleição (DESPOSATO, 1997, 2005, 2006; MELO, 2000, 2004). Freitas (2012), por sua vez, sofisticava o argumento ao trazer os partidos para o centro da questão buscando entender como os atores coletivos se utilizam da troca de legendas de forma estratégica; ou seja, como uma ferramenta para aumentar o seu poder na arena parlamentar e eleitoral. Como consequência o recrutamento de parlamentares por parte dos partidos passa também a ser concebido como uma forma de atender às necessidades de acesso das agremiações aos cargos no legislativo federal, bem como para aumentar o capital eleitoral dos partidos em regiões onde os mesmos não eram bem votados.

Partindo dessa premissa, voltamos os nossos olhos para a arena local compreendendo que a migração partidária é também *uma ferramenta de expansão dos partidos pelo território, o que acaba gerando um impacto sobre o fenômeno da fragmentação*. A coordenação entre agentes políticos e partidários solidifica uma negociação na qual, de um lado, os candidatos buscarão maximizar seu capital eleitoral, como prevê a literatura; e de outro, os partidos passarão a maximizar suas chances de obtenção de cadeiras com diminuição dos custos para formação de lideranças. Ao mesmo tempo, dado o contexto da regra de distribuição de cadeiras proporcionais, possuir candidatos com *background* eleitoral consolidado em suas listas, aumentaria as chances dos partidos pequenos figurarem em posições melhores na lista da coligação.

Partidos veteranos e consolidados em um município constituiriam suas listas a partir de um conjunto de lideranças já estabelecidas previamente. Partidos debutantes ou com pouco capital político nesses municípios tenderiam a ter mais vantagens eleitorais ao trazer para sua lista candidatos com uma experiência e capital eleitoral acumulados em eleições anteriores por outros partidos. Candidatos por partidos veteranos que apresentam um capital eleitoral acumulado mas que não se constituem como as principais lideranças desses partidos nos municípios, tenderiam a migrar para os partidos menores onde não dividiriam recursos de poder e de capacidade decisória. Assim, partidos menores ou inexistentes ampliariam suas chances de conversão de votos em cadeiras, sem a neces-

sidade de investir em quadros próprios. As legendas deixariam de atuar exclusivamente como formadoras de lideranças atreladas ao projeto político e ideológico do partido, para servir de guarda-chuva para lideranças que agreguem votos aos novos partidos, ampliando o grau de fisiologismo dos mesmos. Nesse sentido, os partidos atuam como *head-hunters*, buscando atrair os melhores candidatos para os seus partidos em novos contextos territoriais. Não queremos dizer com isso que os partidos não sejam formadores de novas lideranças. De fato, como veremos adiante, a maior parte das listas de vereador dos partidos é composta por candidatos debutantes, ou seja, que não tiveram experiência em campanhas anteriores. No entanto, a parcela de migrantes é significativa correspondendo a quase 30% das listas de candidatos e chega a quase 50% entre vereadores eleitos.

Iniciamos nossa análise através da constatação do fenômeno de repetição de candidaturas entre cargos e arenas diferentes. Notamos que a interação entre as arenas estaduais e locais se apresenta como a que concentra o maior número de candidaturas veteranas ou de migrantes que decidem se recandidatar (figura 23). Aqui, percebemos uma troca de candidatos tanto no sentido *top-down*, quanto *bottom-up* quase na mesma proporção³⁹. Isso se deve ao fato de que o número de candidaturas nessas eleições é maior, e também devido ao fenômeno de coordenação e interação entre as arenas estudado nos capítulos anteriores.

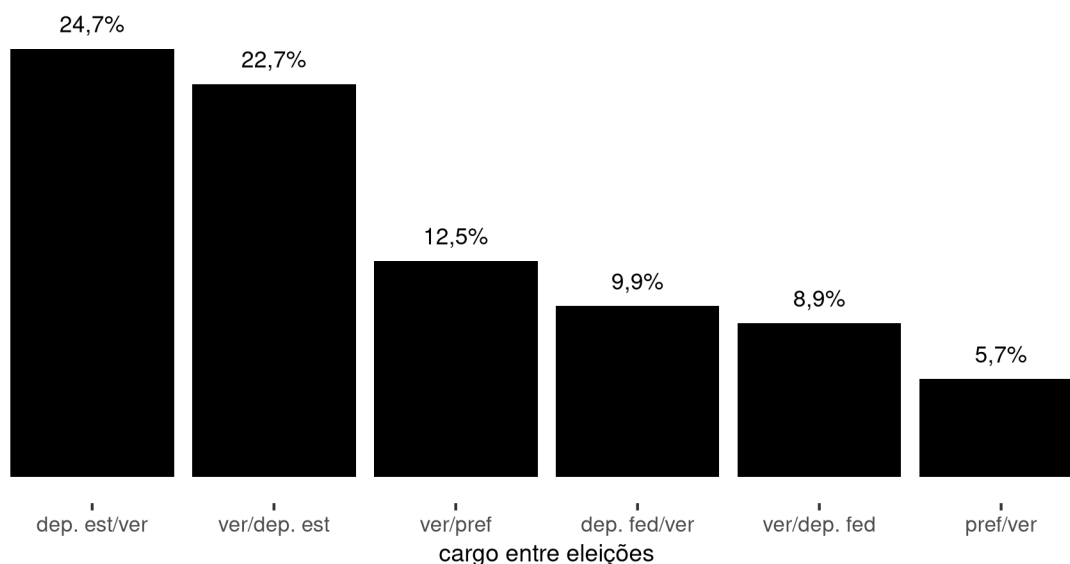
No entanto, os perfis e as motivações dos candidatos que percorrem esses dois caminhos são diferentes. Ao mensurarmos a proporção de candidatos migrantes⁴⁰ entre os pleitos em t_0 e t_2 -, encontramos diferenças nos tipos de migração: entre os candidatos que migram na direção estadual-local (*top-down*) a proporção de migrantes tende a ser maior do que entre os que fazem o caminho inverso (figura 24).

Todos os candidatos veteranos ou migrantes *top-down*, para todos os anos analisados, não foram eleitos para o cargo de deputado estadual e optaram por tentar uma vaga para o cargo de vereador dois anos depois. Essas evidências sugerem que existe um reaproveitamento do excedente de candidatos da eleição para deputado estadual que passam a competir também no municipal ampliando as chances de fortalecimento político e expansão dos partidos pelo território. O maior número de migrantes entre os candidatos *top-down* em comparação com os candidatos que fazem o caminho inverso, se explica pela necessidade dos candidatos de buscarem maximizar suas chances de vitória. Uma vez

³⁹Estamos falando aqui trocas de candidaturas entre as diferentes arenas, entretanto, quando olhamos para o universo de migrantes das eleições para vereador notamos que a grande maioria é composta por trocas partidárias do mesmo nível (local-local). Em torno de 80% dos candidatos migrantes para vereador concorreram por outros partidos na eleição para vereador imediatamente anterior (t_{4-}).

⁴⁰Identificamos os candidatos migrantes, veteranos e debutantes através da comparação entre as listas de candidatos entre t_0 e t_4 - para uma eleição qualquer, seguindo os mesmos procedimento adotado em trabalhos anteriores (FAGANELLO; FERNANDES, 2018a; FAGANELLO; FERNANDES, 2018b; FAGANELLO; FERNANDES, 2016). Assim, definimos como candidato migrante aquele que participou de duas eleições consecutivas (seja de mesmo nível ou de níveis diferentes) por partidos diferentes (A comparação é feita através do cpf dos candidatos.); veterano é o candidato que participou de duas eleições pelo mesmo partido (não migrante, portanto) e candidato debutante aquele que não esteve em t_4 - ou t_2 - mas concorre em t_0 .

Figura 23 – Proporção de candidaturas de um mesmo candidato entre duas eleições consecutivas de níveis diferentes (Brasil, 1998-2020, apenas candidatos veteranos que lançam candidaturas em eleições consecutivas de níveis diferentes)



outros: dep. est/pref: 5.2%, pref/dep. est: 3.4%, dep. fed/pref: 2.3%, dep. est/dep. fed: 1.7%, pref/dep. fed: 1.6%, dep. fed/dep. est: 1.4%

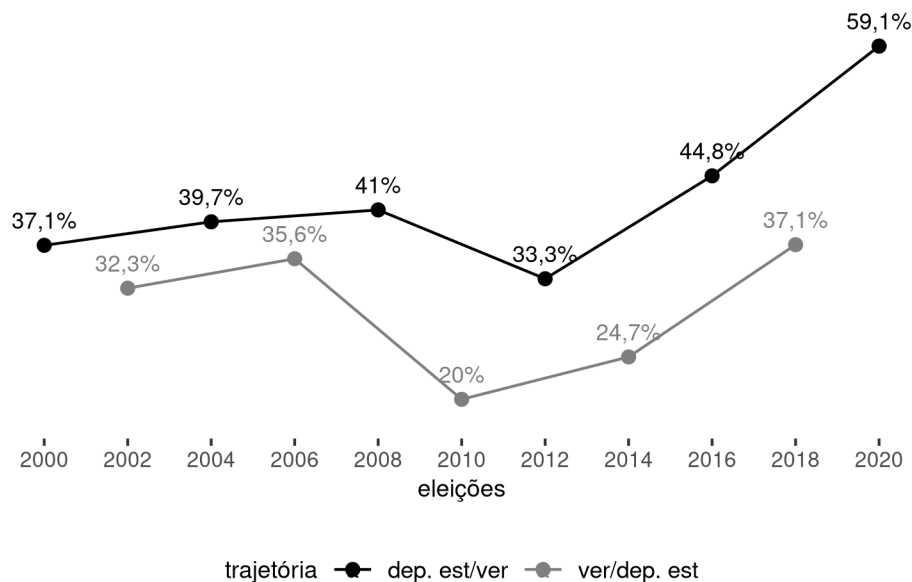
legenda: ver - vereador/ pref - prefeito/ dep. est - deputado estadual/ dep. fed - deputado federal

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

que não tiveram sucesso no pleito estadual, passam a vislumbrar melhores oportunidades em outros partidos em uma eleição onde a chance de conquistar um cargo é maior do que antes. O caminho inverso é mais difícil: concorrer ao cargo de deputado estadual exige mais recursos, a competição é maior e os distritos são grandes. Os incentivos para concorrer ao legislativo estadual são menores, portanto.

Podemos interpretar a predominância de migrantes entre os candidatos que fazem o caminho de cima para baixo (*top-down*) como uma evidência do fenômeno de expansão partidária local a partir da migração. Um candidato não eleito para o legislativo estadual, tem uma nova chance de garantir um cargo na eleição municipal, por um outro partido que o candidato julga apresentar melhores condições. Por outro lado, o partido tem a chance de ampliar suas chances de votos, conquista de cadeiras, e de posição na lista que serão fundamentais para a consolidação do partido naquele município em um período maior de tempo.

Figura 24 – Proporção de candidatos migrantes por trajetória eleitoral entre duas eleições consecutivas (Brasil)



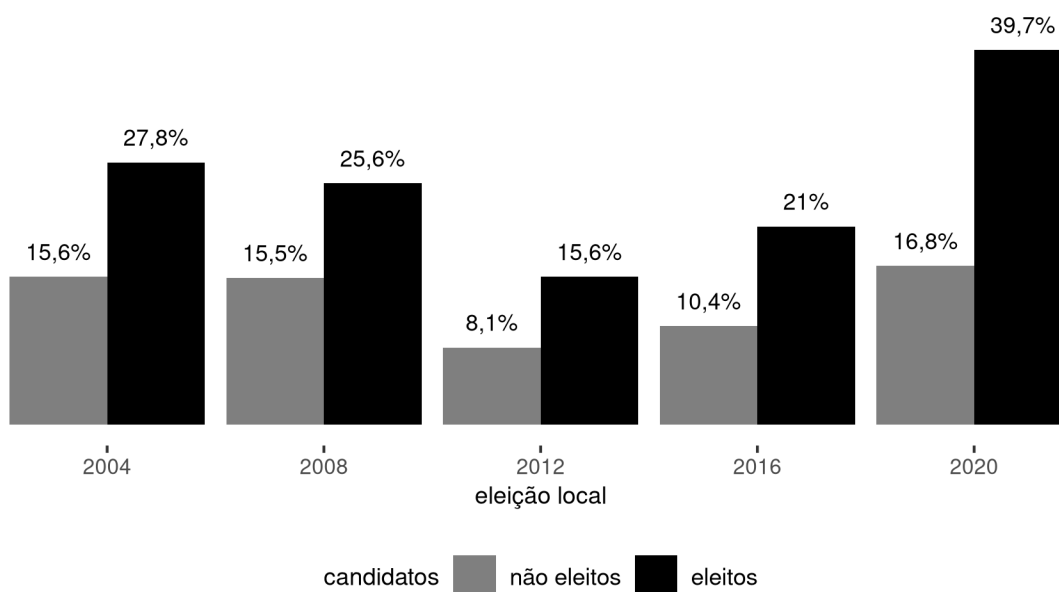
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Entendemos que o fenômeno da troca de candidatos entre as arenas nos dá pistas sobre o papel da migração na expansão dos partidos e da fragmentação. Mas dentro do universo de candidatos migrantes a vereador nas eleições locais, a proporção dos que cruzam a linha estado x município é de apenas 2%. Em torno de 98% das candidaturas migrantes é composta por candidatos que concorreram por outros partidos na eleição para vereador ou prefeito 4 anos antes. O papel das arenas estaduais na eleição local se dá pela influência na regulação das forças partidárias do estado, o que acarreta na seleção dos agentes partidários, e consequentemente na conformação dos diferentes sistemas partidários locais, como vimos nos capítulos anteriores. Já a interação entre os candidatos é mediada pelas elites restritas e especializadas na política dos seus municípios. Dado o grande número de entradas (muitos municípios) e poucas oportunidades de ascensão para outras arenas, podemos afirmar que o funcionamento do sistema político local, neste sentido estrito da formação de lideranças, é majoritariamente organizado de maneira horizontal.

É na interação entre as eleições locais que encontraremos as respostas para a nossa pergunta de partida, portanto. E ao aprofundarmos nesse universo, podemos nos perguntar: ter um candidato com maior experiência amplia de fato as chances de vitória e de votos dos partidos? Buscamos responder a esta pergunta e verificamos a proporção de candidatos migrantes entre candidatos eleitos e não eleitos para cada eleição municipal.

Descobrimos que a proporção de migrantes entre os eleitos é sempre maior que entre não eleitos (figura 25) para todos os anos analisados. Notamos também que a distância entre as proporções atingiu seu máximo em 2020: na última eleição municipal, quase 40% dos candidatos eleitos para o cargo de vereador possuíam experiência eleitoral prévia.

Figura 25 – Proporção de candidatos migrantes por situação eleitoral (Brasil, Vereador)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Os dados evidenciam que os migrantes tendem a ser mais competitivos. Mais ainda, o aumento da taxa de migração entre os candidatos em 2020 reforça a tese de que a migração é uma ferramenta de expansão e consolidação eleitoral dos partidos pelos territórios. Com o fim da regra de coligação e adoção da cláusula de desempenho esperada para 2022, a eleição de 2020 se transformou em uma corrida pela sobrevivência das legendas, especialmente as menores. Os partidos passaram a adotar uma estratégia que priorizasse o ganho de cadeiras e de votos em municípios chaves, e não mais em novos territórios. Isso pode ter levado a uma busca maior dos partidos por candidatos migrantes de forma a assegurar cadeiras e um número maior de votos.

Aprofundamos essa questão e verificamos o efeito marginal da variável número de candidatos migrantes sobre a votação municipal do partido para cada eleição do período (tabela 16). Assim, para cada partido em um município somamos o total de candidatos migrantes e de candidaturas e verificamos os efeitos dessas variáveis sobre o voto do partido naquele local. Em outras palavras, queremos entender se o aumento do número de candidaturas migrantes na lista partidária impacta positivamente no voto dos partidos. Buscamos isolar este efeito utilizando um conjunto de variáveis de controle como: número

total de candidatos do partido, perfil partidário (veterano ou debutante) e participação na coligação vitoriosa para o governo do estado dois anos antes. Seleccionamos ainda algumas variáveis de controle contextuais como tamanho da população, partido e unidade da federação. Por fim, testamos a interação entre a nossa variável independente (Migrantes (n)) e o perfil partidário de forma a mensurar os efeitos da presença de migrantes na votação dos partidos debutantes em relação aos veteranos e, excluimos da base os partidos estreantes na política local em uma dada eleição, tal como o PSD em 2012⁴¹.

Os coeficientes da variável número de migrantes apresentaram sinal positivo e significância estatística para todos os anos analisados, com exceção da eleição de 2012. A ampliação de um candidato migrante na lista dos partidos aumenta em 0,3% a votação do partido no município em 2016 e chega a 1,2% em 2020. Os valores não significativos para 2012 chamam a atenção: foi nesta eleição que tivemos a menor proporção de candidatos migrantes do período analisado. Isto se deve às decisões do poder judiciário que restringiram a migração partidária a partir de 2007 e que estão na raiz da explicação sobre a criação do PSD no cenário nacional (JR; RIBEIRO, 2019). A resolução nº 22.610 de outubro de 2007 do TSE definiu que os mandatos executivos e proporcionais pertenciam aos partidos e não aos candidatos⁴²; isso acabou estancando o fluxo de migração uma vez que os candidatos eleitos estariam sujeitos a perder os seus mandatos em caso de troca partidária. Assim, em 2012 a migração de candidatos eleitos caiu ficando restrita apenas aos candidatos que concorreram anteriormente sem conquistar cadeiras, ou aos que migraram após o fim do mandato pelo partido de origem⁴³. Não surpreende, portanto, que o efeito da migração sobre a votação e competição partidária no nosso modelo de regressão tenha se tornado estatisticamente irrelevante. Contudo, chama a atenção que o efeito de interação (migrantes (n) x debutante) neste ano tenha se mantido positivo e significativo, assim como para todos os anos. A interpretação é direta: o efeito do número de candida-

⁴¹Tomamos essa decisão pois os partidos estreantes no cenário nacional serão sempre debutantes nos municípios na eleição de entrada. Sem isso, a força eleitoral do PSD poderia enviesar os resultados que buscamos medir para os partidos debutantes em 2012. No entanto, com exceção do PSD, os partidos debutantes que estreiam no cenário nacional tendem a ter pouca força eleitoral nos municípios e seu efeito é no geral irrisório.

⁴²A resolução viria a ser referendada com mudanças pelo STF no julgamento da ADI nº 5081 em maio de 2015. A resolução que definia que os mandatos legislativo pertenciam aos partidos foi mantida. Já para os cargos executivos, eleitos pelo sistema majoritário, a interpretação acabou sendo modificada.

⁴³A restrição sobre a infidelidade partidária acabaria sendo resolvida pelo próprio parlamento ao introduzir na reforma eleitoral de 2015 o instrumento da janela partidária. Assim, os candidatos poderiam trocar de legenda com segurança jurídica caso o fizessem dentro de um tempo determinado.

Tabela 16 – Regressão OLS - Votação municipal do partido na eleição para vereador* (Brasil)

variáveis	2004	2008	2012	2016	2020
votação partidária - vereador_{t0}	Coefficientes β				
Migrantes (n)	0,62*** (0,04)	0,46*** (0,05)	0,02 (0,05)	0,30*** (0,05)	1,20*** (0,03)
Candidatos (n)	0,87*** (0,02)	0,98*** (0,02)	0,75*** (0,01)	0,72*** (0,01)	0,62*** (0,01)
partido debutante	-3,07*** (0,08)	-3,31*** (0,08)	-2,67*** (0,06)	-2,50*** (0,07)	-5,00*** (0,16)
coligação governador	1,39*** (0,08)	0,75*** (0,07)	0,60*** (0,05)	0,52*** (0,05)	1,32*** (0,12)
população (log)	-3,63*** (0,03)	-3,46*** (0,03)	-3,19*** (0,03)	-3,16*** (0,03)	-6,27*** (0,05)
migrantes (n) x debutante	0,96*** (0,06)	1,58*** (0,08)	1,39*** (0,09)	1,54*** (0,10)	1,19*** (0,07)
partido	sim	sim	sim	sim	sim
UF	sim	sim	sim	sim	sim
N	56948	58507	69752	74142	38854
R ²	0,488	0,497	0,464	0,459	0,51

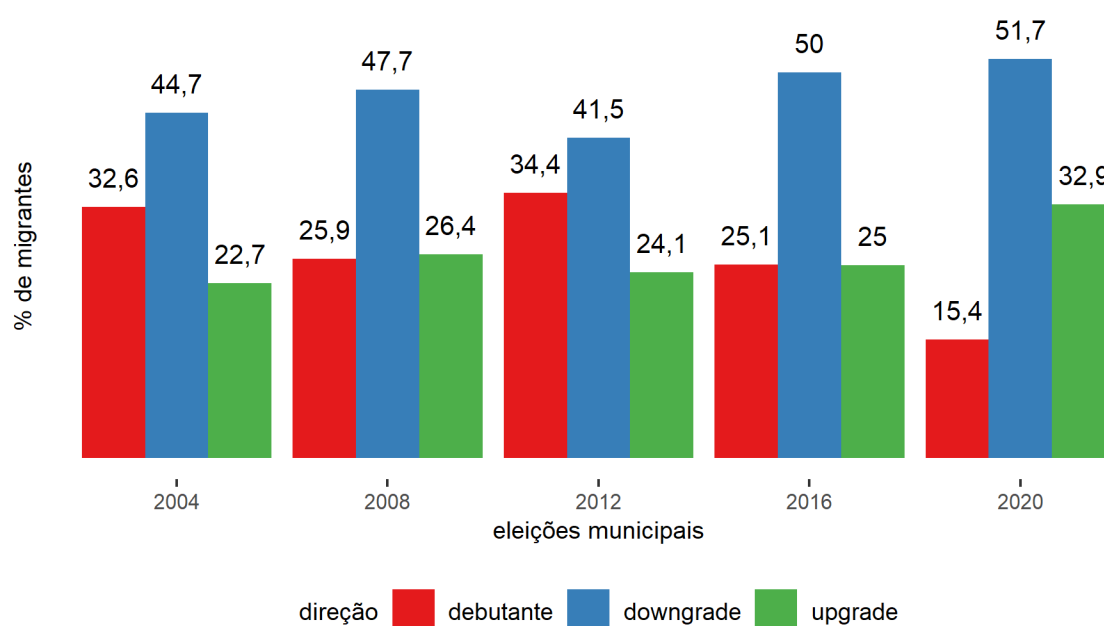
¹ Erros-padrão clusterizados por uf | Significância: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

tos migrantes sobre a votação é maior quando o partido é debutante⁴⁴. Acreditamos que isso se deve ao efeito causado pela ausência de candidatos veteranos, o que faz com que os candidatos migrantes acabem sendo as únicas lideranças políticas com capital eleitoral acumulado do partido nos territórios.

Procuramos entender melhor a relação entre migração e os partidos debutantes verificando a direção da migração entre os candidatos. Assim, mensuramos a proporção de migrantes que se direcionavam para três tipos diferentes de partidos (figura 26): debutantes, legendas com menor número de votos anterior no município (*downgrade*) em relação ao partido de saída e, ao contrário, candidatos que migraram para partidos com mais votos que o partido de saída (*upgrade*). Percebemos que existem diferenças quanto ao padrão da direção da migração a partir de 2020, com o fim da regra de coligação, e diferenças entre os perfis partidários.

Figura 26 – Direção da migração de vereadores por ano (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Dada a baixa oferta de partidos debutantes nos municípios em 2020, fruto da nova estratégia dos partidos para assegurar suas bases nesse novo contexto, a proporção de candidatos que migraram para esses partidos foi a mais baixa entre todos os anos. Já a proporção de migrantes que se dirigiram para partidos veteranos mais fortes (*upgrade*) che-

⁴⁴Isso não quer dizer que os partidos debutantes que concorrem com candidatos migrantes acabem tendo mais votos do que os veteranos. Partidos estabelecidos anteriormente no território tenderão a ter melhores percentuais de votos do que partidos debutantes no geral. No entanto, entre os partidos debutantes, a diferença entre concorrer com ao menos um candidato migrante e nenhum é suficiente para fazer com que o primeiro tenha vantagens eleitorais em relação ao segundo.

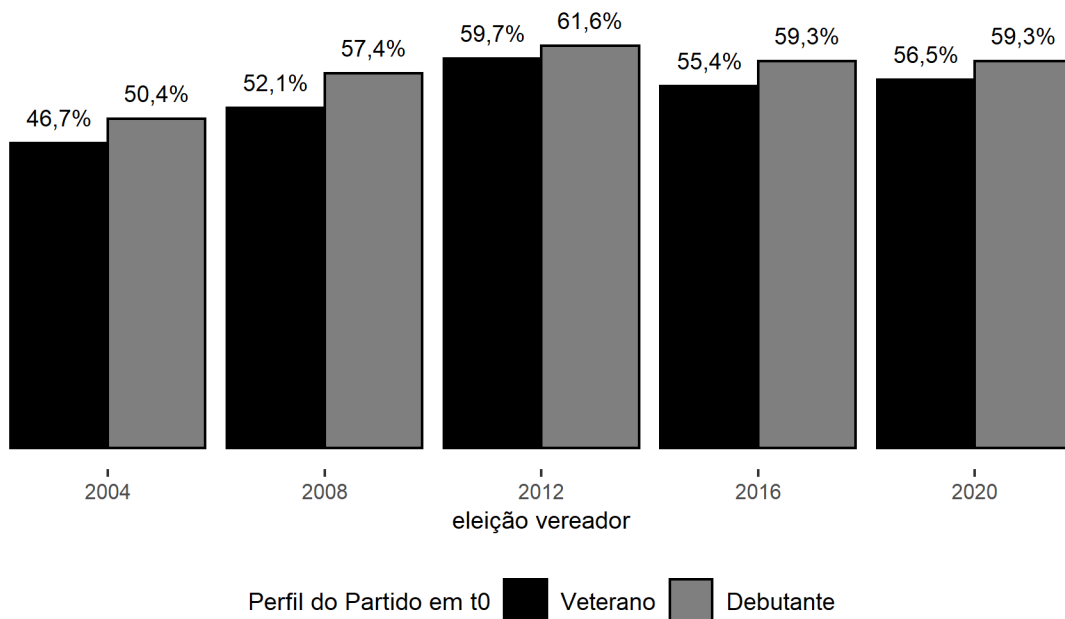
gou a 32,9%, superando a média dos anos anteriores. As migrações em *downgrade* (51,7% em 2020), por sua vez, ficaram próximas da proporção registrada em 2016. Extraímos duas conclusões desses achados: a primeira, indica que a maior parte dos migrantes acaba indo para partidos com menor capital eleitoral anterior; ou seja, existe um fenômeno de enfraquecimento dos partidos mais fortes em relação aos mais fracos. Em segundo lugar, chama a atenção que a proporção de candidatos que migram para partidos debutantes seja expressiva. Praticamente um terço dos migrantes na eleição para vereador é composta por candidatos desse tipo. Esta é uma evidência que fortalece a nossa hipótese sobre o papel da migração na expansão territorial dos partidos. Há uma atração maior de candidaturas para partidos debutantes e de menor capital eleitoral que acabam por auxiliar no processo de consolidação desses partidos no sistema partidário local.

Esse fenômeno ajuda a compreender as razões pelas quais os partidos veteranos não conseguem se sustentar ao longo do tempo. Os partidos com melhor capital eleitoral acumulado não apenas não sustentam parte de suas candidaturas, como não conseguem atrair melhores quadros na mesma proporção dos demais. No entanto, em 2020 essa dinâmica se reverte: a expectativa de redução partidária no futuro, a baixa oferta de partidos debutantes, o fim das coligações para o legislativo e a estratégia de segurança dos partidos, aumentaram os incentivos para que os candidatos optassem por uma migração de baixo para cima. O fenômeno também pode ter sido causado por um reforço da estratégia dos partidos maiores de convidar lideranças com experiência eleitoral prévia para a composição das listas como forma de maximizar o seu capital eleitoral com menos custo. Podemos supor, portanto, que não apenas a fragmentação é afetada pela migração como o contrário também é verdadeiro. Em um contexto menos propenso à fragmentação, com restrições à criação e expansão de novos partidos, a dinâmica da migração também é afetada. A capacidade de retenção de candidaturas pelos partidos mais fortes aumenta, trazendo maior estabilidade para o sistema partidário. Essa distinção, dentro de um sistema onde a regra de distribuição de cadeiras tem por base a soma dos votos dos partidos da coligação, acaba por trazer vantagens aos partidos debutantes e também aos migrantes que optam por concorrer por essas agremiações.

Seguimos adiante olhando agora a questão da migração pela ótica da decisão dos candidatos. Na figura 27 identificamos que a proporção de migrantes reeleitos (eleitos em t_4 - e reeleitos em t_0) que foram para partidos debutantes no município é maior do que entre partidos veteranos.

Construímos um modelo de regressão para testar essa hipótese. Aqui queremos entender se a migração para um partido debutante tem um impacto no voto do candidato maior do que se o mesmo se dirigisse para um partido veterano. Isolamos o efeito da variável dependente perfil partidário em t_0 (debutante e controle veterano) controlando pela (1) votação e (2) situação do candidato em t_{4-} ; (3) participação do partido na coligação estadual; (4) log da população, assim como (5) partido e (6) unidade da

Figura 27 – Proporção de candidatos migrantes reeleitos em t_0 por partido de destino (Brasil, vereador)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

federação. Os resultados na tabela 17 nos mostram que os candidatos que migram para partidos debutantes tendem a ter uma votação significativamente menor do que entre os que se recandidataram por partidos veteranos. Em 2008, 2012 e 2016 os coeficientes não apresentaram significância.

Em termos estritamente eleitorais, o modelo não nos permite afirmar que os partidos debutantes oferecem uma vantagem competitiva maior que os veteranos. Como conciliar, portanto, esses dados com o que encontramos no gráfico da figura 27 onde a proporção de reeleitos entre os partidos debutantes é maior do que entre os veteranos? E, uma vez que os partidos debutantes não consolidam uma vantagem competitiva, como explicar o fato de que há uma proporção grande de candidatos migrantes que migram para esses partidos mais do que para partidos veteranos com capital eleitoral robusto como encontramos na figura 26?

Nossa pesquisa sugere que dois aspectos explicam essa contradição: em primeiro lugar, identificamos que os partidos debutantes tendem a receber candidatos migrantes com um melhor capital eleitoral acumulado do que os partidos veteranos; ou seja, os partidos debutantes estão compondo suas listas com os melhores candidatos de sua

Tabela 17 – Regressão OLS - Votação do Candidato Migrante em t_0 (Brasil)

	2004	2008	2012	2016	2020
Votação_{t0}	β				
partido: debutante _{t0}	-0,05*** (0,01)	-0,01 (0,02)	-0,02 (0,02)	0,01 (0,02)	-0,05*** (0,01)
situação _{t4} : eleito	0,03* (0,02)	-0,15*** (0,02)	-0,38*** (0,02)	-0,25*** (0,02)	-0,17*** (0,01)
votação _{t4}	0,70*** (0,00)	0,78*** (0,00)	0,81*** (0,01)	0,80*** (0,00)	0,79*** (0,00)
coligação governador _{t2} : outros					
coadjuvante eleito	0,02 (0,02)	0,01 (0,02)	0,05** (0,02)	-0,00 (0,01)	0,01 (0,01)
governador	0,08*** (0,02)	0,06** (0,02)	0,05 (0,03)	0,04 (0,02)	0,09*** (0,02)
população _{log}	-0,15*** (0,00)	-0,11*** (0,00)	-0,13*** (0,01)	-0,12*** (0,00)	-0,13*** (0,00)
partido	sim	sim	sim	sim	sim
UF	sim	sim	sim	sim	sim
constante	1,95*** (0,13)	1,40*** (0,12)	1,36*** (0,12)	1,55*** (0,09)	1,52*** (0,08)
N	58150	54218	37451	51085	89118
R ²	0,606	0,615	0,657	0,671	0,697

Significância: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001.

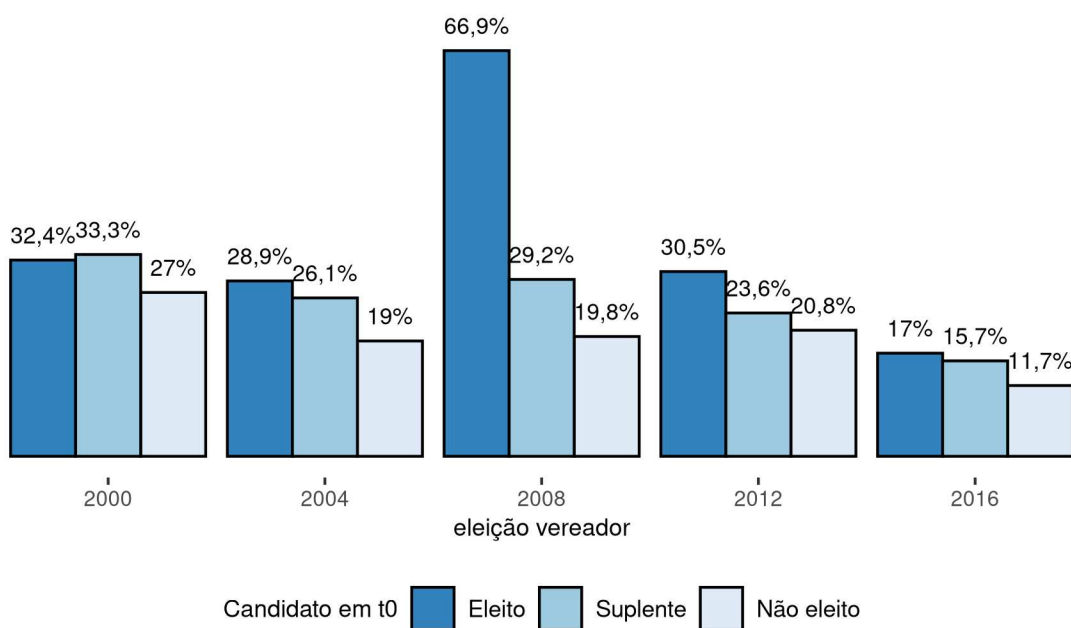
Categoria 'outros' inclui partidos coadjuvantes e cabeça de chapa não eleitos, isolados e ausentes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

cidade. O segundo aspecto tem relação com a influência das eleições estaduais na arena local. Os partidos com maior capacidade para expandir seus territórios, conquistando novas cadeiras de vereador, que puxam a fragmentação nos municípios, são os partidos vitoriosos da coligação para o governo estadual.

Ao aprofundarmos a investigação verificamos a proporção de eleitos, suplentes e não eleitos que decidiram migrar para partidos debutantes na eleição seguinte (t_4+). Os resultados da figura 28 nos mostram que a proporção de candidatos eleitos que migram para debutantes tende a ser maior que entre suplentes e não eleitos, com exceção da eleição de 2000. A distância aumenta entre os candidatos que concorreram na eleição de 2008 devido à entrada do PSD nos sistemas partidários locais de todo o país na eleição seguinte. No entanto, quando filtramos os resultados retirando os partidos que estreiam nas eleições locais⁴⁵ a tendência de preferência dos eleitos se mantém, caindo com força apenas em 2008⁴⁶.

Figura 28 – Proporção de candidatos que migram para partidos debutantes em t_4+ segundo situação eleitoral do candidato em t_0 (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

⁴⁵São eles REPUBLICANOS e PSOL em 2008; PSD em 2012; NOVO, PMB, REDE, PROS, SOLIDARIEDADE em 2016 e UP em 2020.

⁴⁶Sem o PSD a proporção de candidatos eleitos em 2008 que migraram cai para 27,6%; Suplentes fica em torno de 21,9% e entre não eleitos a proporção é de 15%.

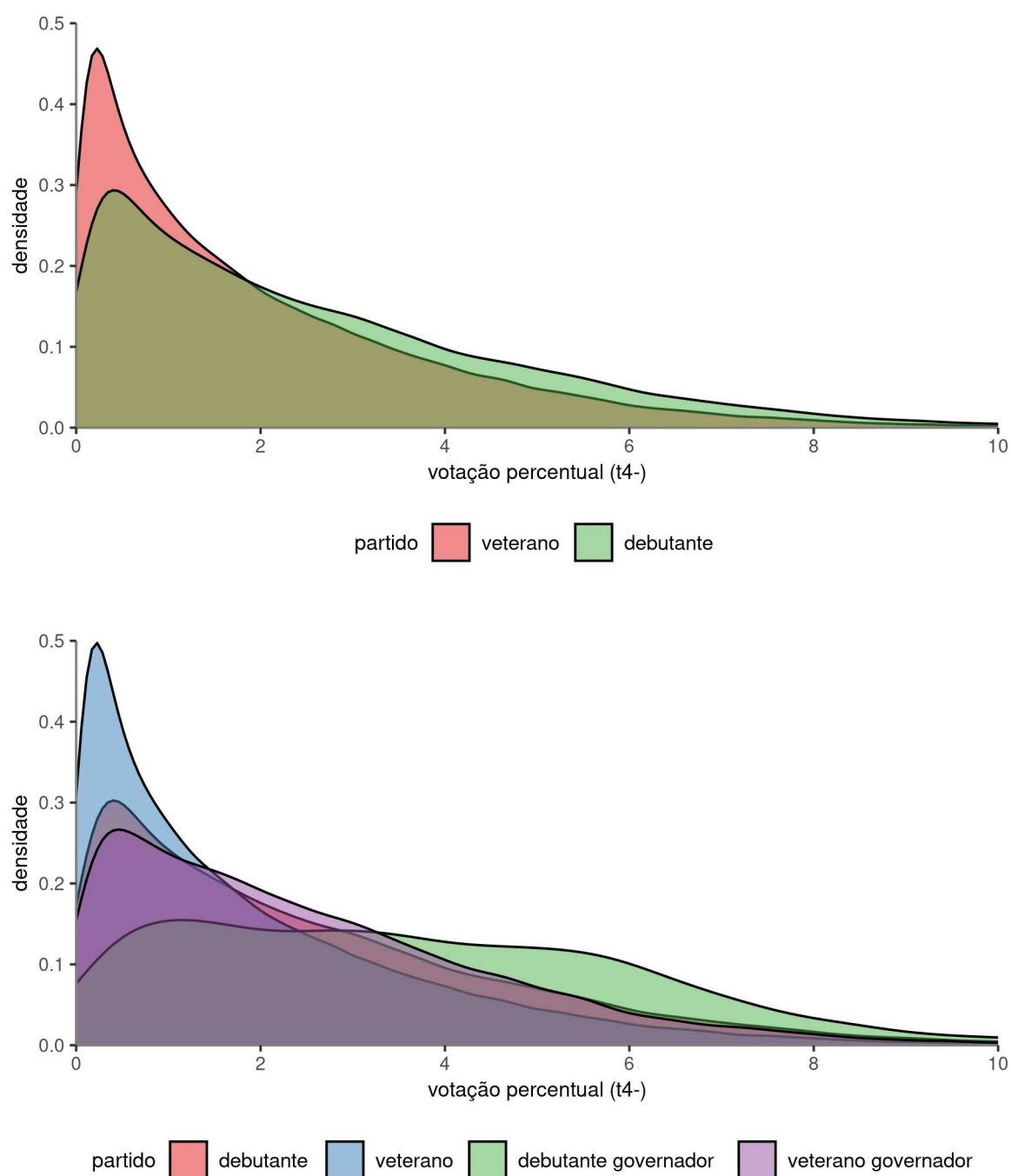
Plotamos também a distribuição dos votos dos candidatos migrantes conquistadas na eleição passada (t_{4-}) e verificamos as diferenças nos padrões entre os candidatos que foram para partidos veteranos e debutantes em t_0 para todos os anos analisados (figura 29). Na mesma imagem, também verificamos a distribuição entre os partidos debutantes e veteranos do partido do governador eleito em t_{2-} .

Identificamos no primeiro gráfico que há uma proporção maior de candidatos migrantes com votação próxima de zero entre aqueles que se dirigiram para partidos veteranos do que entre debutantes. Ao longo da distribuição essa posição se inverte. O padrão é o mesmo para todos os anos analisados no período: a média de votação dos candidatos que se dirigem para partidos debutantes é sempre maior do que entre os que escolhem concorrer a eleição com partidos veteranos. Compreendemos que essa diferenciação se deve ao fato de que os partidos debutantes atraem os candidatos migrantes com melhor potencial, ao mesmo tempo que candidatos suplentes e não eleitos em t_{4-} que decidem migrar em t_0 estão indo mais para partidos veteranos e consolidados. Supomos que esses candidatos tomem essa decisão pois procuram uma melhor estruturação partidária que faça com que suas candidaturas, ainda incipientes, ganhem corpo.

O segundo gráfico incorpora a dimensão da força do partido no estado e nos mostra que a distribuição se torna mais complexa. Os candidatos que migram para partidos do governador eleito e que ao mesmo tempo são debutantes nos municípios tendem a ter uma média de votos em t_{4-} de 3,7%; número este acima de todos os outros grupos. Os candidatos que migram para partidos veteranos também do governador eleito apresentam a mesma média de votos (2,5%) dos candidatos migrantes que foram para partidos debutantes em geral (que não pertencem ao governador eleito). Já os candidatos que foram para partidos veteranos não eleitos tendem a ter a menor média de votação entre os grupos segmentados, apenas 1,9%. Há, portanto, uma interação entre as variáveis perfil partidário no município e papel na coligação estadual. Os candidatos com base eleitoral consolidada terão mais incentivos para migrar se o partido debutante fizer parte da esfera de influência do governo estadual.

Compreendemos que a experiência e o capital eleitoral acumulado dos candidatos traz vantagens para os partidos, e que o inverso também é teoricamente verdadeiro. Empiricamente, mostramos que, ao controlarmos os aspectos que influenciam a votação dos candidatos, os migrantes que concorrem por partidos debutantes tendem a ter uma votação um pouco menor do que os que migram para os partidos veteranos. Supomos que o capital eleitoral acumulado dos partidos no território traz vantagens aos candidatos ingressantes da lista e é esperado que os partidos maiores serão aqueles que possuem uma maior capacidade de investimento e alocação de recursos que irão auxiliar os candidatos com potencial competitivo a atingirem os seus objetivos. No entanto, algumas características do sistema político dão outros contornos para essa dimensão e os dados empíricos reforçam a ideia de que, ainda que exista alguma desvantagem, a migração para partidos debutantes é válida e as estratégias acabam sendo recompensadas.

Figura 29 – Densidade da distribuição da votação dos candidatos migrantes em t4- por perfil partidário (Brasil, vereador, 2004-2020)



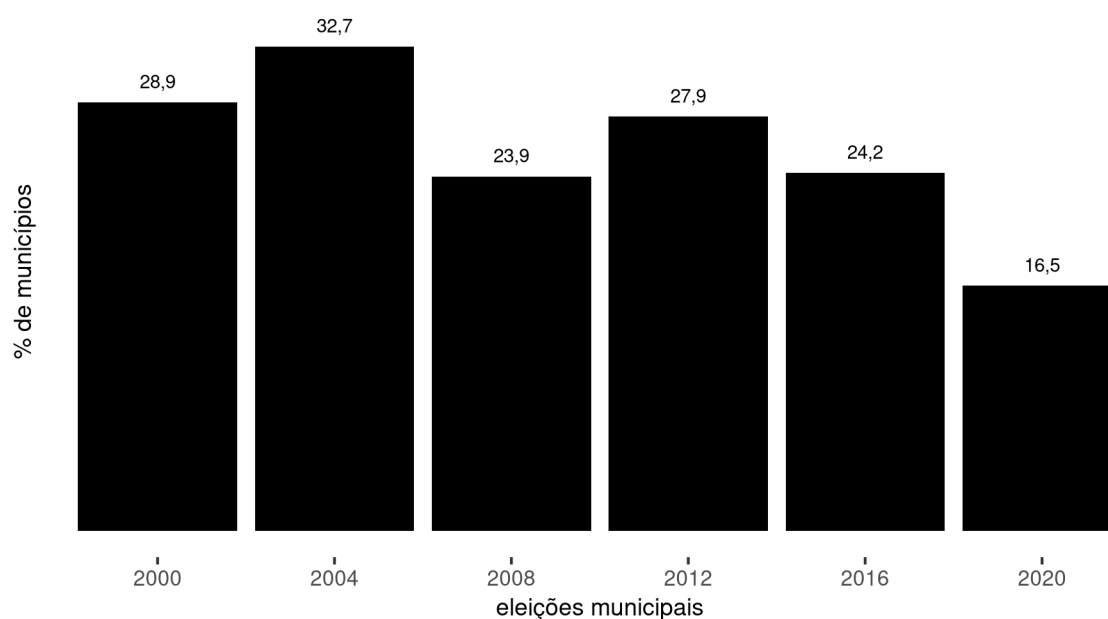
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Em primeiro lugar, como os recursos são escassos, os partidos consolidados do sistema eleitoral acabam concentrando seus ativos nas elites já constituídas do mesmo partido em um determinado território. Ao mesmo tempo, a existência de grandes transferências de recursos para candidatos locais talvez seja muito baixa, ou mesmo inexistente

em localidades remotas. Ou seja, nos poucos casos que existem, a distribuição de recursos aos candidatos veteranos terão precedência sobre os candidatos novatos. Em partidos debutantes, por sua vez, ainda que os recursos possam supostamente serem menores, a vantagem advém do fato de que ali um candidato com capital eleitoral consolidado, mesmo que por outro partido, poderá encabeçar as primeiras posições da lista daquela agremiação. Devido às regras eleitorais de coligação, aumentam as chances do candidato conseguir uma cadeira através do cálculo das sobras. Ao mesmo tempo, a divisão dos recursos de campanha serão controladas com maior autonomia por esses novos líderes, sem divisão ou concorrência com outras elites.

Pode-se argumentar que este raciocínio é falho, afinal de que adiantaria figurar nas primeiras posições de um partido com pouca estruturação local? No entanto, é preciso compreender que debutar em um município não significa necessariamente que aquele partido será coadjuvante na eleição municipal. Em muitos casos os partidos debutantes serão os protagonistas. Na figura 30 mostramos que em 2004 em torno de 32,4% dos municípios os partidos que tiveram o maior número absoluto de votos entre todos os partidos era um partido debutante. Em média, durante todo o período estudado, 1 em cada 4 municípios do país tinha um partido debutante como o detentor do maior percentual de votos dos eleitores.

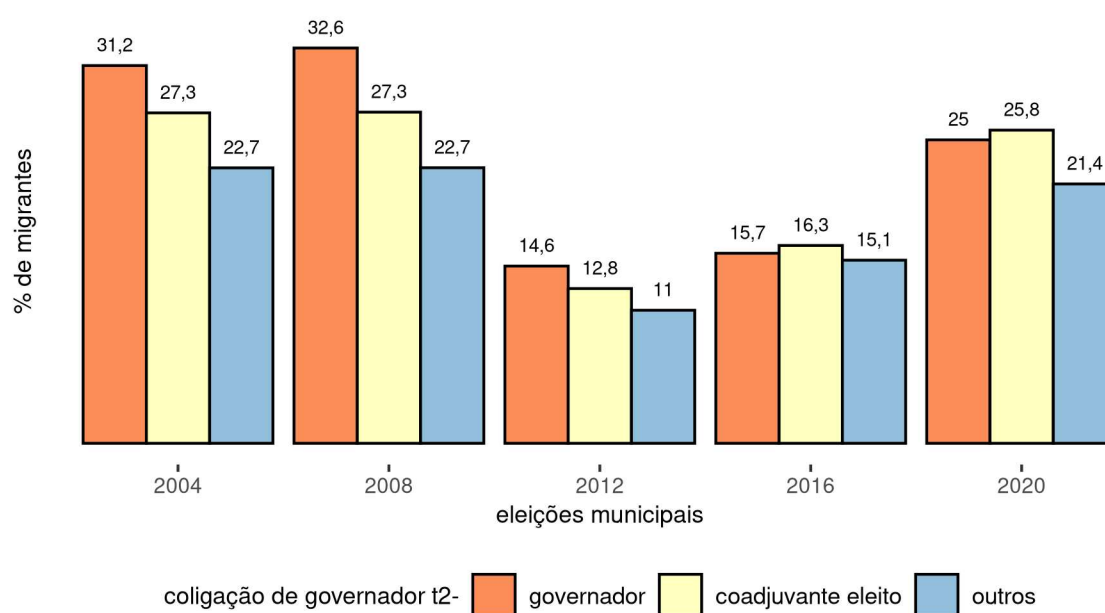
Figura 30 – Proporção de municípios onde um debutante é o partido majoritário* (Brasil, vereador)



* partido que detém o maior número de votos do município. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Isso significa que uma parte significativa dos partidos que lançam candidatos em um município pela primeira vez, ou que deixaram de lançar na eleição anterior, o fazem de maneira competitiva. E para isso a configuração das forças partidárias legada pelas eleições estaduais é preponderante. Os partidos da coligação vencedora e especialmente os do partido do governador eleito terão maior capacidade de expandir seus territórios de forma a alcançarem o maior número de votos entre os competidores. Com isso, a configuração da força dos partidos no estado amplifica e dá direção ao fenômeno da migração. Os partidos debutantes do governador eleito terão uma maior capacidade de atrair candidaturas competitivas, enfraquecendo os partidos veteranos sem acesso direto à máquina estadual. Na figura 31 verificamos a proporção dos candidatos migrantes em partidos debutantes para cada tipo de partido segundo a participação dos mesmos na eleição estadual dois anos antes: ou seja, entre os partidos do governador, dos coadjuvantes da coligação eleita e dos demais partidos concorrentes.

Figura 31 – Porcentual de migrantes de partidos debutantes em t_0 segundo participação do partido na coligação para governador em t_{2-} . (Brasil, vereador)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Como esperado, há uma prevalência maior de migrantes entre os partidos debutantes que tiveram melhor desempenho na coligação estadual em t_{2-} . As agremiações participantes da coligação vitoriosa (governador e coadjuvantes eleitos) quando decidem entrar em municípios onde não concorriam na eleição passada (t_{4-}) tendem a ter uma proporção maior de migrantes que os demais partidos na mesma condição. Entendemos que esse efeito se deve a uma subordinação dos partidos locais às demandas do contexto

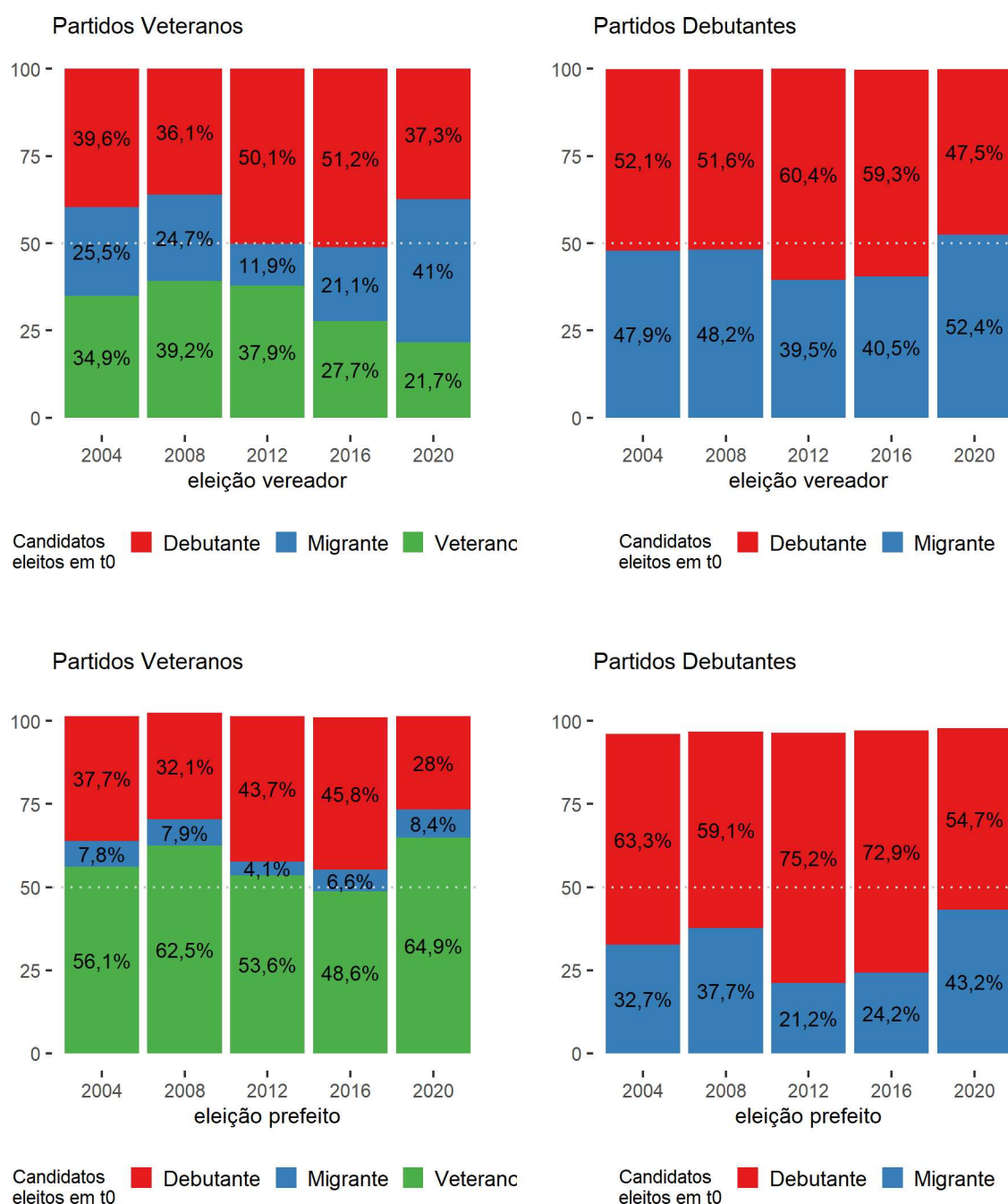
estadual. Partidos vitoriosos passam a controlar a máquina estadual e isso amplia as condições de expansão do partido pelo território. As diferentes máquinas municipais, especialmente as dos menores municípios, não podem prescindir dos recursos estaduais; e, conseqüentemente, a sobrevivência política e as chances de reeleição das lideranças locais passam a depender dessa relação. Partidos cabeças de chapa que perderam as eleições estaduais se constituem como os principais partidos de oposição, ou podem se configurar como partidos que estão em decadência no jogo político estadual. Ou seja, partidos que vão deixando de ser grandes *players* eleitorais para ceder espaço a novos atores⁴⁷. Do ponto de vista dos candidatos, não parece ser vantajoso, portanto, migrar para partidos dessa natureza. Já os coadjuvantes perdedores terão sempre a oportunidade de se aliarem ao partido do governador eleito, diminuindo as restrições que o papel de opositorista da máquina do estado possa vir a configurar. A eleição estadual conforma o potencial dos agentes partidários e determina a direção das migrações nas eleições locais. O efeito estimula os partidos vitoriosos da eleição estadual a expandirem seu capital eleitoral pelos municípios ampliando a fragmentação partidária dos sistemas locais.

Um outro aspecto sobre o fenômeno da migração e fragmentação reside na capacidade dos partidos de renovarem seus quadros. Assim, buscamos analisar a proporção de migrantes entre os candidatos eleitos dos partidos veteranos e debutantes nos municípios nas eleições para vereador e prefeito. Nosso objetivo foi o de verificar não apenas o peso dos migrantes para a composição da lista de eleitos, mas também de mensurar o grau de renovação dos quadros políticos de cada perfil partidário. Os dados da figura 32 consolidam nossos achados e nos mostram que há diferenças entre os tipos de eleições e de partidos. Os partidos veteranos tendem a ter uma menor renovação que os partidos debutantes, o que é esperado uma vez que os partidos debutantes não possuem candidatos veteranos. No entanto, chama a atenção o fato de que entre 40% e 50% dos candidatos eleitos para vereador dos partidos que concorrem pela primeira vez em um município sejam migrantes. Na eleição para prefeito essa dinâmica é mais acentuada: os partidos veteranos possuem uma maioria de candidatos veteranos, os partidos debutantes, ao contrário, disputam majoritariamente com candidatos debutantes e possuem em torno de 20% a 30% de candidaturas migrantes.

De forma geral, podemos afirmar que tanto a renovação quanto a consolidação de candidaturas competitivas são parte da atuação efetiva dos partidos municipais. Em torno de 50% das cadeiras dos legislativos locais são preenchidas por candidatos debutantes, sem experiência eleitoral prévia; já a outra metade se constitui por candidatos veteranos de um mesmo partido ou por migrantes. Ainda assim, entendemos que o pa-

⁴⁷É o caso do Pará, por exemplo. O PSDB era o partido dominante da política no estado por mais de 20 anos, desde a segunda metade da década de 1990. Recentemente, no entanto, o partido entrou em declínio vindo a ser substituído pelo MDB após a vitória nas urnas em 2018. Os efeitos desse declínio e ascensão foram sentidos por todo estado durante as eleições municipais: em 2020, o PSDB perdeu em torno de 30% das cadeiras de vereador e cerca de 60% das prefeituras que havia conquistado em 2016; na mesma eleição o MDB conquistou pouco mais de 40% das cadeiras de prefeito no estado.

Figura 32 – Proporção de perfis de candidatos eleitos por eleição e perfis de partidos (Brasil, vereador e prefeito, média por uf)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

pel da migração para a expansão dos partidos é importante pois consolida uma parte do capital eleitoral dos partidos que talvez fosse mais difícil de adquirir apenas com candidatos sem experiência prévia, especialmente entre os partidos debutantes que possuem uma dificuldade maior de entrada e de sobrevivência no sistema partidário local. Uma

eleição hipotética na qual o fluxo de migração chegasse a zero, faria com que os partidos veteranos tivessem uma vantagem maior frente aos debutantes que teriam de competir sem candidatos experientes. Acreditamos que algo dessa natureza tornaria mais difícil o aumento da fragmentação partidária. Os partidos veteranos teriam um controle maior sobre seus quadros e os sistemas seriam virtualmente mais cristalizados.

Conclusão

A fragmentação dos diferentes sistemas partidários do país está interconectada e decorre de um processo de interação entre as regras do sistema eleitoral, ausência de cláusulas de barreiras, coordenação dos partidos na formação das alianças entre executivo e legislativo, interação entre arenas e coordenação entre agentes políticos e partidos que orientam o processo de migração partidária. A fragmentação é um subproduto do arranjo das instituições políticas do país que regulam a competição partidária. Como afirma Bartolini 1999, as características da vida política tem por princípio a conformação de forças centrífugas e dispersivas; mas no Brasil, as elites políticas responsáveis pela construção do arcabouço institucional da República pós-1985 não tiveram sucesso em conformar limites que estabilizassem o processo de fragmentação no longo prazo. Foi apenas a partir da reforma eleitoral de 2017 que esta questão se tornou objeto de uma intervenção com o objetivo de tornar mais coeso o sistema partidário nacional⁴⁸. Este é um processo geral e amplo, e os casos dos sistemas partidários que transitam na direção contrário, ou seja, que apresentaram um decréscimo nos índices de fragmentação, se constituem como exceções e estão condicionadas pelas dinâmicas próprias ao contexto político de cada subunidade.

A fragmentação do período corresponde a um movimento de distribuição das cadeiras que no passado pertenciam aos partidos majoritários durante os primeiros anos da República pós-1985 e que ajudaram a estruturar o sistema partidário nacional. Estes 30 anos ficaram marcados por um longo processo de erosão das forças partidárias forjadas no fim do regime militar e nos primeiros anos do regime democrático. Em contrapartida, em um movimento de gangorra, o desenvolvimento dos sistemas partidários foi pautado pela ampliação do número de partidos médios e pequenos com capacidade de angariar os votos necessários para a conquista das máquinas municipais e estaduais em todo o país. Os partidos maiores (MDB, DEM, PSDB e PDT), que outrora concentravam o jogo partidário, perderam gradativamente o seu espaço, especialmente no nível local.

Neste trabalho, nosso foco inicial de pesquisa se concentrou em responder sobre as causas da fragmentação dos sistemas municipais. No entanto, o sucesso de expansão partidária pelos territórios está diretamente relacionado com a conformação do sistema partidário nos estados. O sucesso das alianças com o partido do governador eleito acabam por incentivar os partidos vitoriosos a expandirem suas fronteiras, fazendo com que tenham chances de conquista em novos territórios. Isso acaba minando a força dos partidos veteranos e já consolidados nos municípios; seja através da própria entrada, uma vez que se constituem como adversários competitivos; como também pela tomada de quadros políticos com base eleitoral testada em eleições anteriores (migração). Dada a interconexão entre os sistemas partidários, direcionamos nosso olhar, em um primeiro

⁴⁸E ainda assim com certa resistência. Em agosto de 2021, a Câmara dos Deputados acabou aprovando a volta da regra de coligações para as eleições proporcionais. Mas a proposta acabou sendo barrada pelo Senado no mês seguinte.

momento, sobre o modo como a articulação entre os atores partidários na disputa para o executivo estadual acabam conformando o quadro de forças em um processo que amplifica a fragmentação dos legislativos estaduais. Assim, seguindo a trilha indicada por Limongi e Vassalai (2016), compreendemos que tanto a fragmentação nos estados, como nos municípios, seguem uma lógica interna parecida: em ambos os casos, as disputas para o executivo orientam a formação das coligações que impactam sobre a fragmentação no legislativo. As coligações que concentram o maior número de partidos passam a ter as melhores chances de conversão de cadeiras nas assembleias estaduais e o mecanismo de distribuição das sobras pela coligação amplia as chances de transferência de votos dos partidos grandes para os pequenos.

As duas arenas se conectam de forma interativa pois cada unidade (estadual ou local) conforma as condições de saída do jogo político da outra unidade na eleição posterior. A decisão de entrada em um distrito resulta de um cálculo estratégico entre as elites partidárias que ao medirem suas forças com a de seus adversários, dentro de uma expectativa futura de ganhos, levando em conta as regras eleitorais, compreendem que os custos de entrada serão superados pelos ganhos na saída. Portanto, as variações nas condições iniciais da força dos partidos conformam a decisão da participação em uma eleição local. O partido que toma essa decisão pela primeira vez (que debuta) é aquele que no intervalo de tempo entre as eleições aumentou seu capital político e eleitoral o suficiente para ser alocado e testado em um novo território. Por exemplo, vimos que a conquista de votos em um município na eleição para deputado estadual aumenta a probabilidade de que o mesmo partido apresente candidatos para a eleição a vereador.

Esta interação tem efeitos sobre a fragmentação: mostramos como o aumento do número de partidos do sistema partidário estadual leva consequentemente a um aumento da fragmentação do sistema partidário local, e o mesmo ocorre quando analisamos a relação inversa. A sucessão de eleições em diferentes arenas a cada dois anos é essencial nesse processo: ao condicionar a variação do capital político dos partidos, o desempenho eleitoral em uma arena impacta diretamente sobre a decisão de disputar os votos dos eleitores de um determinado município na eleição seguinte. Como consequência, a fragmentação do sistema partidário em uma arena política é transferida para a arena conexa por propagação. No entanto, essa interação é assimétrica: as eleições estaduais são a principal porta de entrada dos partidos na disputa pelos votos dos eleitores nos municípios e subordinam a arena local com mais intensidade. Além disso, a entrada pela arena estadual estrutura melhor os partidos nos municípios do que quando este entra pela arena local primeiro. Foi nos estados que a maior parte dos partidos no período conseguiu obter uma votação competitiva pela primeira vez.

Vimos que o desempenho municipal dos partidos nas eleições estaduais determina se o partido se apresentará para as eleições locais dois anos depois. Mas esse desempenho resulta de uma estratégia bem sucedida de formação de alianças nas eleições para governador em associação com as regras de distribuição de cadeiras e o papel do

poder executivo estadual para as políticas públicas nos municípios. Os partidos que saem na frente nessa disputa, seja estando na coalizão vencedora ou conquistando o governo, terão uma capacidade maior de ampliar a sua cobertura eleitoral nas eleições municipais, debutando em novos municípios e lançando candidaturas competitivas para vereador e/ou prefeito. A fragmentação do nível estadual, amplificada pela coordenação dos agentes, se propaga para o nível local: mais partidos passam a competir em municípios onde antes não lançavam candidatos através da coordenação entre agentes partidários e a mediação da regra de distribuição de cadeiras. Esse fenômeno favorece o fortalecimento eleitoral dos partidos aliados ao governador eleito que passam a obter capital político suficiente para se lançarem nas disputas das eleições municipais na eleição seguinte.

O caminho que vai do estadual ao local não pára por aí. Ela retorna, e vimos que as eleições estaduais sofrem influência da configuração de forças alçadas durante as eleições municipais. Na primeira direção, os partidos vitoriosos da coligação ao governo protagonizam a expansão territorial das eleições municipais. Nessa segunda, a configuração de forças municipais será determinante durante as negociações para a composição das novas alianças no estado. Os partidos que conseguem acumular um capital eleitoral e de cadeiras nos municípios poderão negociar a entrada em uma coligação com maior capacidade de ampliar as forças desses partidos nas eleições legislativas estaduais.

A administração do PT na presidência entre 2002 e 2016 nos traz um exemplo concreto de como essa dinâmica funcionou no passado. Sua chegada ao poder aconteceu em um momento de declínio das forças de oposição na esfera federal/estadual. Esse sucesso nas eleições nacionais foi sucedido por uma mudança na configuração dos executivos municipais: os aliados da coalizão presidencial passaram a conquistar mais cadeiras de prefeito e vereador por todo o país. Essa consolidação ajudou o PT eleger novamente o presidente em 2006, e em 2008 o PT conseguiu controlar 10% das prefeituras do país. Da mesma forma, a derrocada do partido em 2016 também foi acompanhada por um rearranjo das forças locais em todo o país com consequências para o sistema nacional/estadual anos depois.

Além da interação entre as arenas, chamamos a atenção para o papel das regras do sistema eleitoral. Nesta pesquisa tivemos a oportunidade de analisar comparativamente essa dinâmica uma vez que a eleição de 2020 transcorreu sem a mediação da regra de distribuição de cadeiras por coligação. Esse contexto nos permitiu verificar a mudança nos padrões partidários entre as eleições prévias e a mais recente, funcionando como uma espécie de "experimento natural"⁴⁹. Assim, notamos como as regras de coligação

⁴⁹É claro que não se trata de um experimento natural de fato. As mudanças nas regras afetam de forma brusca as variáveis e não se pode afirmar que existem controles fixos entre as eleições anteriores e 2020. A questão da cláusula de desempenho, por exemplo, incide sobre as variáveis de maneira determinante e acelera certos processos à medida que os partidos lutam pela sobrevivência. No entanto, as mudanças nos padrões de alianças e de expansão partidária são expressivas e inferimos que parte considerável das mudanças podem ser explicadas pela ausência da regra de coligação.

incentivaram os partidos mais fracos no território a se lançar no pleito municipal coligados aos maiores partidos. Em 2020, por exemplo, os partidos tiveram de mudar de estratégia: entre os partidos mais fracos cresceram os incentivos para lançar candidaturas isoladas para prefeito e apenas os partidos mais fortes se dispuseram a formar coligações.

O princípio de que a maior coligação tem vantagens na corrida ao executivo, também é verdadeiro na arena local. A probabilidade de um partido conquistar a prefeitura é maior se este for o cabeça de chapa da maior coligação. Garantir o um número grande de aliados é essencial para assegurar o número de votos necessário para a conquista da cadeira. E assim fazem os partidos competitivos: estes se concentram em ampliar o maior número possível de candidaturas e de coligados para maximizar as chances de conquistar a prefeitura. Por outro lado, os partidos incapazes de angariar os recursos necessários para uma candidatura desistem de lançar candidatos ao executivo e apostam no lançamento de candidaturas competitivas para a câmara. Estes partidos são incentivados a compor as coligações com maior número de membros. Afinal, participar de uma coligação numerosa em que o cabeça de chapa na eleição para prefeito seja o vencedor, amplia as chances de conquista de cadeiras de vereador para os partidos da coligação. A coligação majoritária puxa os votos que serão aproveitados pelos partidos mais fracos na luta por vagas legislativas.

O comportamento estratégico da participação dos partidos fortes e fracos nas coligações também difere. A estratégia dos partidos mais fortes passa pela constituição de uma lista de candidatos o mais abrangente possível, como consequência das estratégias de maximização da vitória do partido na eleição para prefeito. Os partidos mais fracos são incentivados a se aproveitar da brecha proporcionada pela regra de coligação. Esta, pressupõe uma reordenação da lista de candidatos, fazendo com que os candidatos competitivos dos partidos aliados ocupem as primeiras posições. Com isso, os partidos fracos podem prescindir da estratégia de acumulação de forças aliadas ou internas, uma vez que a regra da distribuição de cadeiras garante parcialmente essa vantagem. Neste contexto, basta ao partido fraco ter pelo menos um candidato competitivo capaz de suplantar os candidatos não competitivos dos partidos maiores para se conseguir uma cadeira. As duas estratégias se complementam: os partidos fortes são beneficiados pelo aumento de participantes na coligação e ampliação das chances de conquista de cadeiras de prefeito; e os partidos fracos se beneficiam da regra de coligação e da participação na coligação para acessar as cadeiras legislativas com menos custos.

Encontramos, portanto, dois movimentos que impactam diretamente sobre a fragmentação dos executivos legislativos locais. O primeiro é exógeno aos sistemas locais e pressupõe que cada sistema partidário amplia o número de participantes através da influência exercida pela coordenação das arenas, por um efeito de propagação da fragmentação de um nível ao outro. O mecanismo endógeno, por sua vez, é garantido por uma coordenação estratégica entre partidos fortes e fracos de um mesmo sistema partidário e tem como consequência um duplo efeito: a concentração da competição na eleição para

prefeito e a ampliação do número de partidos nas câmaras de vereador, tal qual descrito por Limongi e Vassalai (2016) em suas observações sobre a arena estadual. Mas há uma diferença aqui: no longo prazo, as disputas para o cargo de governador levaram a uma especialização na qual poucos partidos passaram a ter a primazia de concorrer de forma competitiva aos palácios estaduais. As disputas para o executivo estadual se cristalizaram, portanto. Na arena local esse efeito não se comprovou. Ainda que em cada eleição, a média do número efetivo de partidos não passa de 2, encontramos evidências mostrando que a alternância de competidores entre as eleições para prefeito aumentou. Entendemos que parte desse fenômeno se explica pelo efeito dos choques exógenos de interação entre as arenas que pressionam para um aumento das taxas de revezamento entre os partidos entre um pleito e outro, bem como pela influência do sistema partidário estadual na constituição dos sistemas locais. A entrada dos partidos debutantes influencia decisivamente na formação das coligações, e de forma especial nos menores municípios. A entrada de novos atores em um sistema dependente de acordos pessoais e da força das máquinas estaduais impossibilitam a estruturação de arranjos duradouros no governo local.

A coordenação entre agentes e partidos também ajuda a amplificar a fragmentação nos municípios. As negociações para a migração partidária tem como objetivo maximizar o capital eleitoral dos agentes e as chances de vitória dos partidos. Candidatos com um *background* eleitoral consolidado tem vantagens sobre candidaturas debutantes, isso faz com que os partidos sejam incentivados a compor suas listas com candidatos migrantes, especialmente em um contexto no qual a distribuição de cadeiras segue o princípio da coligação. Partidos fracos ou debutantes que lançam candidatos migrantes têm maiores chances de figurar nas primeiras posições da lista da coligação e, conseqüentemente, de conquistar cadeiras. No entanto, partidos veteranos não têm margem de manobra. Como os recursos são escassos, os partidos consolidados do sistema eleitoral acabam concentrando seus ativos nas elites já constituídas do mesmo partido no território. Estes candidatos controlarão e encabeçarão as primeiras posições da lista. Este movimento cristaliza, portanto, uma especialização entre os partidos do sistema.

De antemão, pressupomos que o perfil predominante dos migrantes que se candidataram por partidos debutantes era de lideranças com um estoque eleitoral mediano; ou seja, que eram competitivos mas não o suficiente para conquistar uma cadeira, ou que até conquistaram mas figuravam em posições intermediárias da lista do partido. Nossa premissa se baseava na suposição de que este tipo de candidato teria incentivos para migrar para partidos debutantes: seu capital eleitoral faria com que o partido ganhasse posições na lista da coligação e o candidato se tornaria a principal liderança do partido, diminuindo os custos de divisão dos recursos de poder.

Mas os dados nos mostraram uma outra realidade: há uma proporção considerável de candidatos eleitos e bem votados dos partidos veteranos migrando para partidos debutantes, indicando que os partidos debutantes estão compondo suas listas com os melhores candidatos do município. Este fenômeno ocorre por efeito da influência da arena estadual na arena local uma vez que os partidos com maior capacidade para expandir seus territórios e que puxam a fragmentação nos municípios, são os partidos vitoriosos da coligação para o governo estadual. Existe uma interação, portanto, entre as variáveis perfil partidário no município e o papel na coligação estadual. Os candidatos com base eleitoral consolidada terão mais incentivos para migrar se o partido debutante estiver dentro da esfera de influência do governo estadual.

Essa relação entre estado e município faz com que parte considerável dos partidos que debutam sejam competitivos mesmo em sua primeira eleição. Os partidos da coligação vencedora e do governador eleito tem uma capacidade maior de expandir seus territórios. Os partidos debutantes do governador eleito tem uma maior capacidade de atrair candidaturas competitivas, o que acaba enfraquecendo os partidos veteranos sem acesso à máquina estadual. As diferentes máquinas municipais, especialmente nos menores municípios, não podem prescindir dos recursos vindos do estado e isso afeta as chances de sobrevivência política e de reeleição das lideranças locais.

A direção da migração aponta para um movimento de cima para baixo; ou seja, partidos fortes nos municípios estão perdendo candidatos para os partidos fracos e debutantes. Ao mesmo tempo, parte expressiva da migração tem como destino os partidos debutantes, o que acaba fazendo com que a migração tenha um papel importante na expansão territorial dos partidos. Os migrantes consolidam e dão corpo às listas partidárias dos partidos debutantes. O perfil dos poucos migrantes que caminham no sentido contrário é composto por candidatos menos competitivos cuja estratégia é ampliar o seu curral eleitoral através da associação com partidos fortes. Estes esperam que os partidos grandes terão uma maior capacidade de alocação de recursos tangíveis e não tangíveis que irão auxiliar a atingir seus objetivos. Isso ajuda a explicar as razões pelas quais os partidos mais estruturados nos municípios, especialmente entre os que se consolidaram com a República pós-1985, foram enfraquecendo ao longo do tempo. Estes perderam força e candidaturas à medida em que novos partidos entraram no território.

A migração de partidos se constitui em uma ferramenta promotora da expansão partidária nos territórios afetando a fragmentação dos sistemas locais. As legendas servem de guarda-chuva para lideranças que agregam votos aos novos partidos sem precisar formar quadros internos. Os partidos atuam como *head-hunters*, atraindo os melhores candidatos dos outros partidos para os seus, aumentando a expansão dos partidos e a consequente ampliação da fragmentação dos sistemas partidários.

O papel da migração na expansão dos partidos é relevante pois consolida o capital eleitoral dos partidos de uma forma otimizada, sem a necessidade de formar lideranças sem experiência prévia. Uma eleição hipotética em que o fluxo de migração se tornasse irrelevante, daria maior poder aos partidos veteranos e traria dificuldades para a sobrevivência política dos partidos fracos e debutantes. Os partidos veteranos teriam um controle maior sobre seus quadros e os sistemas seriam hipoteticamente mais cristalizados. A migração, por sua vez, também é uma variável afetada pela fragmentação. Afinal, uma baixa oferta de partidos diminui as possibilidades de migração e isso é particularmente verdadeiro quando analisamos os dados de 2020. Em um contexto menos propenso à fragmentação, com restrições à criação e expansão de novos partidos, a dinâmica da migração também é afetada. A capacidade de retenção de candidaturas pelos partidos mais fortes aumenta, o que poderia trazer uma maior estabilidade para o sistema partidário.

Acreditamos que existem duas características do sistema político nacional, levantadas por esta pesquisa, que merecem reflexão. O primeiro diz respeito ao aumento do grau de alternância dos partidos e dos políticos nos executivos locais. Entendemos que essa falta de continuidade prejudica a identificação e a conexão dos eleitores com a política local, ampliando o grau de personalismo e o desenraizamento dos partidos. Também supomos que a falta de uma continuidade trava a construção de projetos políticos próprios e enraizados na realidade política de cada localidade, afetando a autonomia política e o desenvolvimento econômico dos municípios. O segundo ponto recai sobre o papel dos partidos na reformulação dos quadros políticos. Nossa tese inicial compreendia que o coração da articulação política dos partidos nos municípios que permitia sua expansão, se pautava, com exclusividade ou em grande parte, na utilização da migração partidária como principal instrumento. Por consequência, haveria uma certa negligência dos partidos em sua função de renovação dos quadros políticos. Mas os dados nos mostraram que a realidade é ambígua: renovação e migração caminham lado a lado. Os partidos usam da migração como uma ferramenta de expansão, compondo suas listas de forma otimizada, mas ao mesmo tempo elegem candidaturas debutantes e oxigenam parte do quadro político local a cada eleição. Existe, portanto, um efeito positivo que beneficia a representação e que permite, teoricamente, que novas forças políticas tenham condições de alçar o poder e representar interesses difusos na sociedade.

Buscamos esmiuçar o mecanismo de promoção da fragmentação dos diferentes sistemas partidários, a partir de uma abordagem que abrange aspectos de coordenação interpartidária, coordenação entre agentes e partidos e a interação entre as arenas. A fragmentação é um epifenômeno resultante da interação entre as partes de um sistema complexo. A coordenação entre partidos mediada pelas regras do sistema político, a interação entre as arenas e a coordenação entre os agentes e partidos levam os diversos sistemas partidários do país a aumentarem de tamanho de forma sucessiva. A fragmentação, no caso brasileiro, nos parece ser o resultado não intencional de uma institucionalidade que em um período de 30 anos ampliou o número de participantes de todos os sistemas

partidários do país de forma ininterrupta. Os primeiros anos da República consolidaram um sistema partidário que foi perdendo força ao longo dos anos. E podemos supor que parte da crise política dos últimos 7 anos tem raízes na incapacidade do sistema partidário nacional de conduzir os rumos do sistema político. Lembremos que os momentos de estabilidade que permitiram a construção das grandes políticas públicas do atual período democrático, como o Plano Real e os avanços sociais do governo petista, tiveram como base a solidificação de um sistema informalmente bipartidário na esfera federal. PT e PSDB foram capazes de orientar e dar previsibilidade ao jogo político do país; bem como operacionalizaram uma alternância de poder sem rupturas institucionais. É possível que o avanço da fragmentação observado ao longo dos anos nessa pesquisa tenha um papel relevante para o fim desse ciclo. As forças centrífugas da vida política do país parecem ter levado o sistema partidário a um impasse uma vez que o sistema agora é composto por um conjunto de forças partidárias médias sem capacidade de exercer algum tipo de hegemonia sobre os rumos do jogo político.

Chegamos em 2022 a um ciclo eleitoral que difere dos anteriores. Pela primeira vez, desde a redemocratização, convivemos efetivamente com o fantasma do fim da democracia após 4 anos de um governo de extrema-direita, populista e que desde que subiu ao poder vem testando os limites das instituições. Enxergo que parte do problema tem origem em uma espécie de naufrágio do pilar político que sustentava os projetos de uma centro-direita, que tinha no PSDB o seu ator central e foco político. E mesmo o campo da esquerda não está livre de problemas e parece entrar nessa disputa sustentada sobre os ombros do carisma de seu líder e não por uma saudável renovação de lideranças que possam sustentar um projeto partidário renovado. Além disso, todas as tentativas de construção de uma "terceira via" que pudesse dar uma nova direção e centralidade, se tornaram até o momento infrutíferas. Nossa esperança é que esse seja apenas um momento histórico de transição para uma nova etapa do ciclo democrático. Fica para nós o desafio de compreender como o sistema partidário nacional poderá dar ensejo a uma nova fase construção democrática dentro de um contexto que nos parece de desagregação. Caberá ao futuro escrever as próximas páginas.

Referências

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. (Pesquisas, n.12). ISBN 978-85-85535-77-3.

AGNEW, J. A. **Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society**. [S.l.]: Allen & Unwin, 1987. Google-Books-ID: 9EUVAAAAIAAJ. ISBN 978-0-04-320177-0.

ANCKAR, C. Size and Party System Fragmentation. **Party Politics**, v. 6, n. 3, p. 305–328, jul. 2000. ISSN 1354-0688. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/135406880006003003>>.

ARQUER, M. A. **Voto, partidos e contexto : uma análise da volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros entre 2000 e 2012**. Tese (Dissertação de Mestrado) — UNICAMP, Campinas, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000952032&opt=4>>.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 4, 2012. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=21825521005>>.

BARTOLINI, S. Collusion, Competition and Democracy: Part I. **Journal of Theoretical Politics**, v. 11, n. 4, p. 435–470, 1999. ISSN 0951-6298. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0951692800012001002>>.

BARTOLINI, S. Collusion, Competition and Democracy: Part II. **Journal of Theoretical Politics**, v. 12, n. 1, p. 33–65, jan. 2000. ISSN 0951-6298. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0951692800012001002>>.

BRAGA, M. d. S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002**. [S.l.]: Editora Humanitas, 2006. Google-Books-ID: EYiHn5LHP08C.

CALVO, E.; GUARNIERI, F.; LIMONGI, F. Why Coalitions? Party System Fragmentation, Small Party Bias, and Preferential Vote in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, abr. 2015.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. d. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, 2008. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=21851206>>.

CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. **The Formation of National Party Systems – Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India, and the United States**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2004. ISBN 978-0-691-11932-8.

COX, G. W. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. Google-Books-ID: c3bqMzBoinsC. ISBN 978-0-521-58527-9.

DESPOSATO, S. Party Switching and Democratization in Brazil. jan. 1997.

DESPOSATO, S. The impact of party-switching on legislative behavior in Brazil. ago. 2005.

DESPOSATO, S. W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 62–80, jan. 2006. ISSN 0092-5853, 1540-5907. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2006.00170.x>>.

DOŠEK, T.; FREIDENBERG, F. La congruencia de los partidos y los sistemas de partidos multinivel en América Latina: conceptualización y evaluación de algunas herramientas de medición. **Politai**, v. 4, n. 7, p. 161–178, nov. 2013. ISSN 2415-2498. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/13903>>.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012). **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR.**, v. 3, n. 7, p. 13, jun. 2016. ISSN 2359-2826. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-3-n.-7.pdf>>.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 101–124, jun. 2018. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782018000200101&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Partidos Headhunters: migração eleitoral e expansão partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). **Papers do 42º Encontro Anual da Anpocs**, 2018.

FELISIBINO, R. d. A. Atores e práticas na relação executivo-legislativo municipal: o caso do município de Mogi Mirim (SP) em dois contextos democráticos (1946-1964 e pós-1988). **Revista Omnia Humanas**, v. 2, n. 1, p. 27–47, 2009.

FREIRE, V. T. Fragmentação de partidos, recorde, é aberração mundial. **Folha de S. Paulo**, out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/fragmentacao-de-partidos-recorde-e-aberracao-mundial.shtml>>.

FREITAS, A. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Revista Dados**, v. 55, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/31904627/Freitas_MigracaoComportamento.pdf>.

FREITAS, V. E. V. d. S. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281236>>.

JR, S. S. S.; RIBEIRO, R. M. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 54–85, dez. 2019. ISSN 2175-7984. Number: 42. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n42p54>>.

Júnior, O. B. d. L. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. v. 24. (Biblioteca de ciências sociais, v. 24). Google-Books-ID: i2aHAAAAMAAJ.

KERBAUY, M. T. M. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. [S.l.]: FCL Laboratório Editorial, UNESP/Araraquara, 2000. Google-Books-ID: nCvFPAAACAAJ. ISBN 978-85-87361-11-0.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3–27, abr. 1979. ISSN 0010-4140, 1552-3829. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001041407901200101>>.

LAGO, I.; MONTERO, J. R. Coordination between electoral arenas in multilevel countries. **European Journal of Political Research**, v. 48, n. 2, p. 176–203, 2009. ISSN 1475-6765. _eprint: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1475-6765.2008.00832.x>. Disponível em: <<https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-6765.2008.00832.x>>.

LAVAREDA, A. **A Democracia nas Urnas - O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro 1945-1964**. 3ª. ed. [S.l.]: Revan Editora, 2012.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Ed.). **A lógica das eleições municipais**. 1. ed. [S.l.]: FGV, 2016.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=EKlrj4yK1EsC&oi=fnd&pg=PT3&dq=%22e,+sobretudo,+diante+da+absoluta+necessidade+de+frisar+sua+relev%C3%A2ncia+para+a+hist%C3%B3ria+%22+debate.+Procederei+da+seguinte+maneira:+primeiro,+mostrarei+a+novidade+da+obra%3B+depois,+buscarei,%22+&ots=8OVWY6aEX9&sig=__EwLWZntL4ZPbzN0BozjG0vDtdQ>.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. **Anais do X Encontro da ABCP, Belo Horizonte**, 2016. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/coordenando-candidaturas-coligacoes-e-fragmentacao.pdf>>.

LIMONGI, F. et al. Entries and Withdrawals: Electoral Coordination across Different Offices and the Brazilian Party Systems. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, 2018. ISSN 1981-3821. Publisher: Associação Brasileira de Ciência Política. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-38212018000300204&lng=en&nrm=iso&tlng=en>.

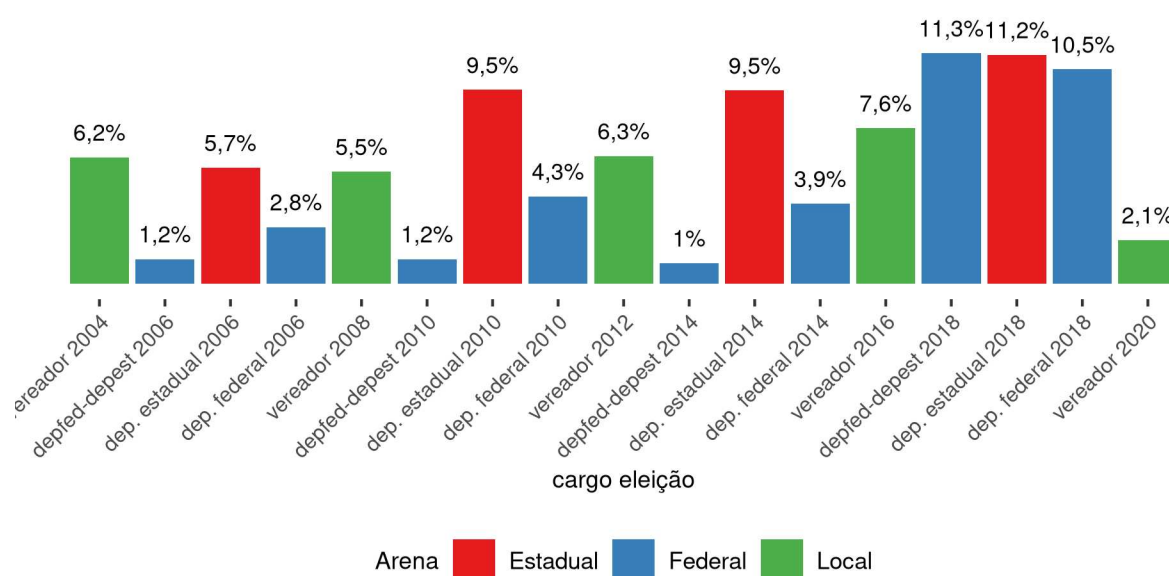
- LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, p. 153–177, jun. 2004. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782004000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.
- MELO, C. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 43, jan. 2000.
- MELO, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002**. [S.l.]: Editora UFMG, 2004. ISBN 978-85-7041-433-5.
- MELO, C. R. Nem tanto ao mar nem tanto à terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; ALCANTARA, M. (Ed.). **Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas Para o Século 21**. [S.l.]: Editora da UFMG, 2007. p. 32.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo: (1985-1997)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998. Google-Books-ID: tWqHAAAAMAAJ. ISBN 978-85-219-0320-8.
- MENEGUELLO, R. **Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91263/1/661542645.pdf>>.
- NETO, F. A. B. Dissertação de Mestrado, **PMDB : organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000909347>>.
- NICOLAU, J. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Disponível em: <<https://profcesarmaia.files.wordpress.com/2013/08/sistemas-eleitorais-jairo-nicolau.pdf>>.
- NICOLAU, J. Political parties in the republic of 1946: a methodological reply. **Dados**, v. 48, n. 3, p. 589–608, set. 2005. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582005000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.
- NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996. Google-Books-ID: Pk0PAAAAYAAJ.
- PRAÇA, S.; GARCIA, J. Formação de governo no nível municipal: o caso dos municípios paulistas. In: **Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: [s.n.], 2011.
- RHEE, Y. P. Complex systems approach to the study of politics. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 17, n. 6, p. 487–491, 2000. ISSN 1099-1743. eprint: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/1099-1743%28200011/12%2917%3A6%3C487%3A%3AAID-SRES350%3E3.0.CO%3B2-E>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1099-1743%28200011/12%2917%3A6%3C487%3A%3AAID-SRES350%3E3.0.CO%3B2-E>>.

- ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: ROCHA, M. M. d.; KERBAUY, M. T. M. (Ed.). **Eleições e representação Política nos Municípios Brasileiros**. 1ª. ed. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- SANTOS, W. G. d. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. **Dados**, v. 47, n. 4, p. 729–762, 2004. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400004&lng=pt&tlng=pt>.
- SANTOS, W. G. d.; GUIMARÃES, F. C. **A difusão parlamentar do sistema partidário: exposição do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://www.travessa.com.br/a-difusao-parlamentar-do-sistema-partidario-exposicao-do-caso-brasileiro/artigo/3dd1f17b-43da-4deb-9aac-6097932b6d17>>.
- SILVA, G. P. d.; DAVIDIAN, A. Identification of areas of vote concentration: evidences from Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 2, p. 141–155, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-38212013000200006&script=sci_arttext>.
- SOARES, M. **Democracia, representação política e federalismo no Brasil**. Tese (Tese de Doutorado) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- TELAROLLI, R. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. Google-Books-ID: Ru0YAAAAYAAJ.
- TJUR, T. Coefficients of Determination in Logistic Regression Models—A New Proposal: The Coefficient of Discrimination. **The American Statistician**, v. 63, n. 4, p. 366–372, nov. 2009. ISSN 0003-1305. Publisher: Taylor & Francis _eprint: <https://doi.org/10.1198/tast.2009.08210>. Disponível em: <<https://doi.org/10.1198/tast.2009.08210>>.
- VALLE, V. S. M. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, dez. 2018. ISSN 2318-101X. Number: 2. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12425>>.
- VASQUEZ, V. L. **Ao vencedor, a prefeitura : competição em eleições municipais (1996-2012)**. Tese (Dissertação de Mestrado) — UNICAMP, Campinas, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000970170&fd=y>>.
- VASSELAI, F. **Nacionalização e localismo nos sistemas eleitorais e partidários**. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11112015-125717/>>.
- WATTS, R. L. Federalism, Federal Political Systems, and Federations. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 117–137, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.117>>.

Anexo

5.1 Gráficos

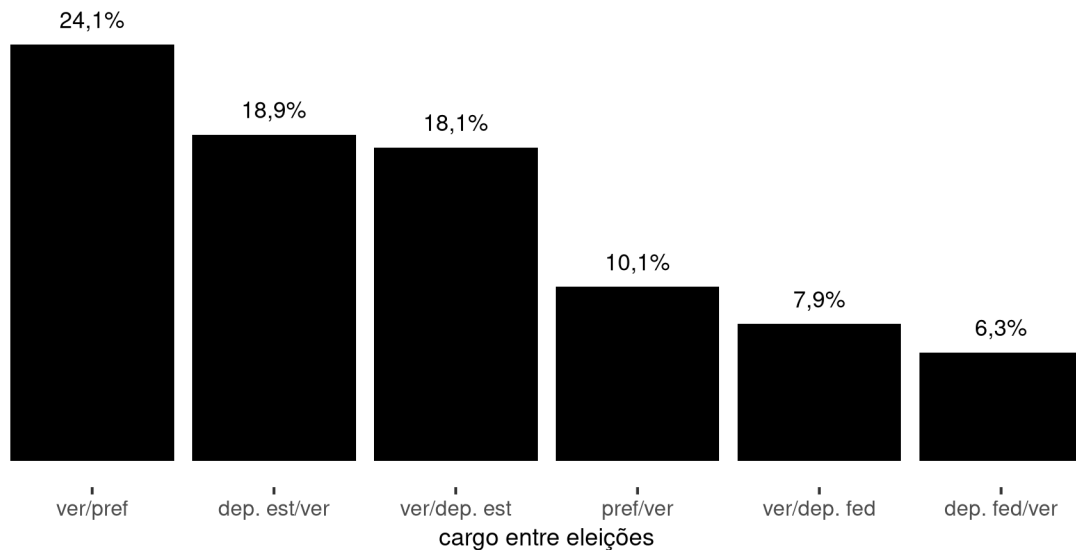
Figura 33 – Proporção de partidos em municípios que se tornaram competitivos* pela primeira vez por ano e eleição (Brasil, apenas partidos ausentes nas eleições de 1996 a 2002)



*partidos que conseguem ter uma votação maior que a média dos demais partidos no mesmo município.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 34 – Proporção de candidaturas de um mesmo candidato entre duas eleições consecutivas de níveis diferentes ou semelhantes (Brasil, 1998-2020, apenas candidatos veteranos que lançam candidaturas em eleições interpoladas)



outros: pref/dep. est: 4.2%, dep. est/pref: 4.1%, dep. est/dep. fed: 1.8%, pref/dep. fed: 1.8%, dep. fed/pref: 1.4%, dep. fed/dep. est: 1.4%

legenda: ver - vereador/ pref - prefeito/ dep. est - deputado estadual/ dep. fed - deputado federal

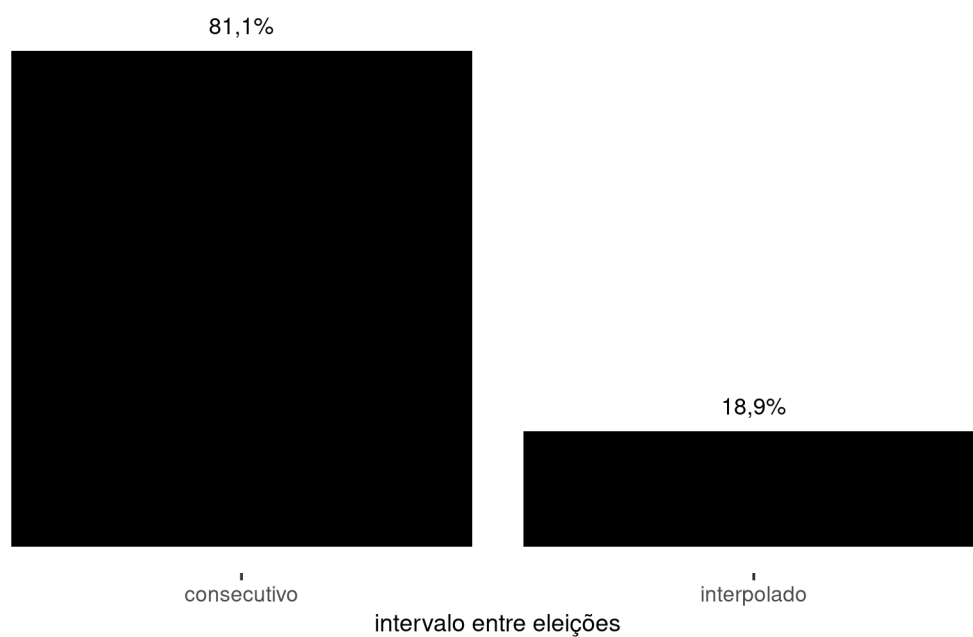
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Tabela 18 – Lista de fusões, incorporações e criação de partidos e tratamento dos dados entre 2000 e 2016.

Eleições	Partido em <i>t0</i>	Situação	Partido em <i>t1</i>	Tratamento
2000/2004	PGT	Incorporado	PL	Não Mesmo partido
	PPB	Muda de nome	PP	Mesmo partido
	PRN	Muda de nome	PTC	Mesmo partido
	PSD (antigo)	Incorporado	PTB	Mesmo partido
	PST	Incorporado	PL	Mesmo partido
2004/2008	PFL	Muda de nome	DEM	Mesmo partido
	-	Criado	PSOL	Partido novo
	PRONA e PL	Fusão	PR	Mesmo partido
	PAN	Incorporado	PTB	Mesmo partido
	-	Criado	PRB	Partido novo
2008/2012	-	Criado	PPL	Partido novo
	-	Criado	PSD	Partido novo
2012/2016	-	Criado	NOVO	Partido novo
	-	Criado	REDE	Partido novo
	-	Criado	SD	Partido novo
	-	Criado	PROS	Partido novo
	-	Criado	PEN	Partido novo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 35 – Proporção de candidatos veteranos por intervalo de lançamento entre as candidaturas (Brasil, 1998-2020, Vereador, Prefeito, Dep. Estadual, Dep. Federal, apenas candidatos veteranos)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.